



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Natália Paris Rodrigues

Fiscalizador e Leal-Facilitador:

os graus de vigilância e de lealdade do jornalismo sobre o poder político em 2020

Florianópolis

2023

Natália Paris Rodrigues

Fiscalizador e Leal Facilitador:

os graus de vigilância e de lealdade do jornalismo sobre o poder político em 2020

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Mestra em Jornalismo.

Linha de pesquisa: Conhecimento e Profissão.

Orientador: Prof. Jacques Mick, Dr.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC

Paris, Natália

Fiscalizador e Leal Facilitador : os graus de vigilância e de lealdade do jornalismo sobre o poder político em 2020 / Natália Paris ; orientador, Jacques Mick, 2023.

136 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. papéis jornalísticos. 3. cultura jornalística. 4. vigilância jornalística. 5. lealdade jornalística. I. Mick, Jacques. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. III. Título.

Natália Paris Rodrigues

Fiscalizador e Leal Facilitador:

os graus de vigilância e de lealdade do jornalismo sobre o poder político em 2020

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 25 de outubro de 2023,
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Jacques Mick, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Eduardo Medtsch, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.(a) Gisele Dotto Reginato, Dra.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de Mestra em Jornalismo.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Jacques Mick, Dr.

Orientador

Florianópolis

2023

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Sônia Paris Rodrigues e Ciro Renato Rodrigues, pelo apoio e amor incondicional, e pela educação com liberdade, que me encorajou a ir em direção às minhas escolhas e aos meus sonhos.

Ao meu companheiro, Victor Falconi, por me dar todo o suporte emocional, o que foi imprescindível para que eu pudesse me dedicar aos estudos e não desistir em um período tão difícil na minha vida – de novos desafios, de pandemia e de doenças na família.

Ao meu orientador, Jacques Mick, que “abriu os caminhos” para minha estada na UFSC. Grata por sua generosidade, incentivo e confiança, que foram essenciais para minha permanência no curso e para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores Jorge Ijuim, Daiane Bertasso, Carlos Augusto Locatelli e Rogério Christofolletti pelas contribuições ao longo do curso, que foram fundamentais para minha formação.

À professora Rita Paulino, por sua dedicação e esforço em me ajudar com as demandas burocráticas do curso.

À professora Cárilda Emerim, por todo apoio e por aceitar dividir comigo o desafio de produzir um artigo científico.

À professora Patrícia Paines, pelas aulas de Estatística Aplicada, que viabilizaram a construção dos procedimentos metodológicos específicos da minha pesquisa.

Às colegas do Projeto *Journalistic Role Performance*: Lynara Ojeda de Souza, Olga Clarindo Lopez, Raíssa Turci, Tatiane Karina Barbosa de Queiroz e Andreza Kikuti Dancosky, que compartilharam comigo o desafio de codificar os materiais jornalísticos da etapa Brasil. Sem esse trabalho conjunto e voluntário, eu jamais teria os dados em tempo hábil para a construção deste trabalho.

Às professoras Gisele Dotta Reginado e Laura Storch e aos professores Eduardo Meditsch e Rogério Cristofolletti, por aceitarem compor a banca de defesa deste trabalho.

Ao CNPq pela bolsa de estudos concedida.

Por fim, agradeço a todos (as, es) colegas, professores e coordenadores com os quais tive contato durante o curso e que me ajudaram nesta etapa da minha caminhada acadêmica. Obrigada pela paciência, pelas trocas e pelos ensinamentos.

RESUMO

A prática de vigilância e de lealdade do jornalismo ao poder político percorre toda a história da imprensa brasileira e adquire novas particularidades com a profissionalização do jornalismo e com a expansão comercial e tecnológica dos veículos de mídia. Enquanto o primeiro papel é ideologicamente aceito pelos jornalistas como exercício de boas práticas profissionais por prestar contas à sociedade dos atos de governos, políticos e Estado, o segundo é menos valorizado por atuar como porta-voz de poderosos e ir contra os pressupostos de liberdade e independência profissional. A despeito do apreço por um e desprezo por outro, os jornalistas atuam com os dois na produção diária de notícias em menor ou maior grau, a depender de uma série de fatores internos e externos ao trabalho profissional, de características culturais do jornalismo brasileiro e também de conjunturas. Diante do exposto, esta pesquisa analisa a amplitude (graus) e a maneira (perfis) com que os jornalistas desempenharam a vigilância e a lealdade ao poder político no noticiário de 2020. As análises são colocadas em perspectiva de dois contextos emblemáticos que marcaram o período: o aprofundamento da polarização política (crise sociopolítica) e a pandemia da Covid-19 (crise sanitária). As investigações também são realizadas sob a perspectiva da cultura de jornalismo do País, baseada no modelo importado dos Estados Unidos. Este trabalho faz uso do instrumento analítico de dois papéis profissionais: Fiscalizador e Leal-Facilitador, teorizados no âmbito do projeto transnacional *Journalistic Role Performance* (JRP), propondo uma forma diferente do JRP para medir tais papéis ao isolar o poder político dos demais poderes, o que resulta em dois novos modelos: Fiscalizador Político e Leal-Facilitador Político. No estudo são utilizados os dados da segunda etapa brasileira do projeto, resultado da Análise de Conteúdo de itens noticiosos de nove veículos nacionais de quatro tipo de mídias – jornal, televisão, rádio e portal online. A pesquisa também mede a centralidade do poder político na prática desses papéis e analisa se as especificidades de cada tipo de mídia contribuem para a vigilância e lealdade do jornalismo ao poder político. Os resultados demonstraram que os jornalistas adotaram uma postura mais vigilante do que de apoio a políticos, governos e Estado, e que tanto os contextos quanto as peculiaridades da cultura de jornalismo do País influenciaram a atuação de ambos modelos naquele ano, embora as características culturais foram mais relevantes no desempenho dos papéis.

Palavras-chave: papéis jornalísticos profissionais; papel de vigilância do jornalismo; papel de lealdade do jornalismo; *watchdog*; cultura jornalística profissional.

ABSTRACT

The practice of surveillance and loyalty in journalism to political power runs throughout the history of the Brazilian press and takes on new characteristics with the professionalization of journalism and the commercial and technological expansion of media outlets. While the first role is ideologically accepted by journalists as an exercise in good professional practices by being accountable to society for the actions of governments, politicians, and the state, the second is less valued for acting as a spokesperson for the powerful and going against the principles of freedom and professional independence. Despite the appreciation for one and disdain for the other, journalists work with both to varying degrees in the daily production of news, depending on a series of internal and external factors in professional work, cultural characteristics of Brazilian journalism, and current situations. In light of the above, this research analyzes the extent (degrees) and manner (profiles) in which journalists performed surveillance and loyalty to political power in the news coverage of 2020. The analyses are placed in the perspective of two emblematic contexts that marked the period: the deepening of political polarization (sociopolitical crisis) and the Covid-19 pandemic (health crisis). The investigations are also carried out from the perspective of the country's journalism culture, based on the model imported from the United States. This work uses the analytical instrument of two professional roles: the Watchdog and the Loyal-Facilitator, theorized within the framework of the transnational project *Journalistic Role Performance* (JRP), proposing a different form of JRP to measure these roles by isolating political power from other powers, resulting in two new models: Political Watchdog and Political Loyal-Facilitator. The study uses data from the second Brazilian stage of the project, the result of Content Analysis of news items from nine national outlets of four types of media – newspaper, television, radio, and online portal. The research also measures the centrality of political power in the practice of these roles and analyzes whether the specificities of each type of media contribute to the surveillance and loyalty of journalism to political power. The results showed that journalists adopted a more vigilant stance than one of support for politicians, governments, and the state, and that both contexts and the peculiarities of the country's journalism culture influenced the performance of both models in that year, although cultural characteristics were more relevant in the role's performance.

Keywords: professional journalistic papers; journalism's surveillance role; journalism's loyalty role; watchdog; professional journalistic culture.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Domínios, papéis e indicadores para a Análise de Conteúdo	31
Quadro 2 - Domínios, papéis e indicadores para a enquete (<i>survey</i>)	34
Quadro 3 - Subdivisão do papel Fiscalizador: Isento e Intervencionista	53
Quadro 4 - Subdivisão do papel Leal-Facilitador: Apoio à Elite e Apoio à Nação	55
Quadro 5 - Calendário com as datas da Análise de Conteúdo.....	60
Quadro 6 - Indicadores e categorias dos papéis Fiscalizador e Leal-Facilitador	63
Quadro 7 - Informações de nível organizacional/institucional dos veículos.....	66
Quadro 8 - Índices de ajuste AFC para desempenho da função	63
Quadro 9 - Indicadores e categorias dos papéis Fiscalizador Político e Leal-Facilitador Político.....	69
Quadro 10 - Indicadores e categorias do papel Fiscalizadores de outros poderes	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Desempenho dos papéis Fiscalizador e Leal-Facilitador	73
Tabela 2 - Desempenho do papel Fiscalizador por categorias de poder	75
Tabela 3 - Frequência por tópico de notícias.....	76
Tabela 4 - Frequência por tipo de fontes	77
Tabela 5 - Desempenho do papel Fiscalizador: Isento e Intervencionista	79
Tabela 6 - Desempenho das subdivisões do papel Fiscalizador por Indicador	80
Tabela 7 - Desempenho do papel Leal-Facilitador: Apoio à Nação e Apoio à Elite	82
Tabela 8 - Desempenho das subdivisões do papel Leal-Facilitador por Indicador.....	84
Tabela 9 - Desempenho do Fiscalizador Político e do Leal-Facilitador Político	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: PAPÉIS PROFISSIONAIS JORNALÍSTICOS.....	18
1.1 CONCEITOS DE PAPÉIS JORNALÍSTICOS	18
1.2 HISTÓRICO DOS ESTUDOS DE PAPÉIS JORNALÍSTICOS	20
1.2.1 Estudos no Brasil.....	22
1.2.2 Pesquisa comparativa transnacional.....	25
CAPÍTULO II: PROJETO <i>JOURNALISTIC ROLE PERFORMANCE</i> (JRP).....	29
2.1 MODELO JRP: DESEMPENHO DE PAPÉIS JORNALÍSTICOS	29
2.1.1 Voz jornalística.....	32
2.1.2 Relação de poder	32
2.1.3 Abordagem do público.....	32
2.2 MODELO JRP: ENQUETE COM JORNALISTAS (<i>SURVEY</i>).....	33
2.3 LACUNA ENTRE IDEAIS E PRÁTICAS.....	35
CAPÍTULO III: PAPÉIS JORNALÍSTICOS DAS RELAÇÕES DE PODER.....	43
3.1 JORNALISMO DE VIGILÂNCIA E DE LEALDADE	43
3.2 A VIGILÂNCIA E LEALDADE NA CULTURA JORNALÍSTICA BRASILEIRA	46
3.3 CONTEXTOS: PANDEMIA E POLARIZAÇÃO POLÍTICA	49
3.4 PERFIS DE DESEMPENHO DE PAPÉIS	52
3.4.1 Papel Fiscalizador: Intervencionista ou Isento.....	52
3.4.2 Leal-Facilitador: Apoio à Elite ou Apoio à Nação	54
3.5 METODOLOGIA GERAL.....	56
3.5.1 Amostragem	57
3.5.2 Seleção das datas de análise (semana construída).....	58
3.5.3 Análise de Conteúdo (AC).....	60
3.5.4 Medidas.....	62
3.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	66

CAPÍTULO IV: DESEMPENHO DOS PAPÉIS FISCALIZADOR POLÍTICO E LEAL-FACILITADOR POLÍTICO EM 2020	72
4.1 OS GRAUS DE VIGILÂNCIA E DE LEALDADE DO JORNALISMO SOBRE O PODER POLÍTICO EM 2020.....	72
4.1.1 Os graus de vigilância por categoria de poder.....	75
4.2 OS PERFIS DE VIGILÂNCIA E DE LEALDADE DO JORNALISMO SOBRE O PODER POLÍTICO EM 2020.....	78
4.2.1 Fiscalizador Político Isento e Fiscalizador Político Intervencionista	78
4.2.2 Leal-Facilitador Apoio à Elite e Leal-Facilitador Apoio à Nação	82
4.3 OS GRAUS DE VIGILÂNCIA E LEALDADE SOBRE O PODER POLÍTICO POR TIPO DE MÍDIA.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS.....	96
ANEXO A - Livro de códigos para análise de conteúdo 2ª fase JRP	104

INTRODUÇÃO

Os papéis jornalísticos profissionais são objeto de pesquisas em países de todos os continentes. Esses estudos têm se esforçado para conceitualizar e testar modelos teóricos que correspondam aos ideais (concepção de papéis) e/ou às práticas profissionais (desempenho de papéis). Nas últimas duas décadas, essas investigações alcançaram perspectivas comparativas globais em projetos transnacionais que, por meio de estruturas padronizadas de papéis jornalísticos, examinaram se a lógica da globalização corresponde a uma convergência em como os profissionais idealizam, percebem e praticam o jornalismo em diferentes culturas ao redor do globo (por exemplo, Hanitzsch *et al.* (2011) e Mellado *et al.* (2021)). A homogeneização nos valores e práticas profissionais não se confirmou nos estudos em grande escala e que contemplam países de diferentes continentes. Os achados apontam para padrões híbridos de diferenças e semelhanças nos ideais (por exemplo, Hanitzsch *et al.* (2011); e Weaver e Willnat (2012)) e nas práticas profissionais (por exemplo, Mellado *et al.* (2017); e Márquez-Ramírez *et al.* (2019)) entre os países, reflexo de diferenças sociais, culturais, econômicas, políticas, tecnológicas e históricas entre as nações (Hanusch; Hanitzsch, 2017). Sendo assim, as especificidades de cada cultura jornalística são relevantes na análise dos papéis profissionais e se sobrepõem a expectativas de valores, normas e práticas universais da profissão.

No que se refere à prática, apesar da cultura jornalística de cada país ser um fator preponderante na atuação dos papéis profissionais, ela não é o único agente determinante. De acordo com Hullmeller e Mellado (2015), o desempenho de papéis jornalísticos é resultado de negociações coletivas e não reflete os ideais individuais dos profissionais. O que significa que o trabalho do jornalista é moldado por diferentes “fatores de influências”, que estão relacionados às organizações de mídia, aos processos de produção de conteúdo, aos interesses econômicos e políticos, aos valores profissionais etc. (Hanitzsch *et al.*, 2010; Hanitzsch; Mellado, 2011). Além do mais, segundo Vos (2017), o desempenho de papéis jornalísticos não é estático, mas dinâmico e situacional – alterando-se a depender de contextos, atores e circunstâncias. Em uma mesma cultura jornalística, um papel profissional pode ser mais proeminente em um determinado período do que em outro, estar mais presente em uma editoria específica ou ser mais relevante em um tipo mídia do que em outro, por exemplo.

A prática de vigilância e de lealdade do jornalismo ao poder político – que é o foco desta pesquisa – percorre toda a história da formação do jornalismo brasileiro, que constitui o que estamos chamando de “cultura jornalística nacional”, e oscila com maior ou menor presença

no noticiário de acordo com contextos, influenciada por fatores internos e externos ao trabalho jornalístico. O conhecimento empírico nos permite observar que, até meados do século XX, a atuação de ambos os modelos na imprensa brasileira tinha uma característica mais engajada. Os jornais impressos da época eram plataformas de governos e de partidos políticos ou representavam interesses de grupos específicos e eram dirigidos a um pequeno público letrado, que tinha interesse nos assuntos e condições de adquirir os exemplares (Silva, 1991). Nesse período, o apoio dos jornalistas a políticos, governos e Estado era mais explícito, com opiniões declaradamente favoráveis. Da mesma forma, a vigilância tinha um caráter de embate direto aos opositores e servia a interesses dos donos de jornais, de jornalistas ou de quem mantinha os veículos (Silva, 1991). A partir de 1940, inicia-se uma reforma na imprensa brasileira, reflexo da influência do modelo de jornalismo dos Estados Unidos, baseado em princípios, tais como os ideais de objetividade jornalística, imparcialidade e liberdade de imprensa (Silva, 1991; Albuquerque, 2005).

Por um lado, a profissionalização do jornalismo (com a importação do modelo dos EUA e com a ampliação dos cursos de graduação), o fim da censura aos veículos de comunicação (com a queda da ditadura militar, em 1964) e a expansão comercial e tecnológica dos veículos (com o surgimento dos conglomerados de mídia nos anos 80) deram maiores condições para o exercício de vigilância do jornalismo ao poder vigente (Albuquerque, 2005), já que a democracia havia sido retomada e as empresas de comunicação estavam menos dependentes financeiramente do Estado; por outro, essa reforma impulsionou o declínio do apoio declarado de jornalistas a governos ou a políticas públicas. A lealdade ganhou um aspecto menos propagandista e passou a ser vista como exercício contrário às boas práticas profissionais, pautadas na liberdade de imprensa e na autonomia em relação ao Estado. Já a fiscalização no jornalismo profissional remete à figura de “quarto poder”, que tem um perfil mais de mediação e de vigia dos poderes do que de embate (Albuquerque, 2005). Ademais, esse papel é idealmente valorizado pelos jornalistas e tem amplo apelo social (Mellado *et al.*, 2021; Weaver; Willnat, 2012).

Como o desempenho de papéis profissionais molda-se a determinadas condições e situações, sendo resultado de um trabalho conjunto, os ideais jornalísticos de valorização da vigilância e de rejeição à lealdade¹ nem sempre correspondem à prática, criando uma diferença entre as expectativas profissionais e a realidade do trabalho jornalístico (Mellado; Van Dalen,

¹ Com base nos dados gerais das enquetes com os jornalistas brasileiros na primeira e segunda fase do projeto *Journalistic Role Performance* e em outras pesquisas de concepção de papéis como as no âmbito do *Worlds of Journalism Study*.

2014). Essa lacuna é reflexo da falta de autonomia profissional no exercício da profissão (Schmitz, 2018) e também tem a ver com os aspectos específicos relacionados aos ideais e às práticas. Enquanto as concepções dos profissionais parecem estar mais “enraizadas” em fundamentos do campo pertinentes à cultura jornalística do país, ou seja, não oscilam com tanta facilidade, o desempenho de papéis parece mais relacionado aos contextos e, por isso, é mutável e situacional (Mellado *et al.*, 2017).

Os contextos adversos são ainda mais determinantes na atuação dos papéis de vigilância e lealdade. Segundo Mellado, Hellmueller e Donsbach (2017), em crises sociopolíticas os jornalistas podem adotar uma postura mais crítica em relação ao poder político. Já em crises de saúde, os jornalistas podem ser mais colaborativos com as autoridades (Mellado *et al.*, 2021; Klemm; Das; Hartmann, 2019). Apesar da natureza antagônica desses dois papéis, a presença de um não significa necessariamente a ausência de outro, tendo em vista que eles são independentes (Márquez-Ramírez *et al.*, 2021). Dessa forma, ambos podem estar presentes em um mesmo material jornalístico, com o mesmo grau e sob um mesmo contexto.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo central analisar com que amplitude (graus) os jornalistas desempenharam a vigilância e a lealdade ao poder político² em 2020, sob a seguinte questão de pesquisa: os resultados correspondem mais a características culturais do jornalismo brasileiro, ancorados no processo histórico de formação e profissionalização do jornalismo, ou estão mais atrelados às circunstâncias do período? O estudo leva em consideração dois contextos que marcaram aquele ano: a Covid-19 (crise sanitária), que gerou uma crise global sem precedentes neste século, e o aprofundamento da polarização política no País (crise sociopolítica), intensificada a partir das eleições de 2018 (Fuks; Marques, 2022). Esses dois cenários, em tese, são favoráveis ao desempenho da vigilância e lealdade ao poder político, já que, além de serem conjunturas adversas e de grande destaque no noticiário, essas circunstâncias também colocaram os três poderes constitucionais em maior evidência na mídia.

A articulação desses papéis no noticiário daquele ano esteve relacionada a uma série de fatos pertinentes à pandemia e à polarização política (que aparece de forma transversal à Covid-19), como, por exemplo, a falta de alinhamento nacional no combate à crise sanitária e econômica, com embates entre políticos, que resultou em atrasos na vacinação e na distribuição de recursos; os discursos negacionistas de governantes, apoiados por parte da população e por alguns veículos de comunicação; os atos antidemocráticos, como os ataques ao Supremo Tribunal Federal e à própria mídia; a distribuição em massa de *fake news* nas redes sociais etc.

² O poder político nesta pesquisa compreende todos os membros e funcionários dos três poderes constitucionais – legislativo, judiciário e executivo – e também dos partidos políticos.

Os jornalistas (e veículos de comunicação) podem abordar esses e outros acontecimentos mais sob uma perspectiva crítica ao poder político, seja para cobrar, para responsabilizar membros do Estado ou por questões de alinhamento político, como também podem adotar uma postura mais de deferência às autoridades, para mobilizar a população no combate à crise sanitária ou por apoio político-partidário, por exemplo. Sendo assim, a hipótese desta pesquisa é que a crise sanitária pode ter intensificado o apoio ao poder político, com maior presença do papel Leal-Facilitador, ao mesmo tempo em que a crise sociopolítica pode ter contribuído para a maior vigilância, por meio da atuação do papel Fiscalizador.

Para realizar as análises, a pesquisa utiliza dados brasileiros da segunda fase do projeto transnacional *Journalistic Role Performance (2019-2022)*³, obtidos por meio da Análise de Conteúdo de materiais jornalísticos de nove veículos nacionais de quatro tipos de mídia – jornal, televisão, rádio e portais online – publicados ou exibidos em 2020. A pesquisa se concentra especificadamente na estrutura teórica e metodológica de dois papéis profissionais: Fiscalizador e Leal-Facilitador, teorizados no âmbito do JRP, e propõe uma nova forma de medir esses papéis ao direcionar a vigilância e a lealdade do jornalismo ao poder político, o que resulta em outros dois novos modelos: Fiscalizador Político e Leal-Facilitador Político. Esse formato não altera a validação do instrumento, realizada pela coordenação central do projeto.

Um dos objetivos específicos deste estudo é analisar a forma (perfis) como os jornalistas desempenharam os papéis Fiscalizador Político e Leal-Facilitador Político, por meio de duas subdivisões de cada um dos papéis, com base em Mellado (2015) e Márquez-Ramírez *et al.* (2019; 2021). A vigilância pode ser de forma intervencionista (direta), com o próprio jornalista investigando, questionando, criticando e denunciando os poderes estabelecidos; ou isenta (indireta)⁴, com investigações externas, cobertura de processos judiciais, dúvidas, críticas e denúncias de terceiros. Já a lealdade pode ser em relação à elite política, com apoio do jornalista aos políticos e às políticas públicas, ou direcionada ao país, com promoção e comparação do Brasil com outras nações.

Outro objetivo específico deste estudo é testar a centralidade do poder político na vigilância e lealdade do jornalismo em 2020 no Brasil, por meio da comparação dos papéis Fiscalizador Político e Leal-Facilitador Político com os papéis que se decidiu chamar de Fiscalizador Principal (que abarca outros poderes) e Leal-Facilitador Principal (que

³ Ver detalhes da estrutura teórica e metodológica nas páginas 29 e 56.

⁴ O termo “isento” ou “isenta” foi escolhido por esta pesquisadora para definir uma das subdivisões do papel fiscalizador e serve de tradução para a palavra *detached*. A isenção nesta pesquisa tem o objetivo de distanciamento do jornalista ao reportar.

compreende outros poderes e a nação). No caso do Fiscalizador Político, também é feita comparação com cada uma das instâncias de poder: elite econômica, sociedade civil organizada, elite religiosa e elite cultural.

E, por último, este trabalho objetiva analisar se o tipo de mídia influi nos graus de vigilância e de lealdade ao Estado, governos e partidos políticos, com umas tendo maior presença do Fiscalizador Político e Leal-Facilitador Político do que outras e vice-versa. Pretende-se, com isso, compreender se as características específicas de cada mídia interferem no desempenho dos dois papéis profissionais ou se há uma convergência nos graus de vigilância e de lealdade entre jornais, programas de televisão e rádio, e portais online.

Para atingir os objetivos central e específicos propostos por este estudo, o primeiro passo foi realizar uma intensa pesquisa bibliográfica sobre os estudos dos papéis profissionais no mundo nos últimos 50 anos. Esse levantamento compõe o primeiro capítulo deste trabalho que, de forma resumida, discorre sobre a evolução histórica das pesquisas até chegar nos atuais projetos transnacionais que comparam os ideais e as práticas profissionais entre diversos países por meio de modelos padronizados de papéis jornalísticos. O primeiro capítulo também aborda os aspectos conceituais dos elementos que compõem esses papéis e traz as discussões em torno da pertinência de modelos unificados para análise das diferentes culturas jornalísticas.

O segundo capítulo apresenta a estrutura teórica do JRP, que inova ao conjugar os estudos das concepções, percepções e desempenho de papéis profissionais nas análises das culturas jornalísticas. Essa maneira de observar os papéis resultou na constatação de que há uma lacuna em como os profissionais idealizam, veem e colocam em prática os seus trabalhos, reflexo de fatores internos e externos ao ambiente profissional (Mellado; Van Dalen; 2014). Esse capítulo também exhibe os principais resultados da primeira fase do projeto.

O terceiro capítulo aprofunda a conceitualização dos papéis Fiscalizador e Leal-Facilitador, situando-os em relação aos ideais, às práticas, às pesquisas da área e à história do País e da imprensa nacional que constituem a cultura jornalística brasileira. Os papéis citados também são tratados sob a ótica dos dois contextos: a pandemia da Covid-19 e a polarização política. Esse capítulo ainda apresenta a teorização em relação às subdivisões dos papéis e à metodologia da pesquisa, que é dividida em duas partes. A primeira diz respeito à estrutura do projeto JRP, que trata dos critérios de seleção da amostra e das datas para análise de conteúdo, do treinamento dos codificadores, dos testes de confiabilidade entre pesquisadores internacionais e nacionais e do instrumento geral do projeto – métodos de validação e medidas de análises com base em um livro de códigos. A segunda exhibe os procedimentos metodológicos específicos desta pesquisa, que propõe medir o desempenho dos papéis Fiscalizador e Leal-

Facilitador, direcionando as análises ao poder político por meio das categorias dos indicadores de cada papel.

O quarto e último capítulo traz os resultados da pesquisa: os graus e os perfis de vigilância e de lealdade do jornalismo ao poder político em 2020, e as comparações entre os papéis Fiscalizador Político e Leal-Facilitador Político, com as versões principais, e, no caso da vigilância, com cada uma das instâncias de poder. O capítulo também mostra as diferenças no desempenho dos dois papéis entre os quatro tipos de mídias. Esses dados são colocados em perspectiva dos contextos e da cultura jornalística do País e, a partir deles, são feitas reflexões sobre a articulação de tais papéis no conteúdo jornalístico em 2020, resumidas nas considerações finais.

A seleção dessa teorização como base referencial para análise da relação do jornalismo com o poder político se deu pela minha proximidade com a estrutura teórica e metodológica, já que integrei o grupo de pesquisadores brasileiros da segunda etapa do *Journalistic Role Performance*, realizada na Universidade Federal de Santa Catarina, sob a coordenação do professor Jacques Mick. Essa atuação no grupo de pesquisa teve início em 2019, antes do ingresso no programa de pós-graduação, e finalizou em 2022. O projeto tem uma metodologia muito bem estruturada, que foi testada e avaliada por pesquisadores conceituados internacionalmente nos estudos dos papéis jornalísticos. Ter essa base concreta em termos de estrutura teórica e metodológica à disposição permitiu aprofundar as investigações em relação à prática de vigilância e lealdade do jornalismo ao poder político e às variáveis que contribuíram para o resultado.

O objeto de análise desta investigação se justifica por dois aspectos. Primeiro, devido à relevância de observar as relações do jornalismo com os poderes constitucionais e partidos políticos em um período marcado por uma crise sanitária sem precedentes no último século e diante de um cenário de intensificação da polarização política brasileira, que coincide com o crescimento da extrema-direita no País (Fuks; Marques, 2022). Essa polarização, e também a expansão da direita radical, colocam em questão a legitimidade do próprio jornalismo na sua função de interlocutor social, o que pode ser constatado a partir do crescimento dos ataques à imprensa, na tentativa de desvalorizar o trabalho da mídia profissional por representantes do poder político e na divulgação em massa de *fake news*. Analisar os dois papéis das “Relações de Poder”⁵ diante desses contextos permite observar se a prática da vigilância e da lealdade permaneceu inalterada, ou seja, se os profissionais (e os veículos de mídia) mantiveram a

⁵ Ver conceito no Capítulo 2 desta pesquisa.

mesma postura, com base nas características da cultura jornalística nacional, ou se houve reação, uma mudança no desempenho desses papéis, influenciada por essas circunstâncias adversas.

O segundo aspecto diz respeito à importância de explorar os papéis profissionais no âmbito da cultura nacional, já que há baixa incidência de pesquisas sobre o tema no País (Mellado *et al.*, 2012). A maioria dos estudos da área que envolvem o Brasil está relacionada a pesquisas comparativas internacionais e é em língua estrangeira. Há poucas publicações em português com enfoque na realidade brasileira (por exemplo, Herscovitz e Cardoso (1998); Herscovitz (2004; 2012); Reginato (2019); e Schmitz (2018)). Nesse sentido, esta pesquisa é mais um trabalho científico a observar os papéis profissionais sob o ponto de vista da cultura jornalística do País e em língua portuguesa, embora a estrutura metodológica e empírica esteja atrelada a um projeto internacional.

Por fim, cabe destacar que esta pesquisa inova ao propor um procedimento metodológico diferente para medir os dois papéis profissionais ao isolar o poder político. Esse método inédito na pesquisa de desempenho de papéis profissionais revela a centralidade dos poderes institucionais na prática de vigilância e de lealdade no País e pode ser replicado, questionado e explorado por outros estudos. Assim como os dados deste trabalho podem ser comparados com dados de outras culturas jornalísticas em futuras pesquisas.

CAPÍTULO I: PAPÉIS PROFISSIONAIS JORNALÍSTICOS

1.1 CONCEITOS DE PAPÉIS JORNALÍSTICOS

Antes de detalhar a conceituação e as discussões teóricas em torno dos papéis profissionais jornalísticos, é preciso definir o que é um “papel”. Recorrendo à metáfora teatral do sociólogo Erving Goffman, um papel é uma representação em que o “ator” mobiliza diferentes elementos, como linguagem, gestos, postura, vestimentas, cenário etc., criando assim um personagem para se apresentar ou apresentar suas atividades aos outros. Para que essa atuação aconteça é preciso, primeiro, que haja uma “plateia” e que essa “plateia” – que é composta por outros “atores” – compreenda a apresentação ou, como descreve Goffman (2011, p. 36), ao abordar a realização da dramaturgia: “a atividade do indivíduo tem de tornar-se significativa para os outros, ele precisa mobilizá-la de tal modo que expresse, durante a interação, o que ele precisa transmitir”.

Essa troca entre “ator” e “público” é a base da teoria interacionista do papel, elaborada por Ralph Turner, que, de forma muito semelhante à de Goffman, define papel como um “padrão abrangente de comportamento e atitude que está ligado a uma identidade [...] e está sujeito a ser desempenhado de forma reconhecível por diferentes indivíduos” (Turner, 2006, p. 234, tradução nossa). Dessa maneira, para que um papel seja reconhecido e estabeleça-se socialmente é necessário, antes de tudo, um intercâmbio entre “atores” ou, nas palavras de Turner (2006, p. 234, tradução nossa), “o padrão de comportamento que constitui os papéis surge inicial e recorrentemente da dinâmica da interação e os status e as posições surgem para colocar os papéis em uma estrutura organizacional social”.

Sob essa mesma perspectiva, Vos (2017) – ao abordar o campo específico do jornalismo – destaca que os papéis jornalísticos, como um conceito ou na forma como são percebidos e praticados pelos profissionais, são historicamente construídos por meio de um processo de interação social, em que:

Pessoas reais - muitas vezes em circunstâncias difíceis, com motivações variadas e horizontes temporais limitados - se esforçaram ao máximo para conceber e realizar o trabalho do jornalismo. Essas pessoas, que em diferentes momentos foram chamadas de impressores, jornalistas e profissionais de imprensa, interagiram com outros que estavam realizando trabalhos semelhantes e também interagiram com atores sociais em outros campos. Essas interações - de pessoa para pessoa e de geração em geração - vieram a produzir um campo como instituição social que chamamos de jornalismo. À medida que o campo foi tomando forma e mudando ao longo do tempo, o trabalho

e o discurso dos jornalistas passaram a expressar o que chamamos de “papéis jornalísticos” (Vos, 2017, p. 63, tradução nossa)⁶.

Os papéis jornalísticos são objeto de estudo de muitos pesquisadores em diferentes países e continentes. Conceitualmente, eles têm sido tratados sob dois principais aspectos: como ideologia profissional e como cultura de jornalismo (Vos, 2005). A primeira abordagem diz respeito aos ideais da profissão, parte de uma perspectiva que integra os meios de comunicação à sociedade e sugere ocupações e funções que o jornalista, ideologicamente, deve exercer (Cohen, 1963). Johnstone, Slawski e Bowman (1976) e Weaver e Wilhoit (1996) destacam o sentido normativo do termo, ligando papéis profissionais às responsabilidades do jornalismo. Já como cultura jornalística, Hanitzsch (2007) e Mellado (2015) tratam do conceito como um conjunto de ideais (valores e crenças) e práticas (de produção cultural) que tornam o trabalho jornalístico relevante como profissão e também para a sociedade. Segundo Hanitzsch (2007), os papéis jornalísticos, sob o ponto de vista da cultura profissional, auxiliam na criação de uma identidade jornalística e na internalização de padrões e ideais (concepção de papéis) que se desdobram em práticas (desempenho de papéis). É essa definição das funções profissionais como cultura jornalística que esta pesquisa incorpora.

Enquanto a “definição de concepção de papéis profissionais lida com a teorização das funções ideológicas e normativas – o nível abstrato, a de desempenho de papéis profissionais se refere à manifestação na prática – o nível das ações e comportamentos” (Mellado, 2015, p. 1, tradução nossa). Mas entre a concepção e o desempenho de papéis, há ainda outros elementos que compõem a estrutura dos papéis profissionais e que foram teorizados em diferentes estudos. Mellado (2015), por exemplo, distingue quatro dimensões: concepção de papel (os papéis idealizados pelos jornalistas, *role conception*), percepção de papel (os papéis que a sociedade espera do jornalismo, na representação dos jornalistas, *role perception*), atuação percebida do papel (os papéis que os jornalistas acreditam desempenhar, *role enactment*) e o desempenho de papel (os papéis que eles colocam em prática, *role performance*). Essa estrutura teórica de Mellado (2015) serve de base para este trabalho. Sendo assim, os termos utilizados neste estudo seguem essa conceituação.

⁶ Texto original: “Real persons—often times in difficult circumstances, with varying motivations, and with limited time horizons—muddled along as best they could to conceive and perform the work of journalism. Those persons, who at various times were called printers, newspapermen, and journalists, interacted with others who were doing similar kinds of work and interacted with social actors in other fields. Those interactions—from person to person and from generation to generation—came to produce a field as social institution that we call journalism. As the field took shape, and then as the field has changed over time, the journalists’ work and discourse came to express what we call journalistic roles”.

Uma crítica comum entre pesquisadores da área é que falta clareza em relação a essas estruturas entre os diversos estudos de papéis profissionais. De acordo com Hanitzsch e Vos (2017), com frequência, essas dimensões são misturadas e confundidas e, nas enquetes com jornalistas, os profissionais acabam tendo dificuldade de compreender sob que perspectivas eles devem responder aos questionamentos – se é em relação aos ideais da profissão, a aquilo que desejam praticar, a aquilo que acreditam praticar ou à prática efetiva, o que os autores definiram consecutivamente como “ideais normativos”, “orientações cognitivas”, “desempenho narrado” e “prática profissional” (Hanitzsch; Vos, 2017, p. 4, tradução nossa).

Também não há consenso em relação aos termos para se referir a papéis profissionais, que, segundo Hanitzsch (2007) e Mellado (2015), já foram mencionados de diversas formas, tais como funções de imprensa, funções de mídia, funções noticiosas, papéis de mídia, concepção de papéis, papéis institucionais, percepção de papéis etc. Essas múltiplas nomenclaturas são vistas como uma barreira a um entendimento normativo global, já que, embora cada termo tenha um significado próprio e, portanto, deva ser analisado sob um ângulo diferente, muitas vezes eles são tratados como sinônimos (Hanitzsch; Vos, 2017; Mellado; Hellmueller; Weaver, 2017).

Recentes pesquisas transnacionais buscam superar essas duas questões – a falta de consenso em relação às terminologias e também no que diz respeito ao entendimento em relação aos elementos que compõem as várias facetas dos papéis jornalísticos – ao definir conceitos, diferenciar as dimensões e, sobretudo, ao propor modelos teóricos de papéis profissionais que possam ser aplicados e comparados em diferentes culturas jornalísticas. Esses modelos foram estruturados com base em, pelo menos, 50 anos de estudos na área, alguns dos quais serão descritos a seguir.

1.2 HISTÓRICO DOS ESTUDOS DE PAPÉIS JORNALÍSTICOS

Ao longo das últimas cinco décadas, muitas pesquisas sobre papéis profissionais foram realizadas em diversos países, a fim de identificar e teorizar funções sociais, culturais e profissionais dos jornalistas (Mellado, 2015). Janowitz (1975) teorizou modelos relacionados à postura dos jornalistas nas notícias. Por meio de enquetes, o autor identificou os papéis de *gatekeeper* e *advocate* entre os profissionais dos Estados Unidos. O primeiro faz referência ao papel que Cohen (1963) chamou de neutro, que dá valor à objetividade e aos fatos em

detrimento da opinião. Já o *advocate* reflete uma postura de defesa, de intervenção profissional no tema noticiado (Hanitzsch, 2007).

Sob a mesma relação de neutro *versus* participante, Johnstone, Slawski e Bowman (1976) realizaram uma pesquisa com jornalistas dos Estados Unidos em 1971. Os profissionais alegaram desempenhar mais o papel de participante do que o neutro. Descobriu-se também que os jornalistas acreditavam exercer um papel de vigilante do governo e interpretativo. Essa percepção de atuação dos profissionais, segundo os autores, pode ser reflexo do contexto em que foi aplicado o questionário, apenas algumas semanas após a publicação dos Documentos do Pentágono.

Duas décadas depois, Weaver e Wilhoit (1996) identificaram cinco papéis em um estudo com jornalistas dos Estados Unidos – “disseminador”, “contraditório”, “interpretativo”, “informativo” e “mobilizador populista”. Esses mesmos modelos foram confirmados em outra pesquisa nacional realizada em 2002 (Weaver *et al.*, 2007), apesar de constatar diferenças nos ideais dos jornalistas em relação a tais papéis. De acordo com Mellado, Hellmueller e Weaver (2017), o trabalho de Weaver e Wilhoit (1996) influenciou várias pesquisas de concepção de papéis no mundo, como é o caso da maioria dos estudos na Espanha⁷, que utilizaram o modelo teórico desses autores.

Com base também na estrutura de Weaver e Wilhoit (1996), Ramaprasad e Hamdy (2006) encontraram quatro funções principais entre jornalistas egípcios: “apoiar valores árabes”, “sustentar a democracia”, “apoiar o governo” e “proporcionar entretenimento”. Papéis semelhantes foram identificados por Ramaprasad (2001) e Ramaprasad e Kelly (2003), em estudos anteriores na Tanzânia e no Nepal. Já na Suíça, Bonfadelli *et al* (2011) constataram que quase 100% dos jornalistas suíços apoiavam em 2008 um papel objetivo que refletisse a realidade.

Em uma pesquisa realizada com jornalistas japoneses, Oi, Fukuda e Sako (2012) descobriram que os papéis de “vigilante do governo” e de “dar informações precisas” eram os mais importantes, apesar de os profissionais acreditarem que nem sempre os praticavam (Mellado; Hellmueller; Weaver, 2017).

⁷ Estudos espanhóis com base na estrutura metodológica de Weaver e Wilhoit (1996): Canel e Piqué (1998); Canel e Sanchez-Aranda (1999); Martínez, Nicolás e Saperas (2013); Martín Sabarís e Amurrio Vélez (2012).

1.2.1 Estudos no Brasil

No Brasil, Heloiza Herscovitz e Adalberto Cardoso realizaram uma pesquisa pioneira sobre papéis profissionais com 355 jornalistas brasileiros em 1994 (Herscovitz; Cardoso, 1998)⁸. Os autores usaram parte do questionário desenvolvido por Weaver e Wilhoit (1996) para aferir a concepção dos profissionais sobre seus papéis e sobre as orientações éticas. Os modelos considerados mais importantes pelos jornalistas brasileiros foram “investigar denúncias do governo”, “fornecer informações ao público rapidamente”, “fornecer análises de problemas complexos” e “ser adversário do governo”.

Em 1998, Heloiza Herscovitz identificou esses mesmos modelos em outra pesquisa com 402 jornalistas em São Paulo que trabalhavam em veículos de mídia nacional de diferentes plataformas (Herscovitz, 2004). O estudo também comparou os ideais dos profissionais brasileiros com os de jornalistas dos Estados Unidos e da França em relação aos papéis de mídia⁹ e às percepções éticas. “Investigar denúncias do governo” e “dar informações ao público rapidamente” foram apoiados pelos jornalistas dos três países, o que, segundo a pesquisadora, “sugere que brasileiros, americanos e franceses subscrevem uma combinação de papéis interpretativos e divulgadores” (Herscovitz, 2004, p. 78). Em relação à ética, os dados revelaram que brasileiros eram “menos rígidos e mais tolerantes com convenções antiéticas que os norte-americanos e franceses” (Herscovitz, 2004, p. 81). Para medir os ideais dos jornalistas sobre os papéis de mídia e os valores éticos, a pesquisadora também utilizou o questionário de Weaver e Wilhoit (1996), que possibilitou a comparação com os outros dois países, já que os dados referentes às concepções dos jornalistas do país norte-americano foram retirados da própria pesquisa de Weaver e Wilhoit (1996); e os dos franceses, da pesquisa de McMane (1998), que fez uso do mesmo questionário.

Em 2009, Herscovitz (2012)¹⁰ deu sequência ao trabalho e realizou uma pesquisa com 506 jornalistas brasileiros para medir a concepção dos profissionais sobre papéis jornalísticos e percepções éticas. Mais uma vez, “investigar denúncias do governo” e “fornecer análises de problemas complexos” foram considerados muito importantes pelos profissionais. Os papéis de “fornecer informações ao público rapidamente” e “ser adversário do governo” tiveram uma queda considerável em relação às pesquisas anteriores. Segundo a autora, essa mudança é

⁸ Esse trabalho compõe um capítulo do livro *The Global Journalistic*, de Weaver (1998).

⁹ Essa é a terminologia utilizada por esta pesquisa para definir os papéis profissionais jornalísticos, com base em Weaver e Wilhoit (1996).

¹⁰ O trabalho compõe um dos capítulos do livro *The Global Journalist in the 21st Century*, de Weaver e Willnat (2012).

reflexo da expansão da internet: com o surgimento de jornais online, a agilidade na publicação de notícias deixou de ser um problema para os jornalistas e, desse modo, “eles não perceberam [este] como um papel importante” (Herscovitz, 2012, p. 376). Já em relação a ser um adversário do governo, a autora defende que a queda de importância pode estar relacionada à onda de ações judiciais contra jornalistas e, também, à profissionalização dos jornalistas “integrados a uma cultura global de práticas jornalísticas que pode ter contribuído para uma postura menos beligerante sobre como reportar o governo e as empresas” (Herscovitz, 2012, p. 377).

As concepções dos jornalistas brasileiros sobre os papéis profissionais e as percepções éticas também foram exploradas por Sônia Virgínia Moreira em trabalhos comparativos transnacionais que envolveram culturas jornalísticas dos cinco continentes no âmbito do *Worlds of Journalism Study* (WJS). O projeto analisou também as orientações epistemológicas, os fatores que influenciam o trabalho jornalístico e a autonomia profissional (Hanitzsch *et al.*, 2010; 2011; 2012). Três papéis foram considerados mais importantes pelos jornalistas brasileiros: “fornecer informações para os cidadãos tomarem decisões políticas”, seguido por “atuar como vigilante do governo” e “ser observador imparcial”. Esses modelos também foram apoiados por todos os países da amostra (Hanitzsch *et al.*, 2012, p. 478). Ao contrário da pesquisa de Herscovitz (2004), a maioria dos profissionais brasileiros no estudo do WJS considerou os princípios éticos como valores importantíssimos, que somente podem ser ignorados “se o resultado for um bem maior” (Herscovitz, 2012, p. 486). Nessa mesma pesquisa, os jornalistas do país avaliaram ter alta autonomia para desempenhar seu trabalho.

A percepção da autonomia profissional pelos jornalistas brasileiros também foi constatada na Tese de Doutorado de Aldo Schmitz (Schmitz, 2018), que utilizou dados da primeira etapa do projeto *Journalistic Role Performance*. A partir da análise de conteúdo de materiais produzidos por jornalistas de quatro diários impressos de alcance nacional¹¹ e da aplicação de questionário com os profissionais, o pesquisador comparou ideais, percepções de atuação e práticas profissionais, e constatou que os jornalistas “se consideram muito autônomos, percebem um pouco de autonomia no seu trabalho, mas na prática não são muito autônomos” (Schmitz, 2018, p. 141).

Sônia Virgínia Moreira e as pesquisadoras Cláudia Mellado (Chile), Cláudia Lagos (Chile) e María-Elena Hernández-Ramírez (México) compararam culturas jornalísticas da América Latina (Mellado *et al.*, 2012). A pesquisa mediu as concepções dos jornalistas sobre

¹¹ *Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Zero Hora.*

seus papéis, ideologias éticas¹² e orientações epistemológicas. Em relação às funções profissionais, embora os jornalistas dos três países apoiem o distanciamento e o não envolvimento, os brasileiros defendem uma postura ainda mais passiva “quando se trata de intervenção no processo político e de opinião pública” (Mellado *et al.*, 2012, p. 67, tradução nossa). Os brasileiros foram os que mais apoiaram atuar como vigilantes do governo, um papel considerado importante para os chilenos e os mexicanos.

Nas três nações, os jornalistas rejeitaram a ideia de transmitir uma imagem positiva da elite empresarial e política. O papel de “fornecer aos cidadãos as informações de que precisam para tomar decisões políticas” também foi compartilhado entre os países, mas teve ainda maior aceitação para os brasileiros. Em relação às orientações epistemológicas, o estudo mostrou que jornalistas dos três países defendem objetividade, neutralidade e imparcialidade em suas práticas diárias. No que diz respeito às “ideologias éticas”, os profissionais concordaram com a “existência de princípios éticos universais que devem ser seguidos independentemente da situação do contexto” (Mellado *et al.*, 2012, p. 71, tradução nossa).

As culturas jornalísticas da América Latina, assim como a de outros países em diferentes continentes, também foram o foco de estudos comparativos de papéis profissionais do projeto *Journalistic Role Performance* na última década. Os principais resultados da primeira fase do JRP serão detalhados no próximo capítulo.

Fora do contexto dos projetos transnacionais, a pesquisadora Gisele Dotto Reginato identificou o que chamou de “12 finalidades do jornalismo brasileiro”¹³ com base nas percepções de veículos, jornalistas e leitores (Reginato, 2019). O termo “finalidades” do jornalismo, quando analisado sob a ótica dos profissionais, veículos de comunicação e leitores, ou seja, o que esses três sujeitos esperam do jornalismo (ideais), pode ser entendido como mais um termo teórico para descrever as concepções desses grupos em relação aos papéis jornalísticos, embora a autora não faça essa relação e tampouco cite diretamente os atuais estudos transnacionais sobre o tema em seu livro. Assim como nas pesquisas internacionais, no Brasil também há falta de consenso terminológico entre pesquisadores da área em relação aos papéis profissionais.

¹² O termo “ideologias éticas” foi conceituado originalmente por Forsyth (1980) e incorporado à teorização do WJS. Esse conceito abarca duas dimensões: o Relativismo, em que as filosofias morais individuais são baseadas em preceitos universais; e Idealismo, em que as consequências das ações individuais devem buscar o correto, o ideal (Hanitzsch, 2007).

¹³ Elas são: a) fiscalizar o poder e fortalecer a democracia; b) esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade; c) informar; d) verificar a veracidade das informações; e) selecionar o que é relevante; f) investigar; g) registrar história e construir memória; h) interpretar e analisar a realidade; i) defender o cidadão; j) fazer a mediação entre os fatos e o leitor; k) integrar e mobilizar pessoas; e l) divertir.

Por meio da Análise do Discurso (AD), Reginato (2019) analisou editoriais, manuais de redação e códigos de ética dos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*, para aferir a percepção dos veículos sobre as finalidades do jornalismo. A concepção dos jornalistas foi analisada por meio de documentários, entrevistas, livros e bibliografias em que os profissionais expressam suas opiniões sobre essas finalidades, o que a autora denominou de “funções do jornalismo”. Em relação aos leitores, a pesquisadora considerou os comentários em sites e redes sociais dos jornais. As três principais finalidades percebidas por veículos, jornalistas e leitores como um ideal jornalístico foram “esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade”, “fiscalizar o poder e fortalecer a democracia” e “informar”.

1.2.2 Pesquisa comparativa transnacional

Ao final da década de 1990, a pesquisa comparativa das culturas jornalísticas começou a desenvolver um corpo empírico robusto, segundo Hanusch e Hanitzsch (2017), porque cresceu a percepção de que esses estudos são fundamentais para generalizar teorias e descobertas do campo jornalístico, e também devido a um mundo cada vez mais globalizado e tecnológico, que permitiu o surgimento de redes científicas transnacionais. Essas novas redes resultaram em estudos com grupos pequenos de países (por exemplo, Donsbach e Patterson (2004); Hanusch e Hanitzsch (2013); Mellado, Hummes e Marquéz-Ramírez (2018); Van Dalen, Vreese e Albæk (2011), etc.) e outros em grande escala (por exemplo, Hanitzsch *et al.* (2010; 2011; 2012; 2019); Mellado *et al.* (2017; 2021); Tejkalová *et al.* (2017); Weaver (1998); e Weaver e Willnat (2012)).

O trabalho de Weaver (1998) – *The Global Journalist* – foi um dos primeiros a realizar estudos comparativos em grande escala. O livro apresenta características básicas (como condições de trabalho e valores profissionais) de jornalistas de 21 países em pesquisas realizadas entre 1986 e 1996 e que utilizaram como base o questionário aplicado com jornalistas dos Estados Unidos (Weaver; Wilhoit, 1996). Esse trabalho foi posteriormente ampliado para 31 países e agrupou pesquisas realizadas entre 1996 e 2011 (Weaver; Willnat, 2012). Apesar desse esforço em analisar um grande volume de culturas jornalística, os trabalhos de Weaver (1998) e Weaver e Willnat (2012) sofreram críticas devido às limitações metodológicas. De acordo com Hanusch e Hanitzsch (2017), as pesquisas foram realizadas em períodos de tempo diferentes e com disparidade no tamanho das amostras e nas taxas de respostas, o que dificultou a interpretação dos resultados. Weaver (1998) reconheceu essas inconsistências na metodologia, mas apontou evidências que se confirmariam mais tarde em outras pesquisas de

grandes dimensões (por exemplo, Hanitzsch *et al.* (2011; 2012); Hanitzsch e Mellado (2011); e Mellado *et al.* (2021)): há diferenças entre culturas jornalísticas em todo o mundo, devido a fatores políticos, econômicos, culturais, tecnológicos e históricos.

Senso assim, essas pesquisas não encontraram padrões claros de semelhanças e diferenças nos ideais profissionais por sistemas de mídia ou agrupamentos geográficos, culturais e políticos entre os países. Segundo Mick (2017), isso explica a fragilidade de modelos teóricos que se pretendem globais, sobretudo, devido ao viés metodológico nacionalista, em que os papéis profissionais foram teorizados sob a ótica de um determinado país ou sistema social, e posteriormente adaptados a outros contextos culturais (Hanitzsch, 2007; Mick, 2017; Mellado; Hellmueller; Weaver, 2017). Mick (2017) aponta que grande parte dessas teorias foi concebida no ocidente, principalmente, nos Estados Unidos, na Alemanha e na Inglaterra, o que inviabilizou a análise dos papéis em realidades culturais e linguísticas de países não-ocidentais. Mellado, Hellmueller e Weaver (2017) afirmam que pesquisadores das nações dominantes utilizam tais tipificações em suas pesquisas globais devido à falta de desenvolvimento do campo acadêmico em outros locais.

Um dos primeiros estudos que procurou sanar essa problemática foi o de Hanitzsch (2007), no âmbito do projeto transnacional *Worlds of Journalism Study* (WJS), que mapeou os modelos teóricos de pesquisas em vários países e identificou padrões e diferenças entre eles. Por meio de um método dedutivo e ético, Hanitzsch (2007, p. 370-71, tradução nossa) propôs uma fundamentação teórica com base na sobreposição cultural, em que “parte de um denominador teórico comum entre as culturas jornalísticas que pode ser aplicado a diversos contextos nacionais e organizacionais”. O trabalho de Hanitzsch (2007) identificou três modelos para comparar as culturas jornalísticas no nível da concepção de papéis, o que o autor denominou “papéis institucionais”: Intervencionista, Distância do Poder e Orientação para o Mercado. Cada um deles tem dois polos de tipos ideais: intervencionista (intervenção (+), passivo (-)); Distância do poder (adversário (+), leal (-)); Orientação para o Mercado (consumidores (+), cidadãos (-)). Hanitzsch (2007) também propôs outros dois componentes de análise para comparar as culturas jornalísticas: Epistemologia e Ideologias Éticas, que abarcam duas dimensões cada: objetivismo e empirismo, no caso das Epistemologias; e relativismo e idealismo, no caso das Ideologias Éticas. O estudo ainda coletou informações sobre as influências percebidas pelos jornalistas na prática profissional e sobre a confiança dos profissionais nas instituições públicas.

Na primeira fase do WJS, realizada entre 2007 e 2011, o projeto contou com a colaboração de 21 países, que ao todo aplicaram enquetes com 2.700 jornalistas. Ao comparar

essas culturas jornalísticas, um dos achados foi de que apesar de “os padrões de semelhança e diferenças não serem perfeitamente classificados por meio de dimensões políticas e culturais comuns [...] há vários padrões gerais de semelhanças e diferenças globais entre as culturas de jornalismo” (Hanitzsch *et al.*, 2011, p. 11-12, tradução nossa). Esses “padrões gerais” detectados no estudo do WJS podem ser resultado de outra fragilidade metodológica nas primeiras pesquisas internacionais de concepção de papéis: a falta de procedimentos estatísticos adequados para testar as dimensões dos papéis jornalísticos. Mellado, Hellmueller e Weaver (2017, p. 53, tradução nossa) argumentam, por exemplo, que “o teste de Invariância Fatorial para saber até que ponto as comparações são possíveis entre os países foi quase ausente nas pesquisas comparativas de concepção de papéis”. Esse foi o caso do trabalho de Hanitzsch *et al.* (2011) que não fez uso desse procedimento. Essa ausência, segundo os autores, prejudica a qualidade das medições nas pesquisas, já que as “dimensões que compõem um determinado papel podem não ser consideradas como as mesmas em todos os contextos organizacionais, políticos e culturais” (Mellado; Hellmueller; Weaver, 2017, p. 53, tradução nossa). Apesar disso, o *Worlds of Journalism Study* deu um salto nos estudos das culturas jornalísticas ao propor um modelo teórico-metodológico padrão que foi aplicado em grande dimensão. Na segunda etapa, realizada entre 2012 e 2015, o projeto foi ampliado e contou com a colaboração de pesquisadores de 67 países, que aplicaram ao todo um questionário a 27.500 jornalistas. Em 2021, o projeto iniciou a terceira fase, que conta com o engajamento de 120 países. O foco central dessa etapa é compreender os níveis de riscos e incerteza dos profissionais diante das mudanças na profissão.

Apesar do avanço na tentativa de estabelecer um modelo teórico-metodológico padrão e de trazer informações fundamentais sobre as funções jornalísticas no mundo, os estudos de Hanitzsch (2007) e Hanitzsch *et al.* (2011), assim como Cohen (1963), Donsbach (2008), Hanitzsch *et al.* (2019), Johnstone, Slawski e Bowman (1976) e Weaver (1998), entre outros, limitaram-se a analisar os papéis jornalísticos no campo do ideal e sob o ponto de vista do profissional – que papéis os jornalistas acreditam exercer e a importância que atribuem a cada um deles no desempenho profissional. Essas pesquisas não analisaram se esses valores guiavam, de fato, as práticas jornalísticas. E não é possível pensarmos em cultura jornalística sem considerar normas e práticas, já que, conforme Hanitzsch (2007), ela é composta pelos dois elementos: avaliativo e performativo. Para Mellado (2015), desconsiderar a análise do desempenho de papéis é crítico, na medida em que “a maioria das pesquisas alega que os profissionais moldam os conteúdos das notícias” (Mellado, 2015, p. 1, tradução nossa). O que significa dizer que a maneira como jornalistas idealizam e percebem a atuação de seus papéis é

expressa nas notícias que eles produzem. Hanitzsch (2007) aponta ainda que a prática como reflexo dos ideais e percepções profissionais é exercida, principalmente, de forma inconsciente. Mas somente é possível confirmar essa relação entre concepção, percepção de atuação e desempenho de papéis recorrendo, também, à análise das notícias produzidas pelos profissionais.

Em razão disso, as pesquisas que analisam o desempenho de papéis profissionais ganharam força nas últimas décadas, trazendo diversas perspectivas sobre a prática jornalística em todo o mundo (por exemplo, Mellado (2015); Mellado *et al.* (2017); Mellado *et al.* (2021); Mellado e Van Dalen (2014); Mellado, Hellmueller e Donsbach (2017); Raemy, Beck e Hellmueller (2018); Roses e Humanes (2019); e Tandoc, Hellmueller e Vos (2013)). A maioria desses estudos integra o projeto *Journalistic Role Performance*, que une concepção e desempenho de papéis ao conjugar a Análise de Conteúdo das notícias com enquetes realizadas com jornalistas (*survey*). O primeiro método analisa se e com que amplitude os papéis profissionais estão presentes no conteúdo noticioso, e o segundo afere os ideais e as autopercepções dos profissionais (concepção e atuação percebida de papéis). A proposta e a metodologia do projeto são descritas em detalhes no capítulo a seguir.

CAPÍTULO II: PROJETO *JOURNALISTIC ROLE PERFORMANCE* (JRP)

Ao explorar o desempenho de papéis profissionais como objeto de estudo, o *Journalistic Role Performance* tem o objetivo geral de explicar como esses modelos jornalísticos se materializam nas notícias em diferentes organizações e culturas (Mellado, 2015; Mellado; Van Dalen, 2014). A primeira fase do JRP (2013-2018) encontrou padrões híbridos de semelhanças e diferenças no desempenho de papéis profissionais entre culturas jornalísticas de países avançados, em transição e não democráticos (Mellado *et al.*, 2017). Essa classificação tem como base o índice *The Economist Democracy* e o relatório *Freedom of the Press*. O estudo também apontou diferenças significativas no desempenho de papéis de acordo com fatores sociais, organizacionais e individuais (por exemplo, Mellado *et al.* (2016); Mellado e Van Dalen (2017); e Márquez-Ramírez *et al.* (2019)). E, por fim, descobriu discrepância entre os ideais, a atuação percebida e as práticas profissionais nos níveis individual e organizacional (por exemplo, Mellado e Van Dalen (2014); Mellado *et al.* (2020); e Mellado e Mothes (2021)).

Na segunda etapa, o trabalho de campo foi realizado entre 2019 e 2022. O projeto ampliou o estudo ao incluir novos países e outros tipos de mídias, já que, na primeira fase, as análises de conteúdo se restringiram aos jornais impressos de mídia nacional. Na nova etapa, foram incluídos programas jornalísticos de rádio e televisão, além de portais online. O foco principal dessa segunda onda foi analisar as diferenças no desempenho de papéis entre os tipos de mídia e entre tópicos de notícia (editoriais) nas diversas culturas jornalísticas.

2.1 MODELO JRP: DESEMPENHO DE PAPÉIS JORNALÍSTICOS

Ao analisar os papéis profissionais materializados no conteúdo jornalístico, o JRP busca responder com mais precisão às variações internas de desempenho de papéis a partir de seis modelos de atuação (ver Quadro 1). Essa abordagem é uma tentativa de tornar os estudos sobre cultura jornalística menos abstratos, partindo de dados empíricos que não abrangem somente aquilo que o jornalista idealiza e diz que faz, mas também a sua prática efetiva. A teorização dos papéis profissionais serve de base instrumental para a Análise de Conteúdo e permite uma transnacionalidade possível na pesquisa, já que a primeira etapa do JRP (2013-

2018) envolveu 18 países¹⁴ de três continentes. Na segunda fase (2019-2022), 37 países¹⁵ de cinco continentes integram o projeto. Mas, como dito anteriormente, os modelos teóricos de papéis jornalísticos ainda são profundamente influenciados por uma compreensão ocidental da produção de notícias e não refletem, necessariamente, a variação cultural em todo o mundo (Mellado, 2015; Mick, 2017).

Com base em um corpo representativo de estudos, Mellado (2015) conceituou três domínios independentes para a análise do desempenho de papéis profissionais que são “interrelacionados” (Mellado, 2021b, p. 34, tradução nossa): “Voz Jornalística”, “Relação de Poder” e “Abordagem do Público”. A partir desses domínios, foram definidos seis papéis profissionais: Disseminador-Intervencionista, Fiscalizador (*wacthdog*), Leal-Facilitador, Serviço, Infotimento e Cívico. Para medir a presença ou ausência dos papéis no noticiário, o estudo desenvolveu indicadores individuais para cada um deles. Tais modelos estão sintetizados no Quadro 1 e servem de referência para a Análise de Conteúdo nas pesquisas do JRP.

¹⁴ Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, China, Cuba, Espanha, Estados Unidos da América, Filipinas, Grécia, Hong Kong, Hungria, Irlanda, Malásia, México, Polônia, Rússia e Suíça.

¹⁵ Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Cuba, Egito, Emirados Árabes, Equador, Espanha, Estados Unidos da América, Estônia, Etiópia, França, Hungria, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Kuwait, Líbano, México, Paraguai, Polônia, Qatar, Reino Unido, Ruanda, Rússia, Sérvia, Suíça, Taiwan e Venezuela.

Quadro 1 - Domínios, papéis e indicadores para a Análise de Conteúdo

Domínio	Papel profissional	Indicadores individuais
Voz Jornalística	Disseminador-intervencionista	<ul style="list-style-type: none"> • Opinião do jornalista, • Interpretação do jornalista • Chamada para ação • Adjetivos qualificados • Primeira pessoa
Relações de Poder	Fiscalizador (<i>Watchdog</i>)	<ul style="list-style-type: none"> • Informações de processos • Dúvidas jornalista • Dúvidas de terceiros • Críticas jornalista • Crítica de terceiros • Denúncias de jornalista • Denúncia de terceiros • Investigação externa • Reportagem investigativa
	Leal-Facilitador	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar atividades institucionais • Apoiar políticas • Promoção imagem elites • Comparação com outros países • Progresso país • Trunfos Nacionais • Patriotismo • Promoção imagem do país
Abordagem do Público	Serviço	<ul style="list-style-type: none"> • Dar dicas (Reclamações) • Dar dicas (Riscos individuais) • Impacto na vida cotidiana. • Informações sobre consumidor • Conselhos ao consumidor • Assistência pessoal
	Infotimento	<ul style="list-style-type: none"> • Personalização • Vida privada • Sensacionalismo • Emoções • Morbidez
	Cívico	<ul style="list-style-type: none"> • Reações dos cidadãos • Demandas cidadãos • Credibilidade cidadãos • Impacto local • Impacto comunidade social • Educação sobre direito e deveres • Informações contextuais • Perguntas aos cidadãos • Apoiar movimentos civis

Fonte: elaborado pela autora com base em Mellado (2015).

2.1.1 Voz jornalística

A Voz Jornalística lida com a forma com que o jornalista se posiciona nas reportagens – passiva ou ativamente (Mellado, 2005). Esse domínio tem apenas um papel profissional que se divide em dois polos dicotômicos: Disseminador-Intervencionista. No polo disseminador, há distância entre o jornalista e os fatos. O jornalista segue estritamente os princípios deontológicos da objetividade, neutralidade, desapego e imparcialidade (Hanitzsch, 2007). É o que Weaver e Wilhoit (1986) denominaram “disseminador da informação”, que enfatiza a objetividade e a separação dos fatos da opinião. No polo intervencionista, o profissional tem uma posição ativa e presente na notícia, tem voz na história e, às vezes, age como defensor de diferentes grupos na sociedade (Mellado, 2015). Essa dimensão é acionada, normalmente, quando a promoção de certos valores e a busca por uma missão específica deslocam o jornalista da posição passiva para a interventora (Hanitzsch, 2007).

2.1.2 Relação de poder

O segundo domínio, que serve de base para este trabalho, refere-se às relações com os poderes (político, sociocultural ou econômico) mantidas por jornalistas. Dois papéis profissionais são definidos a partir dessa perspectiva: o Fiscalizador (*watchdog*) e o Leal-Facilitador. O primeiro modelo abrange práticas investigativas que desafiam os diferentes campos do poder (Hanitzsch, 2007) e materializa-se em reportagens que revelam fraudes no sistema público e privado, por exemplo. Jornalistas que desempenham esse papel se posicionam como “vigilantes” e agentes do controle social. Já o desempenho do Leal-Facilitador está relacionado à divulgação da agenda do governo ou reportagens positivas sobre empresas ou indústrias. É o que Pasti (2005, p. 99) conceitua como “papel de propagandista”, que pode ser visto como um jornalismo submisso, dependente, servil e defensor dos poderosos. Esse papel é representado também por notícias que enaltecem a pátria e, às vezes, compara o país com outras nações (Mellado, 2015). Embora com funções antagônicas, esses dois papéis são independentes e podem se manifestar de forma conjunta.

2.1.3 Abordagem do público

Por fim, o domínio que aborda a audiência diz respeito à forma como o jornalismo se relaciona e vê o público: cidadãos, clientes ou espectadores. Três papéis profissionais estão

relacionados a essa dimensão: Cívico, Serviço e Infotimento. O papel Cívico é um jornalismo voltado para o cidadão, que tem o objetivo de incentivar a audiência ao debate público e à participação na vida social, política e cultural. É também conhecido como jornalismo público ou comunitário. Já o papel Serviço é um jornalismo voltado para cliente, pautado pelo interesse do próprio público, com informações, conhecimento e aconselhamento sobre bens e serviços que podem ser aplicados no dia a dia. “As culturas de jornalismo neste polo da dimensão defendem os valores do consumismo; eles se concentram em questões da vida cotidiana e necessidades individuais” (Hanitzsch, 2007, p. 375, tradução nossa). O papel Infotimento diz respeito à visão do público como espectador, e é uma mistura de jornalismo com entretenimento, em que o “relaxamento do auditório e as experiências emocionais tornam-se o centro das atenções” (Mellado, 2015, p. 6, tradução nossa), além disso, abrange também um jornalismo sensacionalista, que adentra a vida privada de pessoas públicas e as torna notícia.

2.2 MODELO JRP: ENQUETE COM JORNALISTAS (*SURVEY*)

Com a intenção inicial de identificar se os ideais jornalísticos correspondem à prática profissional, o projeto desenvolveu um questionário (*survey*) com base na mesma divisão conceitual dos seis papéis profissionais da Análise de Conteúdo. A enquete contém questões sobre a importância que os jornalistas dão a essas funções (concepção de papéis – *role conception*) e como eles percebem que colocam na prática tais papéis (atuação percebida de papéis – *role enactment*). Na primeira fase do projeto, foram comparados os ideais e práticas no nível individual. O questionário foi aplicado somente com os autores das notícias codificadas na Análise de Conteúdo. Na segunda etapa, houve mudança de abordagem e analisou-se a relação concepção-desempenho no nível coletivo. Foram consideradas as respostas de jornalistas que não necessariamente produziram as notícias, mas que trabalham para os veículos ou o grupo empresarial de comunicação da amostra.

Os entrevistados não foram questionados diretamente sobre os papéis profissionais, mas sobre práticas de reportagem que correspondem a esses papéis. Especificamente, a pesquisa questiona a importância individual que os jornalistas atribuem a determinados aspectos da prática profissional e quão comum eles percebem que esses aspectos estão presentes no conteúdo dos veículos de comunicação.

Essas questões traduzem os indicadores que estão relacionados a cada um dos papéis (ver Quadro 2). O projeto também mediu os níveis percebidos de autonomia, o uso de diferentes

ferramentas de mídia sociais e características pessoais, sociodemográficas e de trabalho por meio de questões específicas.

Quadro 2 - Domínios, papéis e indicadores para a enquete (*survey*) (continua)

Domínio	Papel profissional	Indicadores concepção /representação de papéis percebida
Voz Jornalística	Disseminador- Intervencionista	<ul style="list-style-type: none"> • Dá opinião sobre as questões que está relatando, como expressão de aprovação ou desaprovação. • Fornece suas próprias propostas ou ideias sobre políticas ou soluções potenciais para problemas. • Chama o público a se comportar de uma determinada maneira em relação a um evento ou problema. • Usa termos avaliativos sobre eventos ou pessoas nas reportagens que revelam sua própria maneira de ver as coisas. • Faz campanha por uma causa política ou social.
Relações de Poder	Fiscalizador	<ul style="list-style-type: none"> • Questiona a veracidade do que indivíduos ou grupos poderosos da sociedade - como políticos e partidos políticos, órgãos governamentais, empresas, igreja e elite cultural - dizem ou fazem. • Descobre o comportamento ilegal/irregular de indivíduos ou grupos poderosos da sociedade, como políticos e partidos políticos, órgãos governamentais, empresas, igreja e elite cultural. • Inclui informações sobre processos judiciais ou administrativos relativos a indivíduos ou grupos poderosos da sociedade. • Fornece informações sobre abusos de poder ou irregularidades com base em sua própria investigação e pesquisa. • Cita fontes que questionam, criticam ou revelam irregularidades de grupos ou indivíduos poderosos na sociedade.
	Leal-Facilitador	<ul style="list-style-type: none"> • Expressa sentimentos positivos sobre ser cidadão do seu país. • Apresenta de forma positiva as políticas públicas ou atividades oficiais das elites governamentais. • Enfatiza favoravelmente a liderança, habilidades de gestão ou características pessoais de poderes institucionais, líderes econômicos e elites poderosas. • Compartilha conquistas sociais, esportivas, políticas ou econômicas de seu país. • Elogia a realização de indivíduos, grupos ou organizações em sua localidade ou país. • Defende os valores nacionais do seu país.

Quadro 2 - Domínios, papéis e indicadores para a enquete (*survey*) (conclusão)

Domínio	Papel profissional	Indicadores concepção /representação de papéis percebida
Abordagem do Público	Serviço	<ul style="list-style-type: none"> • Indica como um determinado evento ou ação pode influenciar o dia a dia das pessoas comuns. • Dá ao público dicas e orientações práticas sobre como lidar com os problemas da vida cotidiana. • Fornece informações ao consumidor sobre tendências, avanços e novos produtos ou serviços. • Apela ao público para ajudar outras pessoas com problemas específicos e pessoais. • Ajuda o público a reconhecer a boa e a má qualidade de produtos ou serviços específicos.
	Infotainment	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta indivíduos nas notícias, fornecendo informações sobre suas características intelectuais, físicas ou sociais. • Inclui referências explícitas às emoções das pessoas. • Inclui informações sobre a vida privada das pessoas nas notícias. • Inclui detalhes para aumentar o impacto de histórias sobre violência, crime, pobreza extrema, sexo, etc. • Usa humor, exagero, sarcasmo ou outros dispositivos para contar histórias e fornecer informações de maneira divertida.
	Cívico	<ul style="list-style-type: none"> • Informa as pessoas sobre seus deveres e direitos econômicos, sociais e/ou políticos. • Inclui informações básicas e contexto aprofundado sobre eventos específicos nas notícias. • Menciona o impacto das decisões na periferia do seu país, além da capital e outras cidades principais. • Inclui diferentes perspectivas nas notícias para melhor informar os cidadãos. • Descreve o impacto das decisões das autoridades em comunidades específicas socialmente definidas, como classes sociais, sexualidades, raças ou etnias. • Informa o público sobre as atividades dos cidadãos • Apoia explicitamente os movimentos e demandas dos cidadãos.

Fonte: elaborado pela autora com base em Mellado; Mick; Márquez-Ramírez (2021)

2.3 LACUNA ENTRE IDEAIS E PRÁTICAS

Ao conjugar concepção e desempenho de papéis profissionais, algumas pesquisas demonstram que a relação entre ideais e práticas profissionais não é direta, pois ela sofre interferências e, por esse motivo, pode ser divergente (por exemplo, Mellado e Van Dalen (2014); Tandoc, Hellmueller e Vos (2013); e Van Dalen, Vreese e Albaek (2012)). Um repórter pode idealmente estar comprometido com determinado papel, por exemplo, mas não conseguir colocá-lo em prática porque se depara com uma série de obstáculos internos e externos presentes na sua rotina – da sobrecarga de trabalho à interferência de colegas, de fontes, do

departamento comercial e assim por diante. O profissional pode também encontrar barreiras em valores culturais, sistemas políticos e econômicos e interesses da organização jornalística (Mellado; Van Dalen, 2014).

Essas interferências no trabalho do jornalista foram o foco do estudo de Hanitzsch *et al.* (2010) dentro da estrutura do *Worlds of Journalism Study*. A pesquisa mediu a percepção dos profissionais sobre as intervenções no seu trabalho, o que resultou em uma lista do que os autores conceituaram como fatores de influências. O conhecimento de que os fatores de influências interferem na maneira como os profissionais desempenham seus papéis, trouxe uma nova perspectiva sobre a prática profissional, que passou a ser entendida como “um processo coletivo-relacional” (Hullmeller; Mellado, 2015, p. 5), contradizendo a abordagem funcionalista de que o resultado do trabalho jornalístico é apenas reflexo da concepção e percepção individual do profissional (Mellado, 2015). Dessa forma, o conceito de desempenho de papel passou a ser compreendido como “o estudo de como normas e ideais jornalísticos particulares são negociadas coletivamente e resultam em práticas específicas” (Mellado, 2021a, p. 12, tradução nossa).

Os primeiros pesquisadores a explorarem empiricamente as percepções dos jornalistas sobre as influências no trabalho foram Flegel e Chaffee (1971), em sua pesquisa com 17 repórteres do estado de Wisconsin, nos Estados Unidos (Hanitzsch *et al.*, 2010). Outras diversas pesquisas ao redor do mundo mediram as percepções dos profissionais sobre interferências em seu trabalho ou como elas afetam as notícias. Esses estudos desenvolveram diferentes modelos teóricos para definir as múltiplas fontes e níveis de influências (por exemplo, Berkowitz, Limor e Singer (2004); Shoemaker e Reese (1996); Voakes (1997); Weaver e Wilhoit (1986); e Weischenberg, Löffelholz e Scholl (1993)).

Shoemaker e Reese (1996) identificaram cinco níveis hierárquicos de influências: “do indivíduo”, “rotinas de mídia”, “da organização”, “extra mídia” e “ideológico”. Voakes (1997) propôs uma base mais complexa, que inclui sete fatores de influências sociais: “individual”, “pequeno grupo”, “organizacional”, “competição”, “ocupacional”, “extra mídia” e legal”. De acordo com Hanitzsch *et al.* (2010) e Hanitzsch e Mellado (2011), a maioria dessas pesquisas avaliou as influências sobre o conteúdo noticioso ou analisou a visão dos profissionais sob a perspectiva de efeitos objetivos dessas influências na prática. Hanitzsch *et al.* (2010, p. 4, tradução nossa), argumentam que esses estudos não revelaram um “padrão consistente no que diz respeito à estrutura dimensional das influências e a importância relativa das várias fontes de influências”. Com o intuito de superar essas limitações e estabelecer uma estrutura conceitual que permitisse aferir a percepção de jornalistas sobre os fatores de influências em diferentes

culturas jornalísticas, Hanitzsch *et al.* (2010) compactaram a vasta lista de fontes de influências em seis domínios principais – “influências políticas”, “econômicas”, “profissionais”, “processuais”, “organizacionais” e “grupo de referências”. O estudo foi realizado com 1.700 jornalistas de dezessete países em todos os continentes, na primeira etapa do WJS. E essa teorização, posteriormente replicada em Hanitzsch e Mellado (2011), serviu também de base referencial para a primeira etapa do JRP.

As influências políticas, referem-se tanto a fontes, políticos e funcionários do governo, quanto a questões de censura no trabalho jornalístico. Também entram nessa dimensão os agentes de negócios, como lobistas, que representam interesses particulares e empresariais, e que podem entrar em conflito com o interesse público que orientaria o jornalista, afetando sua prática (Hanitzsch *et al.*, 2010).

Influências econômicas levam em conta que toda organização de notícias (com ou sem fins lucrativos) precisa ter rentabilidade para manter o custo da estrutura de trabalho. Essa dimensão está relacionada a aspectos como a necessidade de anunciantes, a expectativa do lucro e o resultado de pesquisas de audiência e de mercado.

A esfera organizacional diz respeito às interferências relacionadas à tomada de decisão da organização sobre o trabalho do jornalista, podendo vir da redação: supervisores, editores, chefia de reportagem, produtores etc.; ou da organização de mídia: gestão e propriedade.

Restrições cujas origens estão nos aspectos técnicos que atravessam a prática jornalística fazem parte das influências processuais. Relacionam-se à falta de recursos estruturais, a pressão de prazos e também padrões e procedimentos que podem limitar o trabalho do jornalista.

Já as influências profissionais residem nos costumes e convenções da profissão – aquilo que “se acredita ser bom e aceitável na prática do jornalismo” (Hanitzsch *et al.*, 2010, p. 7, tradução nossa). Também fazem parte dessa dimensão as leis de mídia que impactam nos aspectos legais da operação jornalística.

Por fim, os grupos de referências são as fontes que influenciam o jornalista na esfera profissional: colegas, concorrentes, audiências; e na vida privada: amigos, conhecidos, familiares.

Uma das descobertas do estudo de Hanitzsch *et al.* (2010) é que há uma estrutura hierárquica nos fatores de influências. Na percepção dos jornalistas, as fontes organizacionais, profissional e processuais são, respectivamente, aquelas que mais interferem sobre o trabalho diário. Segundo os autores, essa constatação se deve ao fato de que os jornalistas têm uma relação direta com elas em suas rotinas. Hanitzsch e Mellado (2011) argumentam que as fontes

organizacional, profissional e processual podem “esconder” outros dois fatores de influência significativos no desempenho do trabalho jornalístico – o político e o econômico, que não são percebidos pelos jornalistas como uma força importante em alguns países, pois esses profissionais não lidam diretamente com essas influências em seu trabalho, mas os efeitos gerados por elas podem ser interpretados pelos profissionais como parte da interferência organizacional. O que significa dizer que, provavelmente, os fatores políticos e econômicos interferem mais na prática profissional do que descrevem os profissionais ao relatar suas percepções.

A pesquisa de Hanitzsch e Mellado (2011) (que deu sequência ao estudo de Hanitzsch *et al.* (2010) no âmbito do *Worlds of Journalism Study*) constatou que houve uma variação de todos os fatores de influências entre os 18 países¹⁶ da amostra, devido a diferenças nos contextos políticos, econômicos e sociais dos países. Essa descoberta era esperada pelos pesquisadores, que explicam que há um consenso teórico na literatura segundo o qual “o ambiente político e econômico constituem as principais forças que impulsionam as variações nas culturas jornalísticas e nos sistemas de mídia ao redor do mundo” (Hanitzsch, Mellado, 2011, p. 416, tradução nossa). Em apoio a essa perspectiva, as percepções dos jornalistas sobre as influências econômicas e políticas foram as que apresentaram as maiores diferenças entre as nações.

O estudo revelou também que os países com baixos níveis de desempenho democrático e liberdade de imprensa, e com altos níveis de paralelismo político, foram os que tiveram as maiores percepções das influências políticas. Para medir o nível de desempenho democrático e político, a pesquisa utilizou o índice *Democracy Index* da *Economist Intelligence Unit*. Já a liberdade de imprensa foi medida com base no relatório *Freedom of the Press*, e o paralelismo político foi modelado de acordo com as definições do *Media Systems* de Hallin e Mancini (2004). Os fatores políticos também foram mais fortemente percebidos pelos profissionais de veículos estatais do que de públicos e privados. Os autores argumentam que esse resultado está relacionado ao fato de que os veículos estatais têm relação direta com as fontes políticas. Já as influências econômicas foram maiores em culturas jornalísticas de países com mais liberdade econômica, bem como em mídia privada e estatal, embora o fator econômico também tenha sido percebido pelos profissionais da mídia pública. Para medir a liberdade econômica dos países foi utilizado o índice *Economic Freedom of the World*.

¹⁶ Austrália, Áustria, Brasil, Bulgária, Chile, China, Egito, Alemanha, Indonésia, Israel, México, Romênia, Rússia, Espanha, Suíça, Turquia, Uganda e Estados Unidos.

Esses achados trazem questionamentos relacionados à autonomia e responsabilidades dos jornalistas (Mellado, 2015). Até que ponto o jornalista tem liberdade para exercer seus papéis profissionais e até que ponto ele tem responsabilidade no resultado final do trabalho que produz? Se as influências organizacional, profissional e processual são os principais fatores de influências percebidos pelos jornalistas, como apontou Hanitzsch *et al.* (2010), o limite para a liberdade individual e responsabilidades profissionais inicia no “berço” do seu trabalho. É na redação que, em primeiro lugar, as práticas profissionais são moldadas pelos interesses organizacionais e pelos processos de produção e, em segundo lugar, por diversas outras fontes de influência, que incidem menos ou mais no trabalho jornalístico a depender dos contextos.

Diante disso, é inevitável que a prática profissional não reflita os ideais e percepções individuais, o que significa que há uma distância entre aquilo que o jornalista acredita que deve ser o seu papel profissional (concepção de papéis) e aquilo que efetivamente ele faz (desempenho de papel). Foi o que mostrou o estudo de Mellado e Van Dalen (2014) com jornalistas chilenos no âmbito do JRP: há desconexão entre os ideais e práticas profissionais, o que os autores definiram como lacuna (*gap*), reflexo dos fatores de influência e da falta de autonomia profissional.

A pesquisa mediu o tamanho da lacuna concepção-desempenho e para quais papéis ela é maior, bem como os fatores que explicam essa diferença. Foram analisadas 1736 notícias de cinco jornais de escopo nacional do Chile¹⁷, escritas por 187 jornalistas. O estudo revelou que houve discrepância entre concepção-desempenho para todos os papéis profissionais, com exceção do Disseminador-Intervencionista. A lacuna foi maior para os papéis de “Serviço”, “Cívico” e “Fiscalizador”, consecutivamente. A pesquisa também mostrou que a maior percepção de autonomia dos profissionais resultou em uma lacuna menor e que as fontes econômicas e políticas aumentaram a desconexão entre ideais e prática.

Com base no mesmo modelo operacional dos papéis profissionais de Mellado e Van Dalen (2014), Raemy, Beck e Hellmueller (2018) analisaram a relação entre ideais (concepção de papéis), percepção individual (atuação percebida dos papéis) e prática (desempenho de papéis) no jornalismo suíço. As análises de conteúdos foram realizadas em 519 notícias de oito jornais impressos¹⁸, e os questionários foram aplicados a 62 jornalistas autores das notícias. A conclusão do estudo é de que há fraca relação em como os jornalistas idealizam e percebem

¹⁷ São eles: *El Mercurio*, *La Tercera*, *Las Últimas Noticias*, *La Cuarta* e *La Nación*.

¹⁸ São eles: *Blick*, *Neue Zürcher Zeitung*, *Le Matin*, *Le Temps*, *Corriere del Ticino*, *Sonntags-Blick*, *NZZ am Sonntag* e *Le Matin Dimanche*.

seus papéis e como eles os colocam em prática, embora os profissionais no país tenham alta autonomia e sofram baixa influência de fatores econômico e políticos.

A constatação de que o desempenho dos papéis profissionais é resultado de negociações coletivas – e que, por esse motivo, há uma lacuna inevitável entre como os jornalistas idealizam, percebem seu trabalho e como eles o colocam em prática – “abriu caminho” para uma nova abordagem na investigação das diferenças entre ideais e práticas. Mellado *et al.* (2020) propuseram analisar a lacuna entre a concepção individual dos jornalistas e o desempenho médio das organizações de mídia em nove países¹⁹ da América Latina, Europa e Ásia. Especificadamente, esse estudo se concentrou na questão de “como o relacionamento entre jornalistas e suas organizações de notícias afeta as lacunas de concepção-desempenho” em cada um dos papéis (Mellado *et al.*, 2020, p. 555, tradução nossa). Os autores defendem que essa abordagem é uma tentativa de trazer resultados mais “significativos e válidos” e superar a limitação dos estudos anteriores que mediram as discrepâncias no nível individual, ao relacionar os ideais e percepções dos profissionais com as notícias produzidas por eles. Segundo os pesquisadores, a análise da lacuna sob a ótica do desempenho de papéis no nível individual negligencia a relação coletiva e híbrida característica da prática profissional.

A pesquisa analisa também se a autonomia profissional percebida pelos jornalistas (nível individual); as políticas editoriais, a propriedade e a orientação para o público da mídia (nível organizacional); e a liberdade de imprensa (nível social) afetam a lacuna concepção-desempenho em todos os países. As principais conclusões são de que a lacuna entre concepção de papéis individuais e o desempenho médio das organizações de mídia é maior para os papéis “Cívico” e “Fiscalizador”, que estão relacionadas com a função pública e democrática do jornalismo, e que “em todos os seis papéis analisados, o tamanho das lacunas diferiu mais claramente entre jornalistas e organizações de mídia do que entre países” (Mellado *et al.*, 2020, p. 567, tradução nossa).

Com base nos dados da primeira fase do JRP, outros trabalhos analisaram os ideais jornalísticos e a prática profissional sob diferentes perspectivas em estudos comparativos (por exemplo, Hellmueller e Mellado (2016); Mellado *et al.* (2016; 2017; 2020; 2021); Mellado, Humanes e Márquez-Ramírez (2018); e Márquez-Ramírez *et al.* (2019)), ou em estudos de culturas jornalísticas nacionais, nos Estados Unidos (por exemplo, Hellmueller *et al.* (2016)); no Chile (por exemplo, Mellado e Van Dalen (2016); Mellado e Van Dalen (2017)); no Brasil (por exemplo, Schmitz (2018)); na Polônia (por exemplo, Stepinska *et al.* (2019)); na China

¹⁹ São eles: Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Cuba, Espanha, Estados Unidos, Hong kong, Irlanda, Rússia e Suíça.

(por exemplo, Wang, Sparks e Yu (2017)); e Wang *et al.* (2017)), no Equador (por exemplo, Viveros e Mellado (2018)) e na Rússia (por exemplo, Pasti, Logunova e Davydov (2022)).

Alguns trabalhos se dedicaram a modelos específicos de papéis profissionais, como o de Mellado e Van Dalen (2016), que investigaram como o jornalismo chileno se dirige ao público. Os autores testaram e analisaram o desempenho dos papéis Cívico, Serviço e Infotenimento em notícias de jornais para validar a hipótese de que essas três funções representam melhor o domínio da abordagem com o público do que apenas a “distinção cidadão-consumidor que muito dominou as conceituações sobre a forma como os jornalistas abordam o público” (Mellado; Van Dalen, 2016, p. 215, tradução nossa).

De acordo com os autores, essa nova perspectiva tridimensional amplia a abordagem do público como consumidor de serviço para consumidor de entretenimento, reflexo das transformações sociais e midiáticas. A pesquisa também revelou que os três modelos são dimensões independentes que podem estar presentes, simultaneamente, em um mesmo material jornalístico. Os papéis Serviço e Infotenimento foram encontrados com maior frequência na mídia popular, já o Cívico teve maior presença nos jornais de mídia de qualidade.

Em outro estudo, Hellmueller *et al.* (2016) pesquisaram o desempenho dois papéis dominantes no jornalismo dos Estados Unidos – Cívico e Fiscalizador – e a mudança na articulação de tais modelos nos principais jornais do país. Os autores constataram que, no geral, a presença do Cívico foi ligeiramente maior do que a do Fiscalizador, o que comprova a hipótese de mudança nos papéis profissionais, já que o país norte-americano tem tradição do jornalismo *Watchdog*. A pesquisa também verificou que esses papéis estão mais presentes nos espaços de destaque dos jornais, como na primeira página. Em relação aos tipos de conteúdo, os dois modelos são mais comuns em crônicas e reportagens do que nas notícias.

O papel Fiscalizador também foi o foco do estudo de Hellmueller e Mellado (2016), que compararam esse modelo entre jornais dos Estados Unidos e do Chile, que apresentou uma presença bem menor que o do país norte-americano. Já a pesquisa de Stepinska *et al.* (2019) apontou que, entre os seis papéis profissionais, o Fiscalizador foi o mais praticado pelos jornalistas poloneses, seguido pelos modelos de Infotenimento e Cívico.

Em um estudo mais amplo, Márquez-Ramírez *et al.* (2019) compararam o desempenho do papel Fiscalizador entre os 18 países participantes da primeira etapa do projeto, separando-os em democracias avançadas, em transição e países não democráticos, com base no índice *The Economist Democracy*. Os autores propuseram duas subdivisões para o papel Fiscalizador: a orientação intervencionista e a orientação isenta, identificadas por meio dos indicadores individuais desse papel. Em outra pesquisa, Marquez-Ramírez *et al.* (2021)

analisaram os dois modelos das Relações do Poder: Fiscalizador e Leal-Facilitador, para cada um dos 18 países da amostra. Esses dois trabalhos (Márquez-Ramírez *et al.*, 2019; Marquez-Ramírez *et al.*, 2021) servem de base para esta pesquisa. Os resultados, a conceitualização, assim como a metodologia, serão apresentadas no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III: PAPÉIS JORNALÍSTICOS DAS RELAÇÕES DE PODER

Este capítulo tem como objetivo explorar em maior profundidade os dois papéis profissionais da dimensão das “Relações de Poder”, foco desta pesquisa: Fiscalizador e Leal-Facilitador, situando-os em relação aos ideais, às práticas e à cultura jornalística brasileira, reflexo do desenvolvimento da imprensa no País e que resultou no atual modelo de jornalismo praticado no Brasil. O desempenho desses papéis também é relacionado com dois contextos que marcaram o período de pesquisa – pandemia de Covid-19 (crise sanitária) e aprofundamento da polarização política (crise sociopolítica). Essas contingências têm potencial para influenciar os graus e os perfis de vigilância e de lealdade do jornalismo brasileiro ao poder político em 2020. Também são apresentadas a estrutura teórica das subdivisões (perfis) de cada um dos papéis e a metodologia da pesquisa, que é dividida em duas partes – a metodologia geral do projeto *Journalistic Role Performance* e a específica da pesquisa.

3.1 JORNALISMO DE VIGILÂNCIA E DE LEALDADE

O papel de vigilância do jornalismo é um dos mais consagrados na profissão, sobretudo no ocidente, devido à sua característica de fiscalizar os poderes e os poderosos. Não à toa, esse modelo está entre os mais teorizados, tanto em ambientes educacionais, quanto profissionais (Hullmeller *et al.*, 2016). Como visto no primeiro capítulo deste estudo, a vigilância está presente em quase todos os modelos teóricos das pesquisas que mediram concepção e desempenho de papéis jornalísticos em diferentes países (por exemplo, Weaver e Wilhoit (1996); Hanitzsch (2007); e Mellado (2015)). Outros estudos se dedicaram ao tema sob a perspectiva da importância desse papel para manutenção da democracia ou para definir as atribuições e os objetivos desse modelo. É o caso de Bennett e Serrin (2005), que definem o jornalismo de vigilância como:

[...] análise independente pela imprensa das atividades do governo, empresas e outras instituições públicas, com o objetivo de documentar, questionar e investigar essas atividades, a fim de fornecer ao público e aos funcionários informações oportunas sobre questões de interesse público (Bennett; Serrin, p. 396, tradução nossa)²⁰.

²⁰ Texto original: “independent scrutiny by the press of the activities of government, business, and other public institutions, with an aim toward documenting, questioning, and investigating those activities, in order to provide publics and officials with timely information on issues of public concern”.

Em outras palavras, é por meio da atuação do papel Fiscalizador que o jornalismo presta contas à sociedade dos atos de quem ocupa alguma posição de poder, seja relacionada aos poderes constitucionais (legislativo, judiciário e executivo) ou a outras estruturas socioculturais de poder: elite econômica, sociedade civil organizada, igrejas/religião e elite cultural. De acordo com Márquez-Ramírez *et al.* (2019), esse papel também é associado a uma forma “de fazer justiça, expondo transgressores ou provocando uma mudança na legislação e nas políticas” (Márquez-Ramírez *et al.*, 2019, p. 2, tradução nossa). Reportagens investigativas também podem ter o objetivo de encontrar falhas que ameaçam a integridade das instituições ou de “alertar e mobilizar o público para tomar medidas sobre problemas imediatos, como riscos ambientais ou abusos nos cuidados de saúde” (Bennett; Serrin, 2005, p. 396, tradução nossa).

Em perspectiva política, Donsbach e Patterson (2004) defendem que o jornalismo investigativo é fundamental para o funcionamento saudável da democracia, ao divulgar os atos e atividades de governantes. Hallin e Mancini (2004) também abordam a importância desse papel para o processo democrático e argumentam que a vigilância da mídia é reconhecida ideologicamente como pressuposto de boas práticas profissionais.

Os ideais de valorização da vigilância aos poderes foram confirmados em pesquisas de diferentes culturas jornalísticas que analisaram a concepção dos profissionais em relação aos seus papéis. Os estudos revelaram que esse modelo é um dos que os jornalistas consideram mais importantes (por exemplo, Oi, Fukuda e Sako (2012); Hanitzsch *et al.* (2011); Weaver e Willnat (2012); e Mellado e Van Dallen (2014)). A estima dada pelo jornalista a esse papel nem sempre condiz com a sua prática profissional. Como exposto no capítulo anterior, o trabalho jornalístico é uma atividade coletiva e relacional. Sendo assim, o exercício da fiscalização não depende exclusivamente dos ideais individuais dos profissionais, mas também de outros atores sociais e de contexto (Mellado, 2015), o que resulta, muitas vezes, em perspectivas contraditórias. Em uma pesquisa com nove países da Europa, Ásia e América Latina²¹ no âmbito do JRP, Mellado *et al.* (2020) constataram que o Fiscalizador foi o segundo papel com a maior lacuna entre a concepção individual dos jornalistas e o desempenho médio da organização de mídia. Essa diferença entre ideais e práticas para o Fiscalizador também foi verificada em pesquisas que mediram a concepção e o desempenho individual dos profissionais (por exemplo, Mellado e Van Dalen (2014); Oi, Fukuda e Sako (2012); e Roses e Humanes (2019)); e em um estudo que avaliou a lacuna entre concepção, atuação percebida de papéis e desempenho médio das organizações para os mesmos nove países da pesquisa de Mellado *et al.*

²¹ São eles: Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, China, Espanha, Hong Kong, Irlanda e Suíça.

(2020) (Mellado; Mothes, 2021). O que significa que, apesar de o jornalista idealmente valorizar o papel Fiscalizador e ter a percepção de alto desempenho desse modelo, na prática, a sua atuação é pequena, tanto no nível individual quanto da organização.

A diferença entre ideais, percepções de atuação e práticas profissionais específicas ao papel de vigilância pode ser reflexo também de mudanças no jornalismo. De acordo com Hanitzsch e Vos (2018), houve uma transferência no foco da mídia dos assuntos públicos para o domínio da vida cotidiana, em defesa dos valores de mercado. “O público é abordado menos em seu papel de cidadãos públicos preocupados com as questões sociais e políticas do dia a dia e mais em seu papel de clientes e consumidores” (Hanitzsch; Vos, 2018 p. 156, tradução nossa). Essa transferência de foco impõe-se ao jornalista pela organização de mídia ou outros fatores de influências, afetando a prática profissional, mas não altera, necessariamente, os valores individuais dos jornalistas, que podem expressar o desejo de manutenção de um jornalismo com ênfase nos assuntos públicos e, conseqüentemente, na vigilância dos poderes.

As transformações também ocorrem na abordagem da mídia em relação ao próprio jornalismo público, que é onde predominantemente se manifestam os papéis Fiscalizador e Cívico (Mellado; Van Dalen, 2017). Enquanto o primeiro fiscaliza os poderes, o segundo “educa o cidadão comum sobre temas complexos e controversos e encoraja as pessoas a se envolverem em debates públicos” (Mellado; Van Dalen, 2017, p. 246, tradução nossa). As mudanças foram observadas, por exemplo, em um estudo que analisou o desempenho desses dois papéis em cinco jornais de grande circulação dos Estados Unidos (Hullmmeler *et al.*, 2016). A pesquisa revelou que houve uma modificação do jornalismo de vigilância, que é tradicionalmente associado à cultura daquele país, para o jornalismo cívico. Em todos os veículos da amostra, a presença do papel Cívico foi maior do que a do Fiscalizador, embora o *Watchdog* manteve a importância na cobertura política dos jornais.

Enquanto o papel Fiscalizador é central para a democracia, visto como exercício de boas práticas e teorizado como socialmente esperado (Mellado *et al.*, 2021, Hallin; Mancini, 2004; Weaver; Willnat, 2012), o papel Leal-Facilitador é interpretado, muitas vezes, como uma espécie de “mau jornalismo”, por atuar como porta-voz de quem está no poder e contrariar os pressupostos profissionais de liberdade e independência. Isso pode ser constatado na pesquisa de Mellado *et al.* (2012) que analisou as concepções de mexicanos, chilenos e brasileiros em relação aos papéis profissionais no âmbito do WJS. O estudo demonstrou que os jornalistas dos três países rejeitaram a ideia de transmitir uma imagem positiva da elite empresarial e política. Esse ideal de rejeição não é fiel à prática. Assim como o papel Fiscalizador, também há diferença entre concepção e desempenho para o Leal-Facilitador, embora a lacuna seja menor

para esse papel. No estudo de Mellado e Mothes (2021), o Leal-Facilitador apresentou a segunda menor lacuna entre concepção, atuação percebida e desempenho dos seis papéis profissionais na pesquisa do JRP. De acordo com os autores, esse resultado está relacionado ao fato de que o instrumento analítico do desempenho do Leal-Facilitador permite pontos de vista individuais dos jornalistas, o que contribui para a menor lacuna, já que idealmente os profissionais rejeitam esse papel.

A desaprovação, quase que universal, ao Leal-Facilitador fez com que esse papel “fosse negligenciado e pouco teorizado na literatura acadêmica” (Márquez-Ramírez *et al.*, 2021, p. 104). De acordo com Mellado (2015), apesar de não tão explorado cientificamente, o Leal-Facilitador está presente na produção diária de notícias em todo mundo. Ainda assim, ele tem baixa representatividade em países democráticos e em transição democrática, como é o caso do Brasil (Márquez-Ramírez *et al.*, 2021), que tem uma democracia recente e repetidamente colocada à prova.

3.2 A VIGILÂNCIA E LEALDADE NA CULTURA JORNALÍSTICA BRASILEIRA

No Brasil, a prática de um jornalismo de vigilância é recente, tem menos de seis décadas, e é reflexo da influência dos Estados Unidos na cultura jornalística do país:

Há entre todos os envolvidos no processo de produção jornalística no Brasil (donos dos meios de comunicação, editores, repórteres, redatores, fonte de informação, leitores, estudiosos) um aceitamento, em maior ou menor medida, de que uma das funções primordiais da imprensa é exercer vigilância sobre a ação do Estado. Esse conceito é originalmente americano²²: o *Watchdog role* (Silva, 1991, p. 34).

Até 1940, grande parte dos jornalistas brasileiros era resistente ao modelo dos Estados Unidos e tinha como influência a cultura europeia, sobretudo francesa, que praticava um jornalismo voltado à vida cotidiana (Albuquerque, 2005; Silva, 1991). A imprensa brasileira era amadora nesse período, pois não tinha ainda uma estrutura empresarial, carecia de técnicas, tecnologia e investimentos e esbarava no alto índice de analfabetismo da população. Os jornais se concentravam nas metrópoles e eram voltados apenas para a elite letrada: “[Eram] jornais de curta duração, mantidos apenas com objetivo do proselitismo, sem esperança de lucro, dirigidos às pouquíssimas pessoas que podiam arcar com seu custo e que tinham interesse pelos assuntos de que tratavam” (Silva, 1991, p. 63).

²² O termo “americano” é utilizado para definir o modelo proveniente dos Estados Unidos. Esta pesquisa não tem a intenção de valorizar ou criticar a influência desse modelo.

Segundo Albuquerque (2005) e Silva (1991), a aproximação de jornalistas brasileiros com a cultura dos Estados Unidos – por meio de bolsas de estudos e estágios nos principais jornais daquele país – deu início à reforma no jornalismo brasileiro a partir de 1940. Os Estados Unidos criaram nesse período o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA) para gerenciar a nova política interamericana que visava estreitar laços com os países latino-americanos e difundir o estilo de vida e a cultura de jornalismo do país. “O OCIAA investiu recursos consideráveis para publicar notícias na imprensa latino-americana e para financiar viagens aos Estados Unidos para jornalistas latino-americanos” (Albuquerque, 2005, p. 494). Esse movimento traz mudanças profundas nas estruturas dos jornais da época, que importam não somente as técnicas, mas também os conceitos éticos, estéticos e ideológicos do modelo dos Estados Unidos, que se fortalece com a expansão dos cursos de jornalismo no Brasil a partir de 1969 (Silva, 1991). Entre os ideais desse modelo estão a objetividade²³ e a imparcialidade²⁴ jornalística, a liberdade de imprensa e a autonomia dos jornais em relação ao Estado, o que favorece a produção de reportagens investigativas que confrontam o poder vigente.

Esse modelo de vigilância do jornalismo somente se consolida na imprensa brasileira com a redemocratização do País ao fim da ditadura militar (1964-1985), ainda que não de forma tão expressiva. A campanha nacional pelas eleições diretas, em 1984 – que teve amplo apoio da população e posteriormente da mídia – deu início ao debate do papel social do jornalismo e, nele, do papel Fiscalizador. O tema ganhou força com as denúncias de corrupção contra o ex-presidente José Sarney e com o processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, em 1992 (Herscovitz, 2004, p. 73). A partir desse período, escândalos envolvendo o poder político passaram a ser divulgados com maior frequência pela mídia nacional, com denúncias de “irregularidades, abusos e desmandos da classe política e de autoridades instaladas em todos os níveis de governo, mas principalmente no governo federal” (Fernandes, 2015, p. 1).

De acordo com Herscovitz (2004), após 21 anos de ditadura, a redemocratização permitiu aos jornalistas confrontarem o Estado em um ambiente livre de censura, tornando a mídia uma nova força política. A liberdade para fiscalizar o poder político

²³ Este trabalho não tem o objetivo de trazer os debates em torno da objetividade jornalística, que é entendida aqui como um ideal que se viabiliza na prática por um “conjunto de normas e regras para a observação da realidade, que tem como objetivo a produção de uma semelhança estrutural entre realidade social e realidade midiática (Sponholz, 2008, p. 111).

²⁴ Assim como na objetividade, este trabalho não tem o objetivo de explorar o debate em torno da imparcialidade. Entende-se por imparcialidade jornalística a compreensão de Miguel e Biroli (2010) que consiste em narrar os fatos da forma mais objetiva e “isenta”, dentro das possibilidades trazidas pela natureza dos processos produtivos que demandam um recontar por meio da apuração e observação do fato ocorrido

foi possível, também, por mudanças econômicas: “as principais empresas jornalísticas brasileiras estavam mais enraizadas no mercado e menos dependentes economicamente do Estado” (Albuquerque, 2005, p. 497). Mas foi a consolidação dos conglomerados de mídia nos anos 1980 que deu maior vazão à prática de vigilância. Albuquerque (2005) descreve que as empresas importaram não somente o modelo dos Estados Unidos de uma cultura jornalística mais profissional, baseada nos ideais de objetividade e independência, mas também a ideia da imprensa como um “quarto-poder”, que tem como conceito a prática de um papel de vigilante moderado, isento e que atua para manter a “ordem constitucional”. Embora existam novos arranjos, o mercado de mídia de massa no Brasil se mantém até hoje nesse modelo de conglomerados. Poucas empresas dominam o mercado midiático brasileiro. Isso faz com que haja uma padronização nos modos de produção jornalística, compartilhados em manuais de redação e em princípios editoriais dessas empresas, que mantêm até hoje os princípios do modelo de jornalismo dos Estados Unidos.

A cobertura política da mídia brasileira nem sempre desempenhou ou desempenha um papel de vigia dos poderes. As notícias por ela divulgadas podem sugerir, inclusive, um papel aparentemente oposto: o de Leal-Facilitador, que é um jornalismo que cumpre a função de divulgar e apoiar a agenda política, os poderosos e exaltar a nação (Mellado, 2015). Até 1930, a prática da lealdade aos poderosos era mais comum no Brasil, já que os jornais da época tinham um estilo opinativo: “[o jornalismo] consistia basicamente numa prédica: a pregação das verdades, das opiniões, das crenças, das simpatias dos que o faziam, dos donos dos jornais e dos grandes jornalistas” (Pedreira, 1985 *apud* Silva, 1991). Como os jornais eram dependentes financeiramente do Estado ou eram veículos governamentais, essas opiniões explícitas muitas vezes resultavam em apoio ao Estado ou aos donos de jornais. A influência do modelo estadunidense e a profissionalização do jornalismo brasileiro (que viabilizaram a prática de vigilância) contribuíram para a decadência do papel Leal-Facilitador exacerbado. Os pressupostos de objetividade, imparcialidade, liberdade e as novas técnicas de reportagem, como a inclusão do lide²⁵, inviabilizaram a opinião declarada de jornalistas, que passou a se restringir aos editoriais desses veículos. Sendo assim, o papel de propagandista político perdeu fôlego no país e o Leal-Facilitador ganhou um caráter menos expressivo.

²⁵ “Abertura da matéria [...]. No jornalismo *hard news*, o lide clássico precisa responder as seguintes perguntas: o que, quem, quando, onde, como e por quê.”. Disponível em: https://issuu.com/saladeprensa/docs/dicionario_poliglota_de_jornalismo_e_mid. Acesso em: 9 dez. 2023.

3.3 CONTEXTOS: PANDEMIA E POLARIZAÇÃO POLÍTICA

Os papéis profissionais não são estáticos, mas situacionais e podem se sobrepor um ao outro, a depender dos contextos (Vos, 2017). Sendo assim, segundo Márquez-Ramírez *et al.* (2021), a noção de que os papéis Fiscalizador e Leal-Facilitador são funções antagônicas é equivocada, já que a presença de um não significa a ausência do outro. Mellado (2021a) explica que, de acordo com o contexto histórico e sociopolítico, os jornalistas (por diversas razões, como orgulho nacional, ideais partidários ou apoio a políticas de instrumentação do Estado) podem retratar governos de maneira positiva e, por outro lado, ter uma postura de embate às elites políticas por questões pessoais ou ideológicas da profissão, por exemplo. O que significa dizer que a relação entre jornalistas (e veículos de comunicação) com quem está no poder – expressa na prática profissional – muda entre “solidário e crítico a depender dos atores e das circunstâncias” (Márquez-Ramírez *et al.*, 2021, p. 104, tradução nossa). Em razão dessa natureza dinâmica dos papéis, ambos podem estar presentes, inclusive, em uma mesma reportagem. “O jornalista pode criticar o presidente, mas elogiar o líder da oposição” (Mellado, 2021b, p. 34, tradução nossa).

Os contextos adversos são ainda mais determinantes para alterar o desempenho dos papéis profissionais característicos de uma determinada cultura jornalística. Segundo Mellado, Hellmueller e Donsbach (2017), em crises sociopolíticas a presença do papel de vigilância da mídia pode ser maior, assim como crises de saúde podem fazer com que jornalistas sejam mais colaborativos com as autoridades (Mellado *et al.*, 2021). Uma pesquisa com jornalistas alemães e finlandeses (Klemm; Das; Hartmann, 2019) identificou uma alteração na concepção dos jornalistas sobre os papéis profissionais durante coberturas de crises de saúde: os profissionais disseram ser mais colaborativos do que vigilantes com as autoridades. Segundo os pesquisadores, essa mudança está relacionada a um outro papel que os jornalistas dizem atuar durante as crises sanitárias – o Mobilizador Público:

A mudança dos jornalistas de um papel de cão de guarda para um mais cooperativo parece lógica, já que, como mobilizadores públicos, os objetivos dos jornalistas estão naturalmente alinhados com os das autoridades (Klemm; Das; Hartmann, 2019, p. 1232, tradução nossa).

Por outro lado, ao analisar a cobertura jornalística específica da pandemia de Covid-19 em 37 países da segunda fase do JRP, Hubé *et al.* (2022) levantaram a hipótese de que sendo a pandemia um evento altamente midiaticizado, o conteúdo jornalístico poderia apresentar maior

presença do papel de Infotimento, com base na teoria de *hype/mediatization*, que enfatiza o caráter comercial da mídia. De acordo com os pesquisadores, para atrair a audiência, as empresas de comunicação apelam ao sensacionalismo e, às vezes, politizam questões de saúde, o que levaria também a uma maior incidência dos papéis Intervencionista, Fiscalizador e Cívico. “A tendência dos meios de comunicação de politizar questões de saúde pode estar enraizada em outras lógicas profissionais do jornalismo, incluindo vigilância, normas de equilíbrio e desejo de responsabilizar líderes políticos” (Hubé *et al.*, 2022, p. 5, tradução nossa). A hipótese da *hype/mediatization* e a politização da mídia não se concretizaram para o conjunto geral dos dados de todos os países da amostra. Ao contrário, a hipótese de “deferência/cooperação/consenso” com as autoridades prevaleceu, com presença maior do papel Serviço, Cívico e, em menor grau, do papel Leal-Facilitador.

A politização da cobertura da mídia para crises de saúde pode ocorrer em conjunto com outros contextos específicos, como, por exemplo, o de polarização política no Brasil. De acordo com Fuks e Marques (2022), a divisão política foi intensificada no País durante as eleições presidenciais de 2018, em comparação com outros períodos eleitorais (2002 a 2014)²⁶. Segundo os autores, a polarização foi afetiva: “aumento da desafeição entre grupos políticos rivais” (Fuks; Marques, 2022 p. 562). A pesquisa identificou que o desafeto dos eleitores foi maior em relação às lideranças políticas do que aos partidos da disputa eleitoral. Isso significa que a divisão estava centralizada, sobretudo, nas figuras dos candidatos à presidência daquele ano – Fernando Haddad (PT)²⁷, de esquerda, e Jair Bolsonaro, de extrema direita, na época vinculado ao PSL. Fuks e Marques (2022) também constataram que o crescimento da extrema direita no Brasil contribuiu para o aumento da polarização política em 2018²⁸.

O cenário de polarização política também aparece transversalmente à pandemia de Covid-19 no Brasil. Muitas discussões e decisões em torno da crise sanitária e suas consequências, em certa medida e por alguns gestores públicos, foram pautadas pelo caráter

²⁶ Não encontramos dados comparativos sobre o índice de polarização política afetiva nas eleições de 2022 e se ela se manteve alta entre os dois pleitos (2018-2022). No entanto, o resultado acirrado das eleições de 2022 (a diferença de votos entre candidatos à presidência no segundo turno foi a menor da história no país), nos leva a crer que sim, ainda mais que a última eleição envolveu as duas figuras políticas populistas que já estavam no centro das divisões políticas afetivas em 2018 – Lula e Bolsonaro.

²⁷ Apesar de Fernando Haddad ter sido o candidato do Partido dos Trabalhadores em 2018, é provável que a desafeição, ou a afeição, estendeu-se ao atual Presidente da República eleito para um terceiro mandato em 2022, Luiz Inácio Lula da Silva, que chegou a registrar sua candidatura naquele ano, mas foi considerado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral, sendo substituído por Fernando Haddad.

²⁸ Esse crescimento coincide com acontecimentos trágicos que ocorreram entre 2018 e 2023, como brigas que acabaram em mortes, atos antidemocráticos e ataques às instituições. Um dos últimos, sem precedentes na história do País, quando um grupo de radicais de extrema direita depredou prédios do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, em janeiro de 2023, oito dias após a posse presidencial.

político-ideológico. Presenciamos, por exemplo, o negacionismo científico, com descrédito na vacinação e nas pesquisas, e a propagação de notícias falsas em relação ao uso de medicamentos sem comprovação científica, defendidas pelo então presidente da República Jair Bolsonaro, por parte da mídia e em projetos parlamentares. Na contramão, outros políticos defenderam a ciência, a vacinação e posicionaram-se declaradamente contra as medidas ou a falta de ação do Governo Federal no combate à pandemia.

Os discursos de caráter político-ideológico possivelmente contribuíram para a desinformação da população e o desalinhamento de políticas públicas entre os estados e a Federação, o que resultou em consequências graves à saúde e à vida das pessoas. Milhares delas morreram por falta de oxigênio e atendimento nas unidades de saúde, pela demora na aplicação das vacinas e na construção de hospitais provisórios e pela superlotação de leitos hospitalares. Outras tantas pessoas, sobretudo as mais pobres, sofreram com a demora na liberação de medidas econômica, como o auxílio emergencial²⁹.

Assim, o pressuposto para este trabalho é que a pandemia de Covid-19 (crise de saúde) e a polarização política (crise sociopolítica) em 2020 no Brasil contribuíram para a vigilância e lealdade do jornalismo ao poder político, já que a Covid-19 colocou em evidência os poderes legislativo e executivo, tanto na esfera federal, quanto na estadual e na municipal. Governadores, prefeitos, parlamentares e ministros tiveram que decidir sobre ações de combate à crise sanitária em um ambiente polarizado e altamente midiaticizado: dos 3.679 itens noticiosos totais codificados no Brasil em 2020 na pesquisa do JRP, 1.420 envolveram a Covid-19, o que corresponde a 38,6% da amostra total (Hubé *et al.*, 2022.). A centralidade do poder político durante esse período pode ser confirmada também pela frequência com que as fontes de governos e partidos políticos foram citadas em toda amostra: 1.769 vezes. Um cenário mais propício para a manifestação dos papéis do domínio das “Relações de Poder”.

Por um lado, a pandemia pode ter contribuído para o aumento de notícias em apoio às políticas públicas de combate à doença e de reparação dos problemas sociais e econômicas gerados pela crise sanitária, já que a imprensa cobriu, muitas vezes, de forma positiva as medidas políticas, como liberação de recursos emergenciais, o *lockdown*, o programa de redução salarial e de jornada de trabalho para manutenção de emprego etc. Por outro, a crise sanitária pode ter impulsionado notícias críticas às ações de enfrentamento à Covid-19, como baixo valor dos recursos emergenciais, atraso nas aprovações das medidas sanitárias e prejuízos

²⁹ Essa possível negligência no tratamento da pandemia de Covid-19 foi alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito contra Ministros e o então presidente da República, Jair Bolsonaro, que ficou em análise no Supremo Tribunal Federal até março de 2023, quando as investigações foram arquivadas.

para os trabalhadores. Ao mesmo tempo, em um ambiente de polarização política, também pode haver dúvidas e críticas de jornalistas ou fontes em relação à postura de determinado governante, mas em apoio aos opositores. Essa postura conjunta da mídia não representa, necessariamente, uma sobreposição dos papéis em um mesmo conteúdo (Mellado, 2021b), já que, muitas vezes, o apoio aos políticos é exercido pela voz de terceiros, o que exclui a presença do papel Leal-Facilitador, que, diferentemente do papel Fiscalizador, precisa ser expresso pelo próprio jornalista (Mellado, 2015).

3.4 PERFIS DE DESEMPENHO DE PAPÉIS

Nas subseções a seguir serão apresentados os perfis de desempenho dos papéis de Fiscalizador e de Leal-Fiscalizador.

3.4.1 Papel Fiscalizador: Intervencionista ou Isento

O jornalismo de vigilância nem sempre se manifesta de forma explícita – com protagonismo de jornalistas na fiscalização dos poderosos. Pelo contrário, de acordo com Benett e Serrin (2005, p. 399, tradução nossa), “o jornalismo de vigilância pode funcionar melhor em parceria com outras instituições que estão servindo a papéis de vigilância semelhantes – partidos e grupos de defesa de interesse público”. Dessa maneira, a presença do papel Fiscalizador pode se dar de duas formas: com o jornalista expressando sua crítica ou dúvida, denunciando e investigando os poderes ou cobrindo investigações externas e dando voz a críticas e denúncias de terceiros, ou seja, o jornalista pode exercer a vigilância nas formas “intervencionista ou isenta” (Márquez-Ramírez *et al.*, 2019, tradução nossa). Essas subdivisões do papel Fiscalizador foram teorizadas originalmente por Mellado (2015) e são identificadas por meio de nove indicadores desse papel (ver Quadro 3).

Ao operacionalizar essas duas orientações no âmbito do JRP, Márquez-Ramírez *et al.* (2019) definem três dimensões do papel de vigilância: “A intensidade da vigilância”, “A voz jornalística” e a “Fonte do evento noticioso”. **A intensidade de vigilância** refere-se ao nível de vigilância: o menos intenso apenas interroga aqueles que estão no poder, sem que haja necessariamente uma denúncia. Já em um nível intermediário de intensidade, há uma postura mais crítica e ele pode adotar uma posição de embate. O nível mais alto é a denúncia propriamente dita. Em relação à **voz que interroga**, um tipo isento é expresso pela voz de

terceiros ou fontes, já uma orientação intervencionista se dá pela voz do próprio jornalista. No **tipo de evento**, uma orientação isenta está relacionada às reportagens que apenas cobrem processos judiciais ou investigações externas e a orientação intervencionista diz respeito às reportagens investigativas, em que o jornalista participa ativamente, expondo denúncias, confrontando explicitamente os poderes (Márquez-Ramírez *et al.*, 2019).

Quadro 3 - Subdivisão do papel Fiscalizador: Isento e Intervencionista

Papel profissional	Subdivisões	Indicadores Individuais
Fiscalizador	Orientação Isenta	<ul style="list-style-type: none"> • Informações de processos • Dúvidas por terceiros • Críticas por terceiros • Denúncias por terceiros • Investigação externa
	Orientação Intervencionista	<ul style="list-style-type: none"> • Dúvidas por jornalista • Críticas por jornalista • Denúncias por jornalista • Reportagem investigativa

Fonte: elaborado pela autora com base em Mellado (2015) e Márquez-Ramírez *et al.* (2019).

O estudo de Márquez-Ramírez *et al.* (2019) analisou a presença dessas duas orientações do papel Fiscalizador nos conteúdos de jornais impressos de 18 países entre 2013 e 2015, na primeira fase do projeto JRP. O papel Fiscalizador Isento foi maior do que o intervencionista no índice global. Segundo os autores, esse resultado é consequência da falta de confiança no próprio trabalho, já que o jornalista confia mais em terceiros do que em si mesmo para elaborar os relatórios de vigilância. Esse trabalho constatou também que o jornalismo de vigilância é mais comum em democracias com culturas jornalísticas partidárias, com tradição no uso da opinião ou em períodos de crises sociopolíticas. O Brasil apresentou grande diferença entre as duas orientações, também com maior presença do Fiscalizador Isento. Quando a presença da orientação intervencionista se manifestou no País, foi da forma menos intensa, por meio de questionamento do jornalista. Os itens noticiosos que apresentaram denúncia ou críticas do profissional foram pouco representativas no Brasil, assim como foi baixa a presença de denúncias de terceiros, que teve o menor índice entre os indicadores da orientação isenta, o que também é verificado no índice global. Já “críticas de terceiros” foi o segundo indicador mais presente no noticiário brasileiro, com pouca diferença para o primeiro: “informações de processos judiciais e administrativos”.

Os autores destacam que a baixa incidência de denúncias, tanto de jornalistas quanto de terceiros, se dá por uma questão de inviabilidade. No caso das fontes externas, seria preciso órgãos públicos eficazes de fiscalização e monitoramento que fornecessem à imprensa informações sobre as irregularidades. Já em relação às investigações de jornalistas, seria preciso não somente habilidade profissional, mas recursos humanos e financeiros, tempo, acesso à informação e, sobretudo, altos níveis de liberdade e autonomia, o que é ainda mais escasso em países com democracias em transição, como é o caso do Brasil (Márquez-Ramírez *et al.*, 2019, p. 16).

Esse panorama do desempenho das subdivisões do papel Fiscalizador na primeira fase do JRP no Brasil é reflexo de questões culturais: culturas jornalísticas de países da América Latina tendem a defender imparcialidade e neutralidade e dão mais valor ao distanciamento e ao não-envolvimento em suas práticas profissionais (Mellado *et al.*, 2012). E também é resultado do contexto em que se deu a pesquisa no Brasil, pois a coleta de dados foi realizada entre 2013 e 2014, no início da operação Lava Jato e anterior à espetacularização das investigações³⁰, que duraram oito anos e foram altamente midiáticas, com destaque e apoio da grande mídia. A maior incidência de isenção, sobretudo do indicador “informações de processos judiciais e administrativos” dessa orientação, pode ter relação com esse início da operação, que resultou em diversos processos contra a elite política e econômica.

3.4.2 Leal-Facilitador: Apoio à Elite ou Apoio à Nação

O desempenho do papel Leal-Facilitador também se manifesta de duas formas no projeto do JRP: apoiando as elites políticas, econômicas, culturais, sociedade civil etc., ou retratando uma imagem positiva do país (Mellado, 2015). As orientações “apoio à elite” e “apoio à nação” são identificadas por meio dos indicadores individuais desse papel (ver Quadro 4). Na primeira perspectiva, o jornalista explicitamente defende, apoia e elogia políticas públicas, atividades do governo e outros poderes. Ela também pode ser expressa em notícias que retratam uma imagem positiva dessa elite, como por exemplo, ênfase nas habilidades e

³⁰ A elevada exposição da Operação Lava Jato na mídia deu vazão ao populismo do judiciário, o que ficou conhecido como “Lavajatismo”, termo utilizado também para se referir à militância do judiciário em processos da operação. Os processos de maior visibilidade foram aqueles contra o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que teve as condenações anuladas em 2021 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou o então juiz da Lava Jato, Sérgio Moro, parcial, por condutas ilegais em mensagens de aplicativos com o então coordenador da força-tarefa no Ministério Público Federal, Deltan Dellagnol, o que foi denunciado pelo portal de notícias *The Intercept Brasil*.

características pessoais ou profissionais de lideranças políticas (Mellado, 2015; Márquez-Ramírez *et al.*, 2021).

Quadro 4 - Subdivisão do papel Leal-Facilitador: Apoio à Elite e Apoio à Nação

Papéis profissionais	Subdivisões	Indicadores Individuais
Leal-Facilitador	Apoio à Elite	<ul style="list-style-type: none"> • Defesa e apoio de atividades • Defesa e apoio de políticas • Promoção da imagem de elites
	Apoio à Nação	<ul style="list-style-type: none"> • Progresso e Sucesso • Comparação com outros países • Triunfos nacionais • Promoção da imagem do país • Patriotismo

Fonte: elaborado pela autora com base em Mellado (2015) e Márquez-Ramírez *et al.* (2021)

A segunda abordagem refere-se às notícias que promovem a imagem do país, seja mostrando o crescimento em uma área específica ou a evolução geral como nação. Também é expressa em reportagens que comparam o país com outros, destacando as qualidades e triunfos nacionais. Essa orientação pode aparecer em conteúdos que dão destaque a algum indivíduo específico do país que teve sucesso na sua área de atuação, ganhou destaque nacional e/ou internacional, como também pode se manifestar por meio de patriotismo do próprio jornalista, que elogia o país de origem (Mellado, 2015; Márquez-Ramírez *et al.*, 2021).

Na primeira fase do JRP, a presença de ambas as orientações do papel Leal-Facilitador foi praticamente nula na maioria dos países latino-americanos (Márquez-Ramírez *et al.*, 2021, p. 113). No Brasil, a orientação de “apoio à nação” foi um pouco maior do que a orientação de “apoio à elite”, sendo que o indicador que apresentou os maiores índices foi “progresso e sucesso do país”, seguido por “comparação com outros países”. O indicador “defesa de atividades” foi o que teve o maior índice na orientação voltada à elite.

Esse resultado também coincide com as características da cultura jornalística brasileira, já que o modelo de jornalismo leal, sobretudo de apoio as elites, é pouco representativo em culturas de países da América Latina (Márquez-Ramírez *et al.*, 2021). Assim como no caso do papel Fiscalizador, essas descobertas também podem ser associadas ao contexto da época, de início da operação Lava Jato, o que pode justificar a baixa incidência de ambos papéis, tanto na defesa como na crítica a representantes de governos ou ao Estado.

Diferentemente dos estudos de Márquez-Ramírez *et al.* (2019) e Márquez-Ramírez *et al.* (2021), nesta pesquisa, os papéis Fiscalizador e Leal-facilitador, assim como as suas subdivisões, serão analisados especificamente em relação ao poder político, que se refere aos poderes constitucionais e todos aqueles que atuam no executivo, legislativo e judiciário, bem como aos partidos políticos e seus integrantes. A exceção é a orientação “apoio à nação”, que não tem relação direta com o poder político (ver metodologia). As análises também incluem todos tipos de mídia (TV, online, rádio e jornal), já que na primeira fase do projeto foram analisadas somente notícias de jornais impressos. A suposição é de que, além do direcionamento da pesquisa para a política e da diversificação dos tipos de mídia, o contexto excepcional da pandemia vinculado à polarização política pode trazer resultados diferentes na presença desses papéis no noticiário político brasileiro em 2020.

3.5 METODOLOGIA GERAL

Esta pesquisa utiliza dados do projeto transnacional *Journalistic Role Performance*. A metodologia geral aplicada a esta pesquisa segue os parâmetros do projeto e foi elaborada de forma colaborativa por pesquisadores de diferentes países sob a coordenação central da professora Cláudia Mellado, da Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso, no Chile. O período de análise da amostra é o ano de 2020 e o trabalho de campo – Análise de Conteúdo (AC) e pesquisa com jornalistas (*survey*) – foi realizado entre 2020 e 2022.

Ao todo, foram codificados 148.474 itens noticiosos de 365 meios de comunicação (102 jornais, 96 telejornais, 74 rádios e 93 sites de notícias) em 37 países. Cada equipe nacional coletou, também, informações nos níveis organizacional/institucional das empresas de mídia e no nível social do país. No Brasil, a definição da amostra, codificação dos dados e a enquete com os jornalistas foram realizados por uma equipe composta por seis pesquisadores³¹.

Para este trabalho, utilizei parte dos dados brasileiros da segunda fase do JRP, que são resultado da Análise de Conteúdo de uma amostra total de 3.678³² itens noticiosos válidos, produzidos por nove veículos nacionais de diferentes tipos de mídias: jornais impressos, TV, rádio e online. Este estudo não fez uso dos dados referentes à enquete com os jornalistas brasileiros.

³¹ Jacques Mick (coordenador), Lynara Ojeda de Souza, Olga Clarindo Lopez, Natália Paris Rodrigues, Raíssa Turci e Tatiane Karina Barbosa de Queiroz.

³² Considerando a ponderação dos dados, que será descrita a seguir.

3.5.1 Amostragem

Os critérios de seleção dos programas e veículos da amostra foram o tamanho da audiência (maior público), o alcance (de preferência nacional) e o nível de influência na definição da agenda – os jornais, portais e programas jornalísticos mais lidos, assistidos e ouvidos – e que representam, tanto quanto possível, a diversidade do sistema de mídia do país. De acordo com a orientação da coordenação do projeto, deveríamos considerar também a propriedade de mídia (público e privado) e alcance regional, desde que os veículos ou os programas jornalísticos fossem relevantes no cenário nacional. Desse modo, selecionamos três jornais impressos: *O Globo* (Grupo Globo), *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*; dois programas jornalísticos de TV: *Jornal Nacional* (Grupo Globo) e *Jornal da Record* (Grupo Record); dois programas jornalísticos de rádio: *Jornal da CBN Segunda Edição* (Grupo Globo) e *Jornal Band News* (Grupo Bandeirantes); e dois portais online: *G1* (Grupo Globo) e *R7* (Grupo Record).

Para chegar a essa amostra, a equipe nacional realizou encontros online e presenciais para discutir os critérios e tomar decisões, entre elas, diminuir a amostragem, que inicialmente era de quatorze e passou para nove veículos/programas. Essa redução foi necessária diante do grande volume de itens noticiosos a serem codificados, que, conforme nossos cálculos iniciais, passariam de 8 mil, divididos entre os seis codificadores voluntários. Devido à situação de desmonte da pesquisa no Brasil desde 2016³³, com cortes sucessivos de investimentos em pesquisa e educação, não contamos com nenhum suporte financeiro, o que impossibilitou ampliar o quadro de colaboradores e/ou o tempo de dedicação dos codificadores, que tinham outras atividades, remuneradas ou não.

No processo de composição da amostra, optamos apenas por veículos de propriedade privada, com base no critério de audiência, uma vez que o jornalismo público tem baixa audiência no País. Em relação ao alcance, selecionamos veículos que tinham circulação nacional, atendendo à preferência do projeto. Mesmo que os veículos regionais de audiência local representem a mídia brasileira, no sentido de existirem em grande número, a maioria tem baixa circulação ou a circulação é restrita. Sendo assim, decidimos excluir o jornal *Zero Hora* da amostra inicialmente selecionada: embora seja um veículo de referência no País e tenha alta

³³ Em abril 2019, ano de início da pesquisa, o Ministério da Educação bloqueou o repasse de 1,7 bilhão do orçamento aos Institutos e Universidades Federais destinados a despesas discricionárias, não obrigatórias, que incluem investimento em pesquisa. Esse congelamento fez com que, em setembro do mesmo ano, fossem cortadas 11,8 mil bolsas de pós-graduação. Disponível em: <https://www.politize.com.br/cortes-na-educacao-em-2019/>. Acesso em: 10 maio 2022.

circulação³⁴, ela está concentrada no Rio Grande do Sul. Como representante de mídia regional nos jornais, optamos pelo *O Globo*, do Rio de Janeiro, e pelo *O Estado de São Paulo*, de São Paulo, pois ambos têm maior circulação nacional que o *Zero Hora*.

A orientação do projeto era a de evitar sobreposição de propriedade, com mais de um veículo/programa do mesmo grupo empresarial, no entanto, como o sistema de mídia no Brasil é marcado pela concentração de propriedade³⁵, decidimos manter as sobreposições, por elas representarem melhor o mercado midiático do País. Por isso, mantivemos o *Jornal Nacional*, *O Globo*, *Jornal da CBN Segunda Edição* e o portal *G1*, todos do Grupo Globo, maior conglomerado brasileiro de mídia e comunicação (Rocha, 2015). Também mantivemos o *Jornal da Record* e o portal *R7*, do Grupo Record.

Inicialmente, tínhamos selecionado o *UOL* do Grupo Folha, que na época tinha a segunda maior audiência entre os portais de notícia do País³⁶. Decidimos retirá-lo da amostragem devido à redundância com o jornal *Folha de S. Paulo*, já que parte do conteúdo do portal era o mesmo do jornal. Também excluímos os programas de TV: *Jornal do SBT* e *Jornal da Band*, por critério de audiência³⁷. Pelo mesmo critério, mantivemos o programa de rádio *Jornal Band News*³⁸.

3.5.1 Seleção das datas de análise (semana construída)

A seleção das datas de análise foi realizada pela coordenação central do projeto e teve como base o método de semana construída. Uma amostra sistemática para cada veículo de comunicação foi selecionada entre 2 de janeiro e 31 de dezembro de 2020. Para garantir que fossem representadas duas vezes uma edição (jornal e portal) e um programa (TV e rádio) nos

³⁴ De acordo com dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC Brasil, 2019), o jornal Zero Hora ficou em quinto lugar no ranking de circulação do País em 2019, com 163.594 exemplares. Os três primeiros lugares foram, em ordem: *Folha de S. Paulo* (328.438), *O Globo* (326.842) e *Estado de São Paulo* (242.374).

³⁵ Segundo o projeto *Media Ownership Monitor* (MOM) (GMR, 2021), os 50 principais meios de comunicação de massa no Brasil são de propriedade de 26 grupos empresariais. Nove empresas de comunicação são do *Grupo Globo* e cinco de Edir Macedo, entre eles, o *Grupo Record*. Disponível em: <http://www.mom-gmr.org/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

³⁶ De acordo com o Relatório *Digital News Report 2018*, o UOL foi o segundo portal mais acessado em 2018, sendo que 44% dos entrevistados da pesquisa disseram acessá-lo diariamente.

³⁷ Os dados consolidados da Kantar Ibope Media do primeiro semestre de 2019 mostraram que o *Jornal da Band* tinha em média 2,6 pontos de audiência por domicílio, enquanto o *Jornal do SBT* não figurou entre os 10 programas mais assistidos da emissora, e, por isso, não consta na pesquisa do PNT (Painel Nacional de TV) nesse período. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/conteudo/dados-rankings/audiencia-tv-15-mercados/>. Acesso em: 17 mar. 2020.

³⁸ De acordo com o Ranking de Rádios mais Ouvidas, do Radios.com.br, a *BandNews São Paulo*, onde é exibido o “Jornal Band News” da nossa amostra, ficou entre as cinco emissoras de rádio FM de maior audiência em 2019, com uma média de 597 mil visitas. Disponível em: <https://www.radios.com.br/estatistica>. Acesso em: 10 abr. 2022.

sete dias da semana de cada um dos doze meses de 2020, o ano foi dividido em dois períodos de seis meses: janeiro-junho e julho-dezembro. Para cada semestre, uma semana foi construída por meio da seleção aleatória das datas de início em uma segunda-feira de janeiro e em uma segunda-feira de julho. Com intervalos de três a quatro semanas, foram definidos os dias subsequentes: uma terça, uma quarta, uma quinta, uma sexta, um sábado e um domingo. Esse procedimento permitiu incluir sete dias em cada semestre para uma amostra total de 14 dias durante o ano (ver Quadro 5). Dessa forma, evitou-se a sobrerrepresentação de qualquer período.

Como alguns programas de televisão e rádio não têm edição aos finais de semana, não houve coleta de dados deles nesses dias. Essa foi a situação do *Jornal da Record* e dos programas de rádio – *Jornal Band News* e *Jornal da CBN Segunda Edição*. Os três não tiveram expediente nos dias 11 de abril (sábado), 10 de maio (domingo), 17 de outubro (sábado) e 15 de novembro (domingo). Já o *Jornal Nacional* não teve expediente nos dias 10 de maio e 15 de novembro, ambos no domingo. No dia 15 de novembro, no domingo, houve uma edição especial do programa *Ponto Final*, da CBN, com a cobertura das eleições³⁹. Como coincidiu com a data selecionada para Análise de Conteúdo e com mesmo horário de exibição do *Jornal CBN Segunda Edição*, decidimos incluir esse programa na nossa amostra. A escolha se deu também pela importância do tema.

Enquanto os programas de televisão e rádio selecionados são “estáticos”, no sentido de que aparecem em horários fixos, os itens noticiosos dos sites são dinâmicos e mudam constantemente. Sendo assim, foi preciso “capturar” as páginas iniciais dos portais em dois pontos fixos durante os dias amostrados: às 11h e às 23h. Esse intervalo de doze horas entre as duas capturas favoreceu a maior variabilidade de conteúdo.

As páginas iniciais dos portais *G1* e *R7* e seus respectivos *links* foram abertos em tempo real e salvos em arquivo digital. Os materiais do *Jornal da Record*, assim como os do *Jornal da CBN Segunda Edição*, *Ponto Final* e do *Jornal Band News* foram retirados dos canais dos programas na plataforma *YouTube*. As notícias, notas e reportagens do *Jornal Nacional* foram retiradas da plataforma *Globoplay*; já os da *Folha de S. Paulo*, *Estado de São Paulo* e *O Globo* foram coletados das versões digitalizadas dos jornais no site de cada veículo.

³⁹ Em função da pandemia de Covid-19, as eleições municipais, que ocorrem sempre em outubro do ano eleitoral, foram adiadas para novembro.

Quadro 5 - Calendário com as datas da Análise de Conteúdo

JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO							ABRIL						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4							1	1	2	3	4	5	6	7				1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	8	9	10	11	12	13	14	5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	29	30	31					26	27	28	29	30		
MAIO							JUNHO							JULHO							AGOSTO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2		1	2	3	4	5	6				1	2	3	4							1
3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22
24	25	26	27	28	29	30	28	29	30					26	27	28	29	30	31								
31																					30	31					
SETEMBRO							OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5					1	2	3	1	2	3	4	5	6	7			1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12	4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14	6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19	11	12	13	14	15	16	17	17	18	19	20	21	22	23	13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26	18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28	20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30				25	26	27	28	29	30	31	29	30						27	28	29	30	31		

Fonte: elaborado pela autora com base em Projeto *Journalistic Role Performance*.

* destaque em amarelo para as datas de codificação pelo método semana construída.

Para controlar a potencial super-representação e/ou sub-representação de tipos específicos de mídia na amostra, resultante de algumas mídias incluindo mais histórias na amostra do que outras, a coordenação central do projeto decidiu ponderar os dados por mídia para cada país. Isso garantiu que cada tipo de mídia – TV, rádio, notícias online e jornais – dentro de cada país tivesse um peso equivalente nos resultados. Essa ponderação foi aplicada aos dados desta pesquisa, que se baseia em uma amostra total válida de 3.678 itens noticiosos.

3.5.2 Análise de Conteúdo (AC)

A Análise de Conteúdo (AC) foi o método selecionado para a observação do objeto empírico, que são os conteúdos jornalísticos dos nove veículos de comunicação da amostra. Foi utilizado um método híbrido que reúne elementos quantitativos e qualitativos. De acordo com Herscovitz (2010, p. 126), essa união promove a integração das duas perspectivas em um mesmo estudo para que se “compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido”.

A unidade de análise é o item noticioso (notas, artigos jornalísticos, reportagens, notícias e entrevistas), definido como um conjunto de elementos textuais, de áudio e ou

audiovisuais. Foram analisados todos os itens noticiosos sobre política, economia e negócios, polícia e crime, tribunais, defesa, saúde, educação, obras públicas, habitação, transporte, energia, meio ambiente, acidentes e desastres, religião e crenças, direitos humanos, marchas e protestos, ciência e tecnologia, esportes, cultura e entretenimento.

Editoriais, colunas de opinião, previsões do tempo, horóscopos, resenhas de filmes, quebra-cabeças, páginas sociais e conteúdos semelhantes em rádio e TV não foram incluídos no estudo. Também foram excluídos suplementos, revistas, programas especiais, manchetes da primeira página dos jornais e dos noticiários de TV e rádio, assim como conteúdos que não foram produzidos pela equipe das respectivas redações, por exemplo, reportagens de agências de notícias e artigos de não-jornalistas. No caso da mídia online, codificamos apenas as notícias que apareciam na página inicial, incluindo os *links* dos itens relevantes. Também foram codificados clipes de vídeo ou áudio incorporados.

Antes da realização da Análise de Conteúdo, a equipe da pesquisa passou por um processo de preparação extensiva. O pesquisador principal do projeto no Brasil coordenou o treinamento da equipe e foi o responsável pelo contato com a coordenação geral, no Chile. Durante o processo de capacitação, pré-testes de confiabilidade ou concordância (*inter-coder reliability test*) foram realizados entre os pesquisadores principais dos países e entre os codificadores do Brasil. Os testes de confiabilidade têm a função de garantir que os codificadores tenham a mesma compreensão sobre as variáveis e que a codificação possa ser replicada por outros (Sampaio; Lycarião, 2018).

O pré-teste foi realizado em duas etapas, primeiro entre os principais pesquisadores dos 37 países envolvidos no projeto, depois com os codificadores de cada país (no Brasil, seis). Na etapa dos pesquisadores principais, foram utilizados itens noticiosos de cada uma das plataformas, em inglês, submetidos à Análise de Conteúdo, comparando-se as respostas nos 37 países. Para o pré-teste entre os pesquisadores brasileiros, foram selecionadas 18 notícias dos nove veículos da amostra, duas para cada, que não estariam na amostra real da pesquisa. O método usado para testar a confiabilidade foi o Alfa de Krippendorff (k_a), que, segundo Lombard, Snyder-Duch e Bracken (2002, p. 6, tradução nossa), é um procedimento atraente, pois “permite qualquer número de codificadores e é explicitamente projetado para ser usado para variáveis em diferentes níveis de medição - de nominal a razão”.

Para que a confiabilidade fosse considerada aceitável, o k_a deveria ser de 0.70 ou superior. A confiabilidade média entre os codificadores brasileiros para os indicadores de todos os papéis profissionais no pré-teste alcançou “ $k_a = 0.63$ ”. Já a média de confiabilidade entre os

codificadores em relação aos papéis de “Fiscalizador” e “Leal-Facilitador” foi maior: “ $k_a = 0.74$ ”, para o Fiscalizador, e “ $k_a = 0.91$ ”, para o Leal-Facilitador.

Os indicadores que tiveram mais discordância para o papel Fiscalizador foram: “Denúncia de terceiros” (73%); “Investigação externa” (75,6 %); “Críticas de terceiros” (75,9%); e “Dúvidas de terceiros” (77%). Mesmo assim, todos ficaram com k_a acima de 0.70. Os outros atingiram mais de 80% de consenso. Já em relação ao papel Leal-Facilitador, apenas o indicador “Defesa de atividades” ficou abaixo do 90% (87,4%) de concordância. Os indicadores dos papéis que tiveram maiores índices de desacordo foram discutidos entre a equipe para sanar as dúvidas e melhorar a consonância na análise de conteúdo.

Após os resultados dos pré-testes, os colaboradores iniciaram as codificações em uma interface online projetada para esse fim. O corpus de notícias foi dividido aleatoriamente entre os pesquisadores para reduzir o viés e evitar que um colaborador codificasse um veículo inteiro sozinho. Com o término do processo de codificação, um pós-teste de confiabilidade foi aplicado para analisar a concordância da codificação real. Ele foi realizado com as duas pesquisadoras de cada país que haviam codificado mais itens, com uma amostra de 50 itens efetivamente analisados na pesquisa. Também com base no Alfa de Krippendorff, a confiabilidade final entre os codificadores brasileiros subiu ($k_a = 0.74$). A confiabilidade inter-codificador para o papel Fiscalizador foi “ $k_a = 0.70$ ” e do Leal-Facilitador foi “ $k_a = 0.84$ ”.

Apesar de uma média menor que no pré-teste para esses dois papéis, a concordância se manteve dentro do valor aceitável. Embora o método Alfa de Krippendorff seja um instrumento utilizado para testar a confiabilidade e diminuir conflitos de interpretações, o processo de análise envolve uma série de decisões subjetivas, desse modo:

A ideia de confiabilidade não visa anular a subjetividade do codificador, mas sim padronizar as formas com que diferentes codificadores compreendem as mesmas categorias analíticas, aumentando a chance que a interpretação que estes codificadores fizeram do conteúdo analisado seja a mais próxima possível de uma interpretação mínima comum, de caráter, portanto, *intersubjetivo* (Sampaio; Lycarião, 2018, p. 35, grifo dos autores).

3.5.3 Medidas

Para medir os papéis no conteúdo das notícias foi utilizada a instrumentação proposta por Mellado (2015) e validada em estudos da primeira fase do JRP (Mellado *et al.* (2017), Mellado e Van Dalen (2017), e Mellado *et al.* (2020)). Para padronizar as codificações entre os países, foi disponibilizado um manual de codificação (*codebook*) em língua inglesa. O livro de códigos foi traduzido para o português para evitar interpretações inequívocas em função de

diferenças na língua e também para facilitar a compreensão dos construtos. O *codebook*⁴⁰ contém as orientações para as codificações dos papéis jornalísticos nos itens noticiosos, o que se dá por meio de indicadores individuais de cada um dos papéis profissionais (ver Quadro 6). Os indicadores – originalmente desenvolvidos para análise da mídia impressa na primeira fase do projeto – foram adaptados para outras plataformas: rádio, televisão e online, incluindo os recursos audiovisuais, como manipulação de som, expressões não-verbais, movimento de vídeo, quadros de imagem e edição (Mellado; Vos, 2017; Hallin; Mellado, 2017).

Cada indicador dos papéis profissionais foi medido com base na presença (1) ou ausência (0). No caso de presença, alguns indicadores também foram codificados para o ator para o qual o comentário ou ação do jornalista ou da fonte foi direcionado, que são as categorias desses indicadores⁴¹. Por exemplo, um dos indicadores do papel Fiscalizador questiona se há críticas do jornalista no conteúdo analisado e a quem elas são dirigidas – 1) governo/Estado/partidos políticos; 2) elite empresarial/econômica; 3) sociedade civil; 4) igreja/religião; 5) elite cultural; 6) pessoas comuns; e 7) mais de uma dessas opções (ver detalhes no Quadro 6).

Quadro 6 - Indicadores e categorias dos papéis Fiscalizador e Leal-Facilitador (continua)

Papéis Profissionais	Subdivisão dos papéis	Indicadores	Categorias dos Indicadores
Fiscalizador	Orientação Intervencionista	<ul style="list-style-type: none"> • Dúvida por jornalista • Críticas por jornalista • Denúncia por jornalista 	(0) Não (1) governo/Estado/partidos políticos (2) elite empresarial/econômica (3) sociedade civil (4) igreja/religião (5) elite cultural (6) pessoas comuns (7) mais de uma dessas opções
		<ul style="list-style-type: none"> • Reportagem investigativa 	(0) Não (1) reportagem investigativa sobre indivíduos ou grupos no poder (2) reportagem investigativa sobre pessoas comuns
	Orientação Isenta	<ul style="list-style-type: none"> • Processos judiciais • Dúvidas por terceiro • Críticas por terceiros • Denúncia por terceiros 	(0) Não (1) governo/Estado/partidos políticos (2) elite empresarial/econômica (3) sociedade civil (4) igreja/religião (5) elite cultural (6) pessoas comuns (7) mais de uma dessas opções

⁴⁰ Disponível no Anexo desta pesquisa.

⁴¹ Para medir os papéis principais de Fiscalizador e Leal-Facilitador, todas as medidas foram colocadas em uma mesma escala, transformando esses indicadores politômicos (que possuem mais de duas categorias de resposta) em indicadores dicotômicos (que possuem apenas duas categorias opostas), sem distinção do grupo para o qual o comentário ou da ação do jornalista ou da fonte foi direcionado.

Quadro 6 - Indicadores e categorias dos papéis Fiscalizador e Leal-Facilitador (conclusão)

Papéis Profissionais	Subdivisão dos papéis	Indicadores	Categorias dos Indicadores
		<ul style="list-style-type: none"> Investigação externa 	(0) Não (1) investigação externa contra indivíduos ou grupos no poder (2) investigação externa contra pessoas comuns
Leal-Facilitador	Apoio à Elite	<ul style="list-style-type: none"> Defesa / Apoio de atividades Promoção da imagem da elite 	(0) Não (1) governo/Estado/partidos políticos (2) elite empresarial/econômica (3) sociedade civil (4) igreja/religião (5) elite cultural (6) pessoas comuns (7) mais de uma dessas opções
		<ul style="list-style-type: none"> Defesa / Apoio de políticas 	(0) Não (1) Sim
	Apoio à Nação	<ul style="list-style-type: none"> Progresso e Sucesso Comparação com outros países Triunfos nacionais Promoção da imagem do país Patriotismo 	(0) Não (1) Sim

Fonte: elaborado pela autora com base em Márquez-Ramírez *et al.* (2021)

O *codebook* também incluiu medidas de análises relacionadas a: (1) Informações gerais sobre cada item: o tipo de mídia (TV, rádio, online e jornal), o meio de comunicação (nome do veículo), a data de publicação, o tipo de item noticioso (nota, notícia, reportagem ou entrevista) e a veiculação (se é ou não a notícia principal do dia); (2) Características do item: o tópico da notícia e o local onde ela acontece (no Brasil, fora do País ou em ambos); e (3) Fontes citadas: o número de fontes, o tipo de fonte (Estado, empresas, tribunais, sociedade civil etc.), a diversidade de tipos de fontes e a diversidade de pontos de vista das fontes.

A coordenação geral do projeto também solicitou à equipe nacional que coletasse informações no nível organizacional/institucional da mídia, como alcance, orientação política dos veículos e propriedade. Todos os veículos da amostra brasileira têm inclinação política que varia entre centro e direita (ver Quadro 7). Essa classificação foi consenso entre os codificadores e teve como base os editoriais dos próprios veículos selecionados.

Quadro 3 - Informações de nível organizacional/institucional dos veículos

Tipo de Mídia	Programa/ Veículo	Alcance	Orientação do público	Posição política	Propriedade
Televisão	<i>Jornal Nacional</i> (Grupo Globo)	Nacional	Popular	Centro-direita	Privado (grupo)
	<i>Jornal da Record</i> (Grupo Record)	Nacional	Popular	Direita	Privado (grupo)
Rádio	<i>Jornal da CBN Segunda Edição</i> (CBN/Globo)	Nacional	Popular	Centro-direita	Privado (grupo)
	<i>Jornal Band News</i> (Band)	Nacional	Popular	Direita	Privado (grupo)
Jornal Impresso	<i>Folha de S. Paulo</i>	Nacional	Elite	Centro	Privado (família)
	<i>O Globo</i> (Grupo Globo)	Nacional	Elite	Centro-direita	Privado (grupo)
	<i>O Estado de S. Paulo</i>	Nacional	Elite	Direita	Privado (família)
Portal Online	<i>G1</i> (Grupo Globo)	Nacional	Popular	Centro-direita	Privado (grupo)
	<i>R7</i> (Grupo Record)	Nacional	Popular	Direita	Privado (grupo)

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Após a coleta e antes das principais análises dos dados, a coordenação geral realizou Análises Fatoriais Confirmatórias (AFC) para testar se as notícias refletiam um papel latente manifestado (variáveis latentes = papéis profissionais) por meio dos indicadores concretos simultâneos (variáveis observáveis = indicadores dos papéis)⁴². Dentro dessa estrutura, foram testados modelos de medição concorrentes. O AFC foi realizado usando Mplus 8.0. Os resultados da AFC mostraram um ajuste satisfatório com os dados (ver Quadro 8). Para cada uma das funções, foram identificadas as soluções que melhor dão conta dos dados em comparação com as soluções concorrentes. As cargas fatoriais padronizadas foram altas, enquanto as confiabilidades dos indicadores (correlações múltiplas ao quadrado) foram satisfatórias para os fatores individuais.

O indicador “Conflito” do papel Fiscalizador não se encaixou bem com os dados e foi excluído. Dessa forma, foram mantidos nove dos dez indicadores individuais propostos inicialmente por Mellado (2015) para medir o papel Fiscalizador: cinco deles estão analiticamente mais próximos da “orientação isenta” e quatro indicadores estão analiticamente mais próximos da “orientação intervencionista”. Em relação ao papel Leal-Facilitador, foram analisados os oito indicadores, subdivididos em “apoio à elite” e “apoio à nação” (Mellado,

⁴² Um aspecto fundamental a ser considerado na identificação das relações entre os fatores latentes e os indicadores observados é a necessidade de justificar a escolha do modelo de mensuração – reflexivo ou formativo – para garantir que os construtos analisados sejam válidos (Coltman *et al.*, 2008). Com base em pesquisas anteriores, a coordenação do projeto decidiu considerar as dimensões do papel como modelos de medição reflexiva, onde: (a) as dimensões existem independentemente das medidas usadas; (b) a variação nas medidas do item não causa variação no construto; e (c) adicionar/soltar um item não altera o domínio conceitual do construto (Wirth; Kolb, 2012).

2015), três deles voltados à primeira orientação e cinco ligados à segunda (ver Quadro 8).

Quadro 4 - Índices de ajuste AFC para desempenho da função

Relações de poder REAL	$\chi^2 = 9314,461, p < 0,001$; RMSEA = 0,020 (intervalo de confiança de 90% [CI] = 0,020, 0,021), CFI = 0,966, TLI = 0,960; SRMR = 0,081
Relações de poder CIDADÃO	$\chi^2 = 6989,784, p < 0,001$; RMSEA = 0,017 (intervalo de confiança de 90% [CI] = 0,017, 0,018), CFI = 0,967, TLI = 0,963; SRMR = 0,091

Fonte: elaborado pela autora com base em Projeto *Journalistic Role Performance* Erro quadrático médio de aproximação (RMSEA); Índice de ajuste comparativo (CFI); Tucker -Lewis (TLI); Residual de Raiz Média Quadrada Padronizada (SRMR).

Obs.: a qualidade do ajuste foi calculada para o conjunto de dados completo de conteúdo de notícias de 37 países.

Foram utilizadas pontuações fatoriais para testar as diferenças na presença dos papéis profissionais. Como cada papel representa uma variável latente, o escore fatorial é tecnicamente considerado uma melhor medida devido à ponderação de seus indicadores constituintes de acordo com a contribuição de cada item para aquela variável latente (Distefano; Zhu; Mindrila, 2009) ⁴³.

3.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Como o objeto desta pesquisa é observar a vigilância e a lealdade do jornalismo em relação ao poder político, propomos analisar apenas a manifestação dos papéis Fiscalizador e Leal-Facilitador dirigida à categoria “governo, Estado e partido políticos” para cada indicador específico desses papéis, excluindo, dessa forma, as demais categorias ⁴⁴. Inicialmente, pensamos em realizar a análise da vigilância e da lealdade do jornalismo ao poder político por meio da seleção dos tópicos de notícias, que representam a editoria a qual pertence cada item do banco de dados. Os tópicos de notícias que correspondem à editoria política são as variáveis “Governo e Legislativa” e “Campanha e Eleições”. Nesse modelo, manteríamos os papéis, que nomeamos como principais: Fiscalizador Principal e Leal-Facilitador Principal, e que são compostos por todas as sete categorias. Encontramos, no entanto, dois problemas nesse desenho inicial do método. O primeiro diz respeito ao fato de que a temática política pode aparecer transversalmente em outras editorias/tópicos de notícias. Parlamentares, prefeitos,

⁴³ Os escores fatoriais são combinações lineares das variáveis observadas e incluem o que é compartilhado entre o item e o fator. Essa maneira de construir pontuações gerais auxilia a resolver vários problemas. Primeiramente, atribui mais peso a alguns itens do que a outros; e também evita o problema de distorção nos escores brutos, quando as variáveis têm uma média muito baixa ou muito alta (problemas de teto e piso), equalizando as dificuldades relativas de diferentes indicadores a uma dimensão.

⁴⁴ Para o papel de Leal-Facilitador, esse direcionamento somente vale para a subdivisão “apoio à elite”, conforme detalhamento a seguir.

governadores, ministros, políticos, presidente e outros funcionários públicos são acionados por jornalistas constantemente para responder às problemáticas em diversas áreas, sobretudo no período de análise, marcado pela pandemia da Covid-19. Mesmo com a possibilidade de selecionar mais de um tópico de notícias para cada um dos conteúdos jornalísticos codificados, poderíamos perder dados referentes à presença dos papéis Fiscalizador Principal e Leal-Facilitador Principal em itens não rotulados com os tópicos relacionados ao poder político.

O segundo problema, e talvez o mais importante, é que considerar todas as categorias dos indicadores dos dois papéis não traria um resultado satisfatório da vigilância e da lealdade específica ao poder político, já que a fidelidade e a fiscalização jornalística nas notícias da editoria política não são, necessariamente, direcionadas a políticos, Estado ou governos. Por exemplo, uma reportagem definida com o tópico “Governo e Legislatura” pode conter críticas, denúncias ou elogios a empresas privadas, o que também é definido como jornalismo de vigilância e/ou lealdade, mas, nesse caso, à “elite econômica e empresarial” (outra categoria). No resultado dos dados referentes aos papéis principais, que contemplam todas as categorias, não há essa distinção.

Diante do exposto, julgamos que a melhor solução para identificar a vigilância e a lealdade do jornalismo brasileiro específicas ao poder político seria isolar a categoria “governo, Estado e partidos políticos”. Para isso, recodificamos cada um dos indicadores individuais (variáveis politômicas) dos dois papéis e os transformamos em variáveis dicotômicas (ver Quadro 9). Todas as outras categorias, assim como o “não” – quando não há presença de determinado indicador no item noticioso – receberam valor “0”, e a categoria “governo, Estado e partidos políticos” recebeu valor “1”. Após recodificarmos os indicadores, criamos duas novas escalas fatoriais, uma para cada um dos papéis, que nomeamos como “Fiscalizador Político” e “Leal-Facilitador Político”. As novas escalas são compostas pelos indicadores dicotômicos recodificados. As recodificações foram realizadas por meio do software *SPSS Statistics*.

Os indicadores “reportagem investigativa” e “investigação externa”, que compõem o papel “Fiscalizador Principal”, não possuem as sete categorias positivas de respostas como os demais indicadores desse modelo, embora também sejam variáveis politômicas. Eles têm três categorias cada, mas apenas duas positivas: “investigação externa ou reportagem investigativa contra/sobre indivíduos ou grupos de poder” e “investigação externa ou reportagem investigativa contra/sobre pessoas comuns”. Na recodificação desses indicadores, optou-se por manter a alternativa relacionada a “indivíduos ou grupo de poder” para ambos, já que tanto “investigação externa” quanto “reportagem investigativa” contra ou sobre quaisquer agentes políticos ou órgãos governamentais estão relacionados a “indivíduos ou grupo de poder”. Essa

opção não isola o poder político, já que contempla também outras categorias de poder (“elite econômica e empresarial”, “elite cultural”, “igreja e religião” e “sociedade civil”), mas diante do instrumento consolidado e da importância desses dois indicadores para análise, decidimos manter dessa forma, excluindo na recodificação a categoria “contra/sobre pessoas comuns”, que não tem relação com o objeto de análise.

Dos oito indicadores do papel Leal-Facilitador, somente três estão relacionados à orientação “apoio à elite”, onde se observa a manifestação ou não de lealdade ao poder político. Dois deles possuem as sete categorias positivas, são eles: “defesa/ apoio de atividades” e “imagem positiva da elite”. Assim como no papel Fiscalizador, esses indicadores foram transformados em variável dicotômica (“0” não; “1” sim, governos, Estado e partidos políticos). O terceiro indicador da orientação apoio à elite – “defesa e apoio de políticas” – é direcionado especificamente à categoria “governos, Estado e partidos políticos” e já é uma variável dicotômica (“0” não; “1”, sim, governos, Estado e partidos políticos), logo, não precisou ser recodificado. O restante dos indicadores do Leal-Facilitador faz parte da subdivisão “apoio à nação”. Essa orientação não tem relação direta com o poder político, mas foi mantida nas análises para observar o comportamento desse papel. Historicamente, o Leal-Facilitador é pouco comum na cultura jornalística do País e, na primeira fase do JRP, ele se manifestou por meio de lealdade à nação (Márquez-Ramírez *et al.*, 2021). A intenção é compreender se em contextos diferentes haveria mudança ou permanência no desempenho desse papel.

Para os dados desta pesquisa, as duas orientações do papel “Fiscalizador Político” – isento e intervencionista – são compostas pelos indicadores recodificados para a categoria “governo, Estado e partido político”. Sendo assim, criamos outras duas novas escalas: “Fiscalizador Político Isento” e “Fiscalizador Político Intervencionista”. O primeiro tem cinco indicadores e o segundo quatro indicadores do “Fiscalizador Político” (ver Quadro 9). O papel “Leal-Facilitador em apoio à elite [política]” é o mesmo que o papel “Leal-Facilitador Político”, que já foi recodificado e, portanto, não foi criada outra escala para a subdivisão “apoio à elite”. Também não foi criada nova escala para a subdivisão “apoio à nação”, já que não houve alteração nas categorias dos indicadores dessa orientação.

Para comparar a vigilância do jornalismo ao poder político com a vigilância em relação às outras instâncias de poder (“elite econômica e empresarial”; “elite cultural”; “igreja/religião” e “sociedade civil”), também recodificamos os indicadores do “Fiscalizador Principal” para cada uma das categorias desse papel, com exceção de duas: “mais de uma desses grupos” e “pessoas comuns”. A primeira é quando determinado indicador estava presente no conteúdo jornalístico para duas ou mais categorias. Como não é possível identificar nos dados quais são

esses grupos, descartamos essa opção. Ao desconsiderar a categoria “mais de uma desses grupos”, possivelmente perdemos dados quando um desses grupos era “governo, Estado e partidos políticos”. Mas na impossibilidade de separação, a escolha foi a exclusão. Já “pessoas comuns” descartamos pela insignificância dessa opção para fins comparativos, visto que o foco é comparar com outros grupos de poder.

Quadro 9 - Indicadores e categorias dos papéis Fiscalizador Político e Leal-Facilitador Político

Papel Recodificado (escala)	Subdivisões	Indicadores Papéis	Categorias dos indicadores recodificados
Fiscalizador Político	Fiscalizador Político Intervencionista	<ul style="list-style-type: none"> • Dúvida jornalista • Crítica jornalista • Denúncia jornalista 	(0) Não e todas as outras categorias (1) Sim, governo/Estado/partidos políticos.
		<ul style="list-style-type: none"> • Reportagem investigativa 	(0) Não e todas as outras categorias (1) Sim, contra ou sobre indivíduos ou grupo de poder
	Fiscalizador Político Isento	<ul style="list-style-type: none"> • Info. processos judiciais • Dúvida outros • Crítica outros • Denúncia outros 	0) Não e todas as outras categorias (1) Sim, governo/Estado/partidos políticos.
		<ul style="list-style-type: none"> • Investigação externa 	(0) Não e todas as outras categorias (1) Sim, contra ou sobre indivíduos ou grupo de poder
Leal-Facilitador Político (Apoio à Elite política)		<ul style="list-style-type: none"> • Defesa e apoio de atividades • Imagem positiva da elite 	(0) Não e todas as outras categorias (1) Sim, governo/Estado/partidos políticos.
		<ul style="list-style-type: none"> • Defesa e apoio de política 	(0) Não (1) Sim

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Na recodificação dos indicadores para cada uma das categorias, utilizamos o mesmo método. Transformamos os indicadores em variáveis dicotômicas e depois criamos novas escalas fatoriais para cada uma delas. Ao todo, criamos cinco novas escalas a partir do papel de “Fiscalizador Principal”, uma para cada categoria – incluindo o poder político, mencionado anteriormente (ver Quadro 10). A intenção é compreender se há diferença significativa entre elas e se os contextos de polarização e Covid-19 coincidem com uma maior vigilância do jornalismo ao poder político do que a outras instâncias de poder. Como o papel “Leal-Facilitador Principal” tem apenas dois indicadores categóricos, a comparação de lealdade do

jornalismo a outras instâncias de poder não traria um resultado significativo e, por esse motivo, não recodificamos o “Leal-Facilitador Principal” para as demais categorias de poder.

Também para fins comparativos, analisamos os papéis “Fiscalizador Político” e “Leal-Facilitador Político” com os papéis “Fiscalizador Principal” e “Leal-Facilitador Principal”, que levam em conta todas as categorias de poder. A intenção é verificar se a vigilância e a lealdade do jornalismo específica ao poder político foi maior nesse período do que em relação ao conjunto dos poderes.

Quadro 10 - Indicadores e categorias do papel Fiscalizadores de outros poderes (continua)

Papel recodificado (escala)	Indicadores papéis	Categorias dos indicadores recodificados
Fiscalizador Econômico	<ul style="list-style-type: none"> • Info. processos judiciais • Dúvida por jornalista • Dúvida por outros • Crítica por jornalista • Crítica por outros • Denúncia por jornalista • Denúncia por outros 	(0) Não e todas outras categorias (1) Sim, elite empresarial econômica
	<ul style="list-style-type: none"> • Investigação externa • Reportagem Investigativa 	(0) Não e todas outras categorias (1) Sim, contra indivíduos ou grupo de poder
Fiscalizador Sociedade Civil	<ul style="list-style-type: none"> • Info. processos judiciais • Dúvida jornalista • Dúvida outros • Crítica jornalista • Crítica outros • Denúncia jornalista • Denúncia outros 	(0) Não e todas outras categorias (1) Sim, sociedade civil
	<ul style="list-style-type: none"> • Investigação externa • Reportagem Investigativa 	(0) Não e todas outras categorias (2) Sim, contra indivíduos ou grupo de poder
Fiscalizador Religião	<ul style="list-style-type: none"> • Info. processos judiciais • Dúvida jornalista • Dúvida outros • Crítica jornalista • Crítica outros • Denúncia jornalista • Denúncia outros 	(0) Não e todas outras categorias (1) Sim, igreja/religião
	<ul style="list-style-type: none"> • Investigação externa • Reportagem Investigativa 	(0) Não e todas outras categorias (3) Sim, contra indivíduos ou grupo de poder
Fiscalizador Elite Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Info. processos judiciais • Dúvida jornalista • Dúvida outros • Crítica jornalista • Crítica outros • Denúncia jornalista • Denúncia outros 	(0) Não e todas outras categorias (1) Sim, elite cultural

Quadro 10 - Indicadores e categorias do papel Fiscalizadores de outros poderes (conclusão)

	<ul style="list-style-type: none"> • Investigação externa • Reportagem Investigativa 	(0) Não e todas outras categorias (4) Sim, contra indivíduos ou grupo de poder
--	--	---

Fonte: elaborado pela autora (2023).

O parâmetro de comparação entre os papéis em todas as análises é a média aritmética, uma medida descritiva definida como “a soma dos valores dividida pelo número de valores observados” (Barreta, 2012, p. 91). Os indicadores individuais que compõem cada papel foram combinados para gerar uma pontuação final para cada modelo (média). Calculamos as pontuações brutas (total de pontos dividido pelo total de itens noticiosos para cada papel). Desse modo, os indicadores individuais que compõem cada papel foram combinados em uma escala de 0 a 1. Uma pontuação mais alta expressou maior presença (grau) de cada papel nas notícias e vice-versa.

Esta pesquisa também analisa em quais tipos de mídia os papéis “Fiscalizador Político” e “Leal-Facilitador Político” foram mais ou menos presentes. Para isso, recorreu-se à Análise de Variância (Anova), que consiste em uma técnica estatística para comparar as médias e as variâncias das médias em mais de dois grupos (Callegari-Jacques, 2003). Foi realizada análise de variância de um fator (Anova-One Way) com o objetivo de avaliar se houve diferenças nos graus de vigilância e de lealdade ao poder político entre diferentes tipos de mídia (jornais, TV, rádio e portais online). Ressalta-se que esta pesquisa não mede a variância, apenas verifica se há diferença e quais foram menos e mais vigilantes e leais ao poder político. Todos os resultados das análises propostas serão apresentados no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV: DESEMPENHO DOS PAPÉIS FISCALIZADOR POLÍTICO E LEAL-FACILITADOR POLÍTICO EM 2020

Este capítulo apresenta os resultados dos objetivos propostos por esta pesquisa que diz respeito ao desempenho dos papéis Fiscalizador e Leal-Facilitador em relação ao poder político no noticiário brasileiro em 2020. A primeira parte trata dos graus de vigilância e de lealdade e revela qual foi a postura mais proeminente: vigilante ou apoiador dos poderes constitucionais. A amplitude com que o jornalismo articulou tais papéis é colocada em perspectiva dos contextos e da cultura jornalística, e em comparação com os modelos Fiscalizador Principal e Leal-Facilitador Principal da primeira e segunda fase do JRP.

Em seguida, são confrontados também os graus de vigilância do jornalismo entre as cinco instâncias de poder (elite política, elite econômica, sociedade civil organizada, elite religiosa e elite cultural) com o intuito de testar a importância do poder político no desempenho do papel Fiscalizador. A centralidade da esfera política na prática de vigilância em 2020 encontra alguma explicação nos contextos da pandemia e da polarização política.

A terceira parte deste capítulo apresenta os dados referentes aos perfis de vigilância e de lealdade, que revelam a maneira como os jornalistas colocaram em prática esses dois papéis e os elementos que foram mais utilizados para vigiar ou apoiar a elite política e, no caso de lealdade, também a nação. A análise dos indicadores específicos desses papéis mostra uma mudança sutil na forma como os profissionais desempenham os papéis de vigilância e de lealdade, reflexo dos contextos do período e, sobretudo, da cultura jornalística nacional.

E, por fim, o capítulo apresenta o desempenho dos papéis Fiscalizador Político e Leal-Facilitador Político por tipo de mídia (jornal, televisão, rádio e portais online). As análises mostram que as diferenças e semelhanças na vigilância e lealdade ao poder político têm relação com as características específicas de cada tipo de veículo de comunicação.

4.1 OS GRAUS DE VIGILÂNCIA E DE LEALDADE DO JORNALISMO SOBRE O PODER POLÍTICO EM 2020

Os dados demonstram que tanto o grau de vigilância quanto o de lealdade do jornalismo ao poder político em 2020 não foram tão expressivos como se esperava, conforme mostra a Tabela 1. A expectativa era de que os contextos da Covid-19 e a polarização política favorecessem um desempenho mais acentuado dos papéis da dimensão das Relações de Poder: Fiscalizador Político e Leal-Facilitador Político. A bibliografia sobre o tema indica que essas

funções são mais proeminentes em crises sociopolíticas e de saúde, seja para colaborar com as autoridades, cobrar soluções ou responsabilizá-las (Mellado; Hellmueller; Donsbach, 2017; Mellado *et al.*, 2021; Klemm; Das; Hartmann, 2019).

Tabela 1 - Desempenho dos papéis Fiscalizador e Leal-Facilitador

Papéis	Fiscalizador	Leal-Facilitador
Político (poder político) *	.041 (.097)	.018 (.101)
Principal (todos os poderes) **	.057 (.119)	.017 (.064)

Fonte: elaborada pela autora (2023).

Obs.: escore médio - M (desvio padrão - DP)

* Considera apenas a categoria “governo/partido político” de cada indicador.

** Considera todas as categorias dos indicadores, com exceção da categoria “pessoas comuns”.

O grau de vigilância (M Fiscalizador Político = .041, DP = .097) foi maior que o grau de lealdade (M Leal-Facilitador Político = .018, DP = .101). Mais especificamente, o jornalismo brasileiro em 2020 foi em média 2,3 vezes mais vigilante do que leal ao poder político. Isso permite afirmar que, naquele ano, diante das crises sanitária e sociopolítica, os jornalistas adotaram uma postura mais crítica do que de apoio às autoridades políticas, aos partidos políticos e ao Estado. De todo modo, essa não é uma realidade exclusiva desse período e nem do instrumento específico desta pesquisa – de direcionamento ao poder político. O predomínio da vigilância em relação à lealdade é um padrão da prática jornalística brasileira. Quando analisamos os dois papéis principais, que comportam todas as categorias de poder, os dados também revelam maior incidência de vigilância (M Fiscalizador Principal = .057, DP = .119) do que lealdade (M Leal-Facilitador Principal = .017, DP = .064). A proeminência da vigilância também foi comprovada na primeira fase do JRP (2013-2018), quando o Fiscalizador (M = .09, DP = .14) foi 3 vezes mais presente no noticiário do que o Leal-Facilitador (M = .03, DP = .10) (Márquez-Ramírez *et al.*, 2021)⁴⁵.

Esses dados nos permitem observar que os contextos parecem não ter sido tão determinantes para a diferença no desempenho entre os dois papéis, já que mesmo com estruturas de análises e conjunturas diferentes (em relação às duas etapas do JRP), e também com o direcionamento específico ao poder político proposto por esta pesquisa, a postura adotada pelos jornalistas brasileiros em relação aos poderes é similar: com maior vigilância e menor

⁴⁵ A comparação das duas fases do JRP ao longo deste capítulo tem o objetivo de apresentar um panorama superficial das diferenças entre os dois períodos. A intenção não é fazer uma comparação fiel, pois as medidas não são equivalentes. Trata-se de amostras com tamanho e características diferentes. Enquanto na etapa inicial foram analisadas somente as notícias dos jornais, na segunda fase são consideradas outras três mídias. Além do mais, esta pesquisa propõe uma outra abordagem para observar o desempenho desses papéis ao direcionar as análises somente ao poder político

lealdade. Quando analisamos por dentro dos papéis, sob a perspectiva de suas subdivisões e indicadores, e em comparação com outros poderes, os contextos parecem ter maior relevância, como veremos adiante.

A baixa incidência do Leal-Facilitador Político corrobora com a inexpressividade da lealdade aos poderes na cultura jornalística do País (Márquez-Ramírez *et al.*, 2021), que se profissionalizou tendo como base o modelo norte-americano de jornalismo, em tese, independente do estado (Albuquerque, 2005; Silva, 1991). O pouco apoio do jornalismo ao poder político pode ser reflexo também da particularidade do instrumento do projeto JRP. Diferentemente do papel Fiscalizador, o desempenho do Leal-Facilitador precisa ser expresso explicitamente pelo jornalista e não por terceiros. Essa característica metodológica pode esconder um outro tipo de lealdade do jornalismo: um apoio do tipo isento, manifestado pela voz de terceiros. A seleção das fontes, o que elas defendem e o destaque dado a elas no noticiário fazem parte de uma escolha jornalística, e tudo pode estar alinhado a uma decisão editorial e/ou pessoal do profissional. O fato de o jornalista não defender declaradamente atividades e personalidades políticas pode não significar ausência de apoio ao poder político, mas uma lealdade disfarçada, com distanciamento, assim como acontece com a prática de vigilância como veremos a seguir.

Mesmo sem muita expressividade na cultura brasileira, a lealdade específica ao poder político (M Leal-Facilitador Político = .018, DP = .101) foi ligeiramente maior do que a todos os poderes e à nação (M Leal-Facilitador Principal = .017, DP = .064). Ainda assim, com pouca significância. Como o Leal-Facilitador Principal comporta também a lealdade ao poder político, e esse último foi o mais expressivo em relação ao conjunto dos poderes e à nação, podemos afirmar que a política foi central no desempenho desse papel em 2020.

A vigilância ao poder político (M Fiscalizador Político = .041, DP = .097) foi menor do que a vigilância em relação ao conjunto de todos os poderes (M Fiscalizador Principal = .057, DP = .119). Esse dado pode ter duas explicações. A primeira é que, ao considerar todos os grupos, inclusive o poder político, as possibilidades de vigilância são maiores do que quando isolamos um deles. A segunda diz respeito ao fato de que os indicadores do Fiscalizador Principal comportam também a categoria “mais de um desses grupos”, que é quando a vigilância é direcionada para um ou mais grupos de poder. Durante as codificações, uma das categorias para “mais de um desses grupos” – em alguns indicadores e para alguns itens noticiosos – foi “governo, Estado e partidos políticos”. Isso significa que provavelmente houve maior vigilância específica ao poder político em 2020 do que o instrumento desta pesquisa

permite medir ao isolar a categoria “governo, Estado e partidos políticos”. Da mesma forma, a categoria “mais de um desses grupos” possivelmente contribuiu para a maior incidência do Fiscalizador Principal em relação ao Fiscalizador Político. Essa mesma lógica serve para a comparação entre Leal-Facilitador Principal e Leal-Facilitador Político. O primeiro também comporta a categoria “mais de um desse grupos” e, portanto, pode haver maior lealdade ao poder político que conseguimos medir isolando esse poder.

4.1.1 Os graus de vigilância por categoria de poder

Para testar a importância do poder político no desempenho do Fiscalizador Principal, isolamos também cada uma das categorias dos indicadores desse papel, relacionadas aos grupos de poder, com exceção de “mais de um desses grupos”⁴⁶. A intenção com isso é analisar em profundidade a vigilância do jornalismo em 2020 e verificar se a fiscalização específica ao poder político foi maior ou menor do que para cada um dos outros poderes – econômico, religioso, sociedade civil e elite cultural. Desse modo, criamos quatro novos papéis (escalas) e medimos o grau (média) de desempenho de cada um deles, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Desempenho do papel Fiscalizador por categorias de poder

Papel Fiscalizador por categoria*	Média (M)	Desvio padrão (DP)
Fiscalizador Político	.041	.097
Fiscalizador Econômico	.013	.051
Fiscalizador da Sociedade Civil	.009	.033
Fiscalizador Religioso	.009	.033
Fiscalizador da Elite Cultural	.009	.032

Fonte: elaborada pela autora (2023).

* considera o direcionamento da vigilância, identificada por meio das categorias de poder dos indicadores.

Ao desmembrar o papel Fiscalizador Principal por meio das categorias de poder, as quais são dirigidas à vigilância, percebemos o protagonismo do poder político. O jornalismo em 2020 fiscalizou muito mais os poderes estabelecidos, seus membros e partidos políticos, do que empresários e empresas, líderes religiosos e igrejas, sociedade civil organizada, artistas e outros representantes da elite cultural. Sendo assim, o grau de vigilância do papel Fiscalizador Principal é “puxado” principalmente pela fiscalização ao poder político. A segunda categoria com maior grau de vigilância do jornalismo naquele ano foi a elite econômica (M Fiscalizador Econômico = .013, DP = .051). Ainda assim, bem inferior ao poder político (M Fiscalizador Político = .041, DP = .097). Os demais poderes tiveram as mesmas médias, que foram

⁴⁶ Também não isolamos a categoria “pessoas comuns”, que não é um grupo de poder.

baixíssimas. A maior atenção dada pela imprensa ao tema político é natural, na medida em que as atividades dos poderes estabelecidos e de seus membros são assuntos de interesse público⁴⁷, constantemente monitorados pela mídia, sobretudo pelos veículos nacionais de grande audiência, como os da nossa amostra. Essas empresas de comunicação contam com profissionais setoristas que se dedicam exclusivamente à cobertura política e têm acesso a inúmeras fontes. O destaque à editoria política pode ser verificado quando analisamos a quantidade de itens noticiosos por assunto (tópico de notícias), conforme apresentado na Tabela 3. O maior índice foi o do tópico “governo e legislatura” (48,3%) que, somado ao do tópico “campanhas e eleições” (8,6%), ultrapassa a metade das notícias codificadas (56,9%)⁴⁸.

Tabela 3 - Frequência por tópico de notícias

Tópicos Notícias	Frequência	Percentual*
Governo e Legislatura	1775	48,3%
Saúde	1582	43%
Economia e Negócios	774	21%
Polícia e Crime	616	16,8%
Questões Sociais	401	10,9%
Tribunal de Justiça	400	10,9%
Campanhas/Eleições/Política	317	8,6%
Entretenimento e Celebidades	255	6,9%
Trabalho e Emprego	250	6,8%
Esportes	233	6,3%
Ciência e Tecnologia	230	6,3%
Acidentes e Desastres Naturais	200	5,4%
Outros**	199	5,4%
Cultura	198	5,4%
Manifestações e Protestos	190	5,2%
Estilo de vida	174	4,7%
Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima	158	4,3%
Educação	152	4,1%
Transporte	128	3,5%
Mídia e Comunicação	119	3,2%
Defesa/Segurança Militar/Nacional	86	2,3%
Habitação, Infraestrutura e Obras Públicas	85	2,3%
Religião e Igrejas	34	0,9%
Desenvolvimento de Energia e Recursos	29	0,8%

Fonte: elaborada pela autora (2023).

Obs.: o percentual apresentado é sobre quantidade de histórias (itens noticiosos).

* As notícias poderiam ser classificadas em até três tópicos. Por isso, a soma dos tópicos ultrapassa os 100%.

** “Outros” diz respeito à temas que não se encaixam em nenhuma das opções anteriores.

⁴⁷ O termo reflete a conceitualização proposta por Basilio Alberto Sartor, que define “interesse público” como: “fundamento ético-epistêmico do jornalismo que diz respeito à relevância dos fatos noticiáveis, à construção da notícia visando ao esclarecimento dos cidadãos, ao papel de vigilância socialmente atribuído ao jornalismo e aos interesses do público no consumo de informações” (SARTORSartor, 2018), p. 1).

⁴⁸ Os dois tópicos, “governo e legislatura” e “campanha e eleições”, são parte da editoria política.

A maior frequência do tópico de notícias “governo e legislatura” em relação aos outros tópicos não justifica, por si só, o maior grau de vigilância ao poder político, já que o fato de haver mais itens noticiosos sobre política ou que envolvam políticos, Estado e seus membros, não significa necessariamente que haverá maior vigilância, tampouco que a vigilância será direcionada a esse poder. Essa constatação, inclusive, fez com que tenhamos proposto isolar a categoria “governo, Estado, partidos políticos”, a fim de analisar a fiscalização específica ao poder político. No entanto, a análise da frequência dos tópicos de notícias associada aos contextos pode auxiliar no entendimento acerca da vigilância a um determinado poder, em um determinado período e diante de determinadas circunstâncias.

Tabela 4 - Frequência por tipo de fontes

Tipo de Fontes	Quantidade	Percentual*
Estado ou Partido Político	1769	48,1%
Cidadã	763	20,7%
Empresas e negócios	620	16,8%
Saúde	546	14,8%
Legais e de tribunais	545	14,8%
Educacional	475	12,9%
Anônima	433	11,8%
Polícia e Segurança	396	10,8%
Mídia	365	9,9%
Sociedade Civil	292	7,9%
Artista ou Celebridade	240	6,5%
Esportiva	165	4,5%
Outras Fontes	147	4%
Militar ou de Defesa	78	2,1%
Religião/Igreja	43	1,2%

Fonte: elaborada pela autora (2023).

Obs.: o percentual apresentado é sobre quantidade de histórias (itens noticiosos).

*Os itens noticiosos geralmente têm mais de uma fonte, por isso, a soma das fontes ultrapassa os 100%.

Como não poderia ser diferente, a Covid-19 tomou conta do noticiário em 2020 – primeiro ano da pandemia no País – e foi transversal a outros temas, como política, economia, cultura etc. O destaque dado à Covid-19 pode ser constatado nos dados: dos 43% de frequência do tópico de notícias “saúde”, 36,8% estão relacionados à pandemia (Hubé *et al.*, 2022). Ao se tratar de uma crise sanitária de grandes proporções, representantes do poder político foram interpelados constantemente pela imprensa sobre ações de combate à crise e, por vezes,

criticados e até denunciados pelas posturas em relação à pandemia⁴⁹. A alta incidência das fontes políticas pode ser confirmada pela frequência com que elas apareceram no noticiário em 2020: 48,1%, o maior índice entre os tipos de fontes, conforme apresenta a Tabela 4.

Diante do exposto, podemos inferir que a pandemia, que foi altamente midiaticizada (conforme frequência de itens noticiosos sobre a Covid-19) e que colocou representantes do legislativo, executivo e judiciário no centro das discussões de combate à crise sanitária e suas consequências (conforme frequência das fontes políticas – Tabela 4), em um ambiente polarizado, com embates entre representantes do poder público no direcionamento das medidas de combate à doença, resultou em uma maior fiscalização ao poder político do que a outros poderes (conforme grau de vigilância por categoria de poder – Tabela 2).

4.2 OS PERFIS DE VIGILÂNCIA E DE LEALDADE DO JORNALISMO BRASILEIRO SOBRE O PODER POLÍTICO EM 2020

Além de compreender a amplitude (grau) com que o jornalismo atuou na vigilância e na lealdade ao poder político, esta pesquisa também analisa a forma de atuação (perfil). Este trabalho considera que cada um dos papéis profissionais se manifesta nas notícias de duas maneiras, com base em Mellado (2015) e Márquez-Ramírez (2019; 2021). A vigilância do jornalismo se dá de forma isenta ou intervencionista, já a lealdade pode ser em apoio à elite, nesse caso, política, ou em apoio à nação, o que se identifica por meio dos indicadores individuais de cada papel. Analisar a maneira como os jornalistas desempenham os papéis Fiscalizador e Leal-Facilitador em um determinado período e para um grupo específico de poder permite compreender se os perfis de vigilância e de lealdade se ajustam de acordo com os contextos e o direcionamento de poder, ou se eles se mantêm constantes, resultado da característica cultural do jornalismo brasileiro.

4.2.1 Fiscalizador Político Isento e Fiscalizador Político Intervencionista

Os dados revelam que, ao fiscalizar o poder político, o jornalismo foi bem mais isento ($M = .061$, $DP = .151$) do que intervencionista ($M = .017$, $DP = .078$), conforme apresenta a

⁴⁹ A eficácia da vacina, a compra, a distribuição e a produção nacional do imunizante, assim como as medidas sanitárias de combate à doença foram motivos de discórdia entre governadores, parlamentares e o então Presidente da República, Jair Bolsonaro, que, inclusive, foi investigado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) por sua atuação diante da pandemia. O Governo Federal também entrou em embate com a imprensa. O Ministério da Saúde dificultou o acesso da imprensa aos dados sobre a doença, o que fez com que um grupo de veículos criasse um Consórcio para apurar os dados.

Tabela 5. O distanciamento dos jornalistas ao vigiar políticos, governo e funcionários públicos foi 4,3 vezes maior que a participação ativa na fiscalização. Isso significa que os profissionais utilizaram mais recursos externos – que não partem do veículo ou deles próprios – para questionar, criticar, denunciar e divulgar investigações e processos judiciais contra políticos, partidos, agentes públicos e Estado.

Tabela 5 - Desempenho do papel Fiscalizador: Isento e Intervencionista

Papéis	Fiscalizador Isento	Fiscalizador Intervencionista
Fiscalizador Político (poder político) *	.061 (.151)	.017 (.078)
Fiscalizador Principal (todos os poderes) **	.085 (.185)	.023 (.094)

Fonte: elaborada pela autora (2023).

Obs.: escore médio (desvio padrão).

* Considera apenas a categoria “governo/partido político” de cada indicador.

** Considera todas as categorias de qualificação dos indicadores, com exceção da categoria “pessoas comuns”.

Da mesma forma que ocorre na comparação entre os papéis Fiscalizador Político e Leal-Facilitador Político, a maior incidência da subdivisão isenta sobre a intervencionista não é exclusividade do direcionamento ao poder político, tampouco do período de análise. Os dados referentes às subdivisões do Fiscalizador Principal apoiam essa perspectiva: a orientação isenta ($M = .085$, $DP = .185$) foi 6,2 vezes mais atuante do que a versão intervencionista ($M = .023$, $DP = .094$). Essa configuração também foi verificada na primeira fase do projeto, quando o Fiscalizador Isento ($M = .13$, $DP = .22$) teve maior presença que o intervencionista ($M = .04$, $DP = .012$) (Márquez-Ramírez *et al.*, 2021).

O distanciamento ao vigiar o poder político parece estar associado de fato a um traço da cultura jornalística brasileira e pode ser resultado da valorização dos princípios fundantes da profissão, como imparcialidade e objetividade, uma característica das culturas jornalísticas de países latino-americanos (Mellado *et al.*, 2012). A postura isenta também pode ser reflexo da situação do trabalho jornalístico no País e nas organizações de mídia. Segundo Márquez-Ramírez *et al.* (2021, p. 121, tradução nossa), “os jornalistas precisam de condições de segurança, acesso à informação, liberdade e autonomia para usar sua voz e enfrentar os poderes estabelecidos”. Pressupostos que não são totalmente acatados no Brasil. Em 2020, foram registrados 428 casos de violência contra jornalistas e à liberdade de imprensa no País, de acordo com o *Relatório da Violência*, publicado anualmente pela Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj. Esses episódios vão desde agressões verbais, ameaças e violências físicas até mortes, e retratam a falta de condições de segurança para o exercício da profissão. A

liberdade do jornalista para exercer a vigilância também pode ser cerceada pela própria empresa de comunicação e seus interesses mercadológicos, pois,

As organizações de mídia impõem aos jornalistas o seu entendimento de “interesse público”, geralmente deslocado à “coisa pública” e ao “interesse *do* público” (audiência). Nesse processo, os jornalistas ficam subordinados aos mais variados interesses, inclusive, o particular (Schmitz, 2018, p. 147, grifo do autor).

Schmitz (2018) mediu os graus de autonomia dos jornalistas com base nos dados da primeira fase do JRP e, apesar de os entrevistados defenderem idealmente a autonomia profissional e acreditarem que têm certa autonomia, na prática a pesquisa comprovou que os jornalistas são bem pouco autônomos, outro pressuposto fundamental para o desempenho da orientação intervencionista do papel Fiscalizador (Márquez-Ramírez *et al.*, 2019).

Quando observamos os indicadores específicos de cada uma das duas subdivisões do papel Fiscalizador Político (isenta e intervencionista), é possível identificar quais elementos são mais utilizados para fiscalizar o poder político. Esses indicadores estão relacionados à intensidade de vigilância (dúvida, crítica ou denúncia), ao tipo de evento (informações sobre processos judiciais, investigação externa ou reportagem investigativa) e à voz que interroga (terceiros ou jornalista). Os dados da Tabela 6 apontam que todos os indicadores da orientação isenta têm taxas mais altas de frequência do que os da orientação intervencionista.

Tabela 6 - Desempenho das subdivisões do papel Fiscalizador por Indicador

Subdivisões	Indicadores	Fiscalizador Político*	Fiscalizador Principal*
Orientação Intervencionista	Dúvida jornalista	1,8%	2,7%
	Crítica jornalista	2,8%	4,1%
	Denúncia jornalista	1,5%	2%
	Reportagem investigativa	0,5%	0,5%
Orientação Isenta	Info. processos judiciais	6,6 %	10,4%
	Dúvida outros	3%	5,3%
	Crítica outros	10%	13,8%
	Denúncias outros	4,2%	6,1%
	Investigação externa	6,6%	6,6%

Fonte: elaborada pela autora (2023).

*Percentual sobre quantidade de histórias (itens noticiosos).

Ao observar cada indicador, percebemos que o jornalismo atuou mais da forma intermediária de intensidade ao vigiar o poder político em 2020 para ambas as orientações. “Crítica outros” (10%) e “crítica jornalista” (2,8%) – que são os indicadores de intensidade moderada – foram os mais frequentes em cada uma das subdivisões, com destaque ao primeiro,

que teve o maior índice geral. A forma intermediária de intensidade também foi constatada para o Fiscalizador Principal, com “crítica outros” (13,8%) e “crítica jornalista” (4,1%) sendo os dois indicadores com os maiores percentuais em cada orientação.

Esse cenário é um pouco diferente daquele verificado na primeira fase do JRP: na orientação intervencionista, os profissionais manifestaram com mais frequência a maneira menos intensa de vigilância, por meio do indicador “dúvida jornalista” (7,3%). Na orientação isenta, a forma intermediária de intensidade prevaleceu, com a diferença que o indicador “crítica outros” (15,2%) foi o segundo e não o primeiro mais presente no noticiário, atrás de “informações sobre processos judiciais” (15,9%), que diz respeito ao tipo de evento (Márquez-Ramírez *et al.*, 2019).

Ao analisar os outros indicadores da forma de intensidade do Fiscalizador Político, a maneira mais intensa da subdivisão isenta, representada pelo indicador “denúncia outros” (4,1%) se sobressaiu a menos intensa: “dúvida outros” (3%). Já na orientação intervencionista ocorreu o contrário: os jornalistas questionaram/duvidaram (1,8%) mais do que denunciaram (1,5%) os representantes do poder político, com uma diferença pequena entre os dois indicadores. Isso também pode ser verificado quando observamos a vigilância a todos os poderes: predominância da forma mais intensa da orientação isenta (“denúncia outros” – 6,1%) sobre a menos intensa (“dúvida outros” – 5,3%), e o oposto na orientação intervencionista (“dúvida jornalista” – 2,7%; “denúncia jornalista” – 2%).

Em relação ao tipo de evento, ambos indicadores da orientação isenta do papel Fiscalizador Político – “informações sobre processos judiciais” e “investigação externa” – tiveram a mesma frequência (6,6%), bem superior ao indicador “reportagem investigativa” (0,5%) da orientação intervencionista, que apresentou o menor índice geral e não alcançou nem 1% de frequência. Em relação à voz que interroga – do jornalista ou de terceiros –, a das fontes se destaca em relação à do jornalista em todos os indicadores.

Apesar da permanência do modelo Fiscalizador Isento na cultura jornalística brasileira, que dá preferência à voz e a investigações de terceiros para os relatórios de fiscalização, houve uma mudança de postura na vigilância em 2020, com proeminência de uma forma um pouco mais intensa. Enquanto na primeira fase do JRP “informações sobre processos judiciais” foi o indicador mais comum ao vigiar os poderes e poderosos, na segunda etapa o destaque é para “críticas terceiros”, tanto para o poder político, quanto para o conjunto dos outros poderes. As denúncias de fontes externas (forma mais intensa de vigilância da orientação isenta) deixou de ser a menos frequente. Em 2020, o percentual de “denúncia terceiros” superou “dúvida terceiros”, que é a forma menos intensa de vigilância da subdivisão isenta. Na orientação

intervencionista, os jornalistas também criticaram mais ao vigiar os poderes em 2020 do que em 2013/2014, quando a forma menos intensa de vigilância prevaleceu: “dúvidas dos jornalistas”.

A maior intensidade ao vigiar o poder político em 2020, para ambas orientações, pode encontrar alguma explicação nos contextos. O embate entre as autoridades políticas no enfrentamento da pandemia, retrato também de um ambiente politicamente polarizado, e o embate de representantes do poder político em relação à imprensa, como as constantes críticas do então presidente Jair Bolsonaro a certos veículos de comunicação e a jornalistas⁵⁰, podem ter influenciado na adoção de uma postura mais direta de vigilância, sobretudo com críticas a esse poder.

4.2.2 Leal-Facilitador Apoio à Elite e Leal-Facilitador Apoio à Nação

Quando observamos as subdivisões do papel Leal-Facilitador, os dados mostram que a lealdade do jornalismo à elite política (M apoio elite política = .018, DP = .101) foi maior do que a lealdade ao País (M apoio a nação = .007, DP = .042), conforme evidencia a Tabela 7. Essa distância aumenta ainda mais quando comparamos a subdivisão “apoio à elite” a todos os poderes (M apoio elite principal = .034, DP = .142) com o “apoio à nação” (M apoio a nação = .007, DP = .042).

Tabela 7 - Desempenho do papel Leal-Facilitador: Apoio à Nação e Apoio à Elite

Papéis	Leal-facilitador Apoio Nação*	Leal-facilitador Apoio à Elite
Leal-Facilitador Político (Poder político)	-----	.018 (.101)
Leal-Facilitador Principal (todos os poderes)	.007 (.042)	.034 (.142)

Fonte: elaborada pela autora (2023).

Obs.: escore médio (desvio padrão).

* “Apoio a Nação” não está diretamente relacionado com o poder político e sim ao país. Por isso, não há dados relacionados ao poder político.

A constatação de maior apoio do jornalismo à elite, tanto política quanto aos outros poderes, é surpreendente. Na primeira fase do JRP, o jornalismo brasileiro foi mais leal ao País

⁵⁰ O embate do então Presidente Jair Bolsonaro com a imprensa foi um dos temas do documentário *Cercado*, lançado em 2020 pela Globoplay, do grupo Globo. A produção mostra o desafio dos jornalistas de veículos nacionais nos bastidores da cobertura da Covid-19 diante do negacionismo científico e das críticas e ofensas de Bolsonaro aos profissionais na portaria do Palácio do Planalto (“cercadinho”). Parte dos veículos citados no documentário integra nossa amostra.

do que à elite. Assim como na subdivisão do papel Fiscalizador Político o contexto da Covid-19 parece explicar esse resultado, já que em crises de saúde os jornalistas podem ser mais colaborativos com as autoridades para informar e mobilizar a população sobre as ameaças à saúde (Klemm; Das; Hartmann, 2019; Hubé *et al.*, 2022). Segundo Klemm, Das e Hartmann (2019), o consenso com o poder político também se justifica pela falta de conhecimento especializado dos jornalistas em relação a crises sanitárias, como a pandemia, fazendo com que os profissionais fiquem mais dependentes das informações repassadas pelas autoridades, sobretudo aquelas da saúde.

A postura mais colaborativa ao abordar a pandemia foi comprovada para o conjunto de dados dos 37 países da amostra do JRP, em uma pesquisa que comparou o desempenho dos papéis entre a cobertura da Covid-19 e o noticiário em geral (Hubé *et al.*, 2022), embora a presença do papel Leal-Facilitador tenha sido um pouco menor na cobertura da Covid-19 ($M = 0.026$) do que em outros assuntos ($M = 0.032$). Segundo os autores, os papéis “Serviço” e “Cívico” foram mais proeminentes nos itens noticiosos sobre a pandemia e explicam melhor a deferência às autoridades, já que esses papéis cumpriram a função de educar, orientar e mobilizar a população. A hipótese contrária à deferência levantada pela pesquisa – a mediatização e politização da mídia – não se confirmou na cobertura específica da Covid-19. Nessa perspectiva, os jornalistas adotam uma postura sensacionalista sobre a crise sanitária e de embate com as autoridades, exercendo mais os papéis Intervencionista, Infotimento e Fiscalizador⁵¹.

Nos dados específicos do Brasil, ao comparar a subdivisão de “apoio à elite”, o jornalismo foi mais leal ao conjunto de todos os poderes (M apoio à elite principal = .034, $DP = .142$) do que especificadamente ao poder político (M apoio à elite política = .018, $DP = .101$). A maior incidência de apoio a todos poderes também pode ter relação com a pandemia, tendo em vista que, durante a crise sanitária, houve mobilização social no combate à doença e às suas consequências, com ações e campanhas protagonizadas por empresas, ONGs, representantes da sociedade civil, igrejas e também pelo setor cultural. Esses atos normalmente são retratados de forma positiva pela imprensa e, por vezes, recebem apoio institucional dos veículos de comunicação.

⁵¹ Diferentemente desse trabalho, esta pesquisa analisa todo o noticiário da amostra brasileira, que tem como “pano de fundo” a pandemia e a polarização política, e leva em conta que os papéis profissionais são independentes, ou seja, a presença de um não significa a ausência de outro (Mellado, 2015). Sendo assim, o Fiscalizador Político e o Leal-Facilitador Político podem estar presentes simultaneamente nos mesmos itens noticiosos e encontrar explicações nos mesmos contextos, sem que isso represente qualquer contrariedade.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração é que o “Leal-Facilitador Principal em apoio à elite” também engloba o poder político. Isso significa que a diferença no grau de lealdade entre o poder político e os demais poderes pode ser menor, inclusive com maior presença do Leal-Facilitador Político do que para cada um dos poderes⁵².

Quando observamos os indicadores específicos do Leal-Facilitador (Tabela 8), é possível identificar de que forma a mídia apoia os poderes e a nação. O indicador “defesa de políticas públicas” (2,7%) do Leal-Facilitador Político foi o mais presente, seguido por “defesa de atividades” (1,8%). No primeiro ano da Covid-19, as políticas públicas de enfrentamento à crise sanitária, econômica e social estiveram no centro das discussões. Diversas medidas foram aprovadas pelo executivo e legislativo, como o auxílio emergencial, a redução de salários e jornada de trabalho, a obrigatoriedade do uso de máscara em ambientes fechados, o distanciamento social, o fechamento do comércio, etc. É provável que parte da “defesa de políticas públicas” e “defesa de atividades” esteja relacionada a essas medidas e outras ações políticas relacionadas à crise de saúde.

Tabela 8 - Desempenho das subdivisões do papel Leal-Facilitador por Indicador

Subdivisões	Indicadores	Leal-Facilitador Político*	Leal-Facilitador Principal
Orientação apoio à elite política	Defesa atividades	1,8%	4%
	Imagem positiva da elite	0,8%	3,5%
	Defesa políticas públicas**	2,7%	2,7%
Orientação apoio à nação	Progresso e sucesso do país	---	0,8%
	Comparação com outros países	---	1,3%
	Triunfos nacionais	---	0,8%
	Promoção do país	---	0,3%
	Patriotismo	---	0,2%

Fonte: elaborada pela autora (2023).

Obs.: o percentual apresentado é sobre quantidade de histórias (itens noticiosos).

* Válido apenas para os indicadores em apoio à elite. “Apoio à nação” não tem divisão categórica.

** Esse indicador já é direcionado ao poder político, por isso a porcentagem não muda em relação aos poderes.

O indicador “imagem positiva da elite” (0,8%) teve o menor índice do Leal-Facilitador Político. Esse dado mostra que a lealdade ao poder político em 2020 se deu muito mais por meio de apoio às ações, políticas e atividades do Estado e governos, em um ambiente que nos leva a crer ter havido cooperação com as autoridades diante da crise sanitária, do que lealdade a personalidades políticas e outros representantes do Estado. A baixa deferência à imagem das

⁵² Não é possível desmembrar o “Leal-Facilitador Apoio à Elite” para cada grupo de poder para saber se a lealdade ao poder político foi maior do que aquela existente para os outros poderes (ver a Metodologia deste estudo).

autoridades pode encontrar duas explicações que se complementam: os contextos – pandemia e polarização política – e o padrão cultural do jornalismo brasileiro.

No primeiro caso, as divergências entre políticos diante das medidas sanitárias, econômicas, sociais e culturais de enfrentamento da Covid-19, o que por vezes foi politizado, pode ter influenciado uma postura ainda mais distante do jornalismo em relação às elites políticas, de não apoiar explicitamente qualquer liderança e ou governo. Ao mesmo tempo, o apoio declarado à imagem de políticos, do Estado e de governos é pouco representativo na cultura jornalística brasileira, que valoriza uma imprensa autônoma em relação ao Estado, menosprezando qualquer tendência ao paralelismo político, sobretudo nos veículos tradicionais de mídia nacional, como os da nossa amostra. Essa postura de apoio à imagem da elite política é mais suscetível de aparecer nos editoriais, que representam a opinião dos veículos.

A mesma lógica de “isenção” do jornalismo em relação ao apoio à imagem da elite política não foi verificada em relação aos outros poderes. O indicador “imagem positiva da elite” (3,5%) do Leal-Facilitador Principal registrou índice superior ao poder político (0,8%) e foi o segundo indicador de lealdade mais presente em 2020, considerando as duas orientações. Isso quer dizer que o jornalismo foi bem mais leal a empresários, a líderes religiosos, a representantes da sociedade civil organizada e a membros da elite cultural. A relação de lealdade com os outros poderes também foi constatada no conjunto de dados de todos os países: “O Leal-Facilitador aparece frequentemente em nossa amostra na cobertura cultural, esportiva e de entretenimento, na forma de imagem positiva das elites desses campos sociais” (Hubé *et al.*, 2022, p. 27, tradução nossa). Esse apoio explícito à imagem de representantes de outros poderes pode ser reflexo também da pandemia. O setor empresarial, assim como a sociedade civil organizada, igrejas e o setor cultural, mobilizaram-se em ações sociais durante a crise sanitária. É provável que o elogio a personalidades desses campos tenha relação com essas atividades.

Os dados gerais da orientação de “apoio à nação” mostram uma presença baixa de todos os indicadores dessa subdivisão. O de maior presença é “comparação com outros países” (1,3%), seguido por “triumfos nacionais” e “progresso e sucesso do país”, ambos com mesmo percentual (0,8%). Esse dado pode ser reflexo também da pandemia. A subdivisão “apoio à nação” é comum em editoriais, como esporte e cultura, com reportagens sobre o triunfo mundial de atletas e artistas, comparação de equipes esportivas nacionais com internacionais, promoção do turismo no país, etc. Esses setores foram prejudicados pela crise sanitária e isso se refletiu no conteúdo jornalístico. Ao mesmo tempo em que houve mais espaço para a Covid-19 no noticiário, a quantidade de itens noticiosos relacionadas à cobertura de eventos culturais,

esportivos e do turismo, de forma geral, foi baixa (ver frequência na Tabela 3). Ressalta-se que esses setores tiveram suas atividades suspensas durante parte de 2020, em razão do isolamento social.

4.3 OS GRAUS DE VIGILÂNCIA E LEALDADE SOBRE O PODER POLÍTICO POR TIPO DE MÍDIA

A análise em relação ao tipo de mídia permite observar se houve convergência em direção a um padrão de vigilância e de lealdade ao poder político em 2020 entre os diferentes meios de comunicação ou se as características específicas de cada mídia (jornal, televisão, rádio e portais online) determinaram como os jornalistas desempenharam os papéis Fiscalizador Político e Leal-Facilitador Político naquele ano. O resultado mostra similaridade na prática jornalística entre algumas mídias, tanto na fiscalização como no apoio ao poder políticos, no entanto, entre outras, especialmente na comparação com os portais online, houve divergências consideráveis no desempenho dos dois papéis profissionais, conforme aponta a Tabela 9.

Tabela 9 - Desempenho do Fiscalizador Político e do Leal-Facilitador Político

Tipos de mídia	Fiscalizador Político	Leal-Facilitador Político (apoio à elite política)
Jornal	M = .048 (.093)	M = .012 (.073)
Televisão	M = .033 (.084)	M = .013 (.091)
Rádio	M = .050 (.100)	M = .003 (.044)
Online	M = .024 (.070)	M = .043 (.156)

Fonte: elaborada pela autora (2023).

Obs.: score médio (desvio padrão).

Ao observar os papéis Fiscalizador Político e Leal-Facilitador Político em cada tipo de mídia, podemos perceber que em todas elas a maior vigilância resulta em menor lealdade e vice-versa. O rádio, o jornal e a televisão foram mais vigilantes do que leais ao poder político, sendo que a mídia com maior presença do Fiscalizador Político foi a de menor grau do Leal-Facilitador, e assim consecutivamente. O rádio está no topo do ranking de vigilância (M Fiscalizador Político = .050, DP = .100) e é a mídia que apresentou a menor lealdade (M Leal-Facilitador político = .003, DP = .044), seguido pelo Jornal (M Fiscalizador Político = .048, DP = .093 e M Leal-Facilitador político = .012, DP = .073) e pela Televisão (M Fiscalizador Político = .033, DP = .084 e M Leal-Facilitador político = .013, DP = .091). Os portais online

foram os únicos em que a lealdade (M Leal-Facilitador político = .043, DP = .156) foi maior do que a vigilância (M Fiscalizador Político = .024, DP = .070).

Dois fatores chamam atenção nos dados da mídia online: o primeiro é o fato de que a diferença das médias entre os dois papéis é significativa – o apoio foi quase duas vezes maior do que a fiscalização à elite política. O segundo diz respeito ao distanciamento em relação as outras mídias, para ambos papéis, sobretudo para o Leal-Facilitador Político. A média de lealdade do jornalismo nos veículos virtuais foi no mínimo o triplo das médias verificadas nas mídias offline⁵³, o que permite afirmar que as plataformas digitais são as responsáveis pela maior parte da lealdade do jornalismo ao poder político em 2020.

Esse resultado encontra alguma explicação nas características específicas dessa mídia. Os portais virtuais são veículos dinâmicos, que precisam atualizar constantemente as suas informações. Apesar das investigações e das reportagens exclusivas de veículos de comunicação, os portais online, na maioria das vezes, são aqueles que dão as notícias em “primeira mão”. Essa busca pelo imediatismo faz com que os profissionais não disponham de muito tempo para a apuração dos fatos, o que acaba fazendo com que divulguem as informações de governos ou órgãos públicos sem uma análise crítica aprofundada. Esse processo foi intensificado na pandemia, com constantes informações novas em relação a um vírus até então desconhecido, o que deixou os jornalistas ainda mais dependentes das informações especializadas das autoridades públicas. Isso provavelmente favoreceu uma postura maior de lealdade ao poder político e contribuiu para a baixa incidência vigilância.

O rádio e o jornal apresentaram médias muito parecidas de vigilância ao poder político, mas essas mídias se distanciam um pouco em relação ao grau de lealdade, que no rádio é muito mais baixo. A maior vigilância pode encontrar alguma explicação nas características específicas dessas mídias. Os programas jornalísticos de rádio da amostra têm um atributo semelhante: os apresentadores comentam os conteúdos, conversam com os repórteres e, por vezes, fazem críticas. São comentários soltos que se misturam ao noticiário e não parecem estar alinhados a um *script*, além disso, por ser ao vivo, não são editados. Talvez essa característica, que denota certa liberdade e autonomia aos profissionais, influencie a maior vigilância em relação as outras mídias. Por outro lado, os repórteres e apresentadores dos programas radiofônicos demonstram

⁵³ Embora os programas de rádio e televisão da amostra também fiquem disponíveis na internet, assim como os jornais possuem versões digitalizadas na rede, os conteúdos são exibidos originalmente em mídia offline (TV, rádio e jornal impresso). O termo online, nesta pesquisa, destina-se exclusivamente aos portais – G1 e R7.

pouquíssimo apoio ao poder político, contribuindo para a baixa incidência do Leal-Facilitador Político.

No que diz respeito aos jornais, o direcionamento do público e as relações econômicas, em certa medida, podem justificar o desempenho dos papéis profissionais. Os três veículos da nossa amostra cobram pelos exemplares, são jornais de elite e estão entre os de maior circulação e vendas de assinaturas do País⁵⁴. Isso faz com que eles sejam menos dependentes de verbas do Estado e precisem financeiramente mais da audiência e de outros setores para manutenção das suas estruturas, como o industrial e o comercial. Essa condição econômica pode contribuir para uma postura menos propagandista e mais vigilante em relação ao poder político, já que, ao depender menos do governo, esses veículos têm, em tese, mais autonomia para fiscalizar o Estado e seus membros. Ao mesmo tempo, a fiscalização aos poderes é vista como boas práticas profissionais que são apoiadas pela sociedade, que espera essa postura da mídia em relação ao poder político (Mellado *et al.*, 2021; Weaver; Willnat, 2012). A vigilância pode também estar alinhada aos interesses da classe empresarial e industrial, que representam uma parcela da subsistência desses veículos.

Em comparação as outras mídias, a televisão ficou em uma posição intermediária, tanto de vigilância, quanto de lealdade, embora o apoio ao poder político seja quase o mesmo que o verificado nos jornais. Ao contrário dos impressos, os programas jornalísticos da nossa amostra têm um direcionamento público popular, pois são programas gratuitos de TV aberta. Com um público mais plural, a abordagem segue um perfil informativo e explicativo, o que pode contribuir para uma postura menos pujante de fiscalização e de lealdade ao poder político. Além disso, diferentemente do rádio, que também é voltado a um público popular, esses programas jornalísticos de TV seguem um roteiro e dificilmente saem do *script*. Raramente há comentário de apresentadores e repórteres. As reportagens e notícias são todas editadas e as entradas ao vivo dos repórteres são planejadas para evitar contratempos, já que, por questões técnicas, o audiovisual tem maiores chances de dar problemas “no ar”. Essa característica própria da TV pode justificar a posição intermediária de vigilância.

⁵⁴ De acordo com o Instituto Verificador de Circulação, o Estadão, a Folha de S. Paulo e O Globo estão entre os quatro jornais de maior circulação em 2020. Juntos, eles somaram quase 209 mil exemplares. Esses jornais também são os que tiveram as maiores vendas de assinatura online no mesmo ano, com uma soma de mais de 694 mil assinaturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da prática jornalística não é simples, precisa ser feita com cautela e em detalhes. Os dados gerais do desempenho dos papéis por si só não revelam a complexidade que envolve a atuação profissional, sobretudo porque a prática jornalística, como vimos, não é uma atividade individual, mas coletiva (Hullmeller; Mellado, 2015;), que sofre inúmeras interferências internas e externas ao ambiente laboral e, por esse motivo, não corresponde aos anseios e valores individuais dos jornalistas (Mellado; Van Dalen, 2014). A prática, tanto da vigilância quanto da lealdade ao poder político, precisa encontrar um “terreno fértil” para se manifestar. E isso tem relação não apenas com as contingências pertinentes ao período e, consequentemente, com os fatos atrelados a essas circunstâncias, mas também com o ambiente de trabalho, com o processo de produção de conteúdo, com a autonomia profissional, com o tipo de mídia, com o veículo de mídia, com a cultura jornalística etc.

Sendo assim, esta pesquisa buscou aprofundar a investigação da vigilância e da lealdade do jornalismo ao poder político no País ao analisar esses papéis sob duas perspectivas principais: os contextos significativos que marcaram o período da pesquisa (pandemia e polarização política), já que as contingências influenciam a articulação de tais papéis (Mellado, 2021a); e a cultura jornalística brasileira, tendo em vista que esse é um preditor fundamental para a prática profissional (Mellado *et al.*, 2017). A pesquisa também analisou em detalhes o desempenho dos papéis profissionais ao “olhar por dentro” do Fiscalizador e Leal-Facilitador. O exame dos indicadores específicos de cada papel mostrou mais claramente a atuação dos dois modelos e parece explicar melhor a influência tanto dos contextos como da cultura nacional no exercício da prática jornalística naquele ano.

Este trabalho também propôs uma outra maneira de medir os papéis Fiscalizador e Leal-Facilitador ao isolar a categoria de poder para a qual a vigilância e a lealdade do jornalismo são direcionadas, no caso, a categoria “governo, Estados e partidos políticos”. Esse novo método foi sugerido pela autora desta pesquisa com o objetivo de alcançar uma análise mais precisa da relação do jornalismo com o poder político no que se refere ao apoio e à fiscalização, visto que o modelo do projeto JRP engloba também outros poderes. O argumento é de que a análise apenas da editoria política não seria suficiente para observar a manifestação dos papéis Fiscalizador e Leal-Facilitador ao poder político, tendo em vista que o tópico de notícia não determina a quem ou a qual instituição de poder são dirigidas à vigilância e à lealdade do jornalismo; assim como a pauta política não se restringe a uma editoria, mas é transversal a

outros temas, onde também podem ser observados o apoio e/ou a fiscalização a políticos, governos e Estado.

Essa proposição exigiu da pesquisadora conhecimento especializado em estatística aplicada, adquirido por meio de curso específico na área e intensa pesquisa em livros e em materiais virtuais. O novo modelo tomou uma posição central neste estudo, não apenas por se tratar de um formato ainda não explorado por outras pesquisas de desempenho de papéis profissionais, mas, principalmente, porque trouxe mais concisão à investigação da vigilância e da lealdade do jornalismo ao poder político. Essa maneira de analisar o desempenho dos papéis comprovou a centralidade desse poder no apoio e fiscalização da mídia brasileira em 2020.

A relação do jornalismo com o poder político sempre permeou a prática profissional no Brasil, seja devido à importância natural da política na sociedade, já que as discussões e decisões relacionados aos poderes constitucionais refletem diretamente na vida das pessoas, seja pelos vínculos históricos da mídia com o Estado ou com grupos políticos, por interesses político-partidários ou devido à dependência econômica. A relevância dos temas políticos remete ao jornalismo profissional, que se coloca a serviço da sociedade como interlocutor e vigilante em assuntos de interesse público, em um ambiente democrático, que superou a ditadura e as novas tentativas de regimes antidemocráticos. Já a estreita relação de dependência de veículos de comunicação ao poder político está mais vinculada ao jornalismo amador que reflete o início da imprensa brasileira, com o surgimento de jornais que “nascem” como plataformas de grupos político-partidários e ou de governos.

Apesar da profissionalização do jornalismo e a redemocratização do País terem permitido maior liberdade e independência dos veículos de comunicação no que se refere ao Estado (Albuquerque, 2005; Silva, 1991), esta pesquisa constatou que a relação entre jornalismo e política não é pautada necessariamente na proeminência de um jornalismo vigilante, tampouco na inexistência de um jornalismo leal a esse poder. Ressalta-se que ambos estiveram presentes na produção diária de notícias no País em 2020.

As características culturais do jornalismo brasileiro, “enraizadas” em valores como objetividade jornalística, imparcialidade e independência (importados do modelo estadunidense), parecem de fato responder melhor à atuação, não somente do Fiscalizador Político e Leal-Facilitador Político, mas também das versões principais desses papéis, que abarcam outras instâncias de poder. Embora os contextos também tenham sido relevantes e tenham auxiliado na compreensão das mudanças no desempenho de tais papéis em épocas diferentes. Mesmo diante de dois contextos adversos importantes, como a pandemia (crise sanitária) e a polarização política (crise sociopolítica), que hipoteticamente resultaria em uma

maior incidência de ambos papéis no noticiário brasileiro, os dados desta pesquisa apontam para o sentido oposto: baixo grau de vigilância e de lealdade do jornalismo ao poder político. De forma geral, os jornalistas em 2020 foram mais vigilantes do que leais e adotaram uma postura mais isenta, com distanciamento ao vigiar os poderes, evitando o embate direto com as autoridades políticas e utilizando formas intermediárias de intensidade de vigilância ao poder político e com predominância da voz de terceiros. Ao mesmo tempo, os profissionais evitaram a lealdade explícita a políticos e agentes públicos, com elogios e defesa de autoridades, e tiveram um apoio tímido em relação às atividades e políticas públicas.

Os contextos contribuíram com mudanças sutis em como os jornalistas colocaram em prática os papéis Fiscalizador Político e Leal-Facilitador Político. Quando observamos especificadamente os indicadores desses papéis, em comparação com outro período, podemos constatar algumas transformações, ainda que a comparação entre as duas fases do projeto não seja equivalente, pois, tratam-se de medidas e características amostrais diferentes. No que diz respeito ao papel Leal-Facilitador Político, houve maior apoio à elite política, sobretudo às atividades de autoridades e às políticas públicas. A adesão às ações do poder político pode ser reflexo da tentativa do jornalismo de mobilizar a população em relação às medidas do Estado e/ou de governos no enfrentamento da crise sanitária. Esse apoio representa uma mudança na forma de atuação da lealdade no País, já que na primeira fase do projeto JRP os jornalistas apoiaram mais a nação do que a elite (Márquez-Ramírez *et al.*, 2021).

Ao mesmo tempo, a vigilância ao poder político adotou uma forma um pouco mais intensa em 2020 do que no período anterior (2013-2014), com mais críticas de terceiros e de jornalistas. Mesmo assim, a forma isenta de vigilância predominou sobre a intervencionista, ou seja, o jornalista se manteve distante na fiscalização. Apesar desse distanciamento ao vigiar os poderes ser característico da cultura jornalística do País, ele também tem alguma relação com o contexto. A intensificação da polarização política, que resultou em inúmeros casos de violência por divergências político-partidárias, possivelmente impulsionou uma postura mais isenta de vigilância. De acordo com o *Relatório da Violência*, publicado pela Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), houve um crescimento das agressões contra jornalistas em 2020. Por questão de segurança, os profissionais podem ter evitado a manifestação mais intensa de vigilância, com denúncias a políticos e a governos, principalmente, de maneira intervencionista.

A polarização política, que dificultou o alinhamento nacional dos governos estaduais com o governo federal e entre o executivo e legislativo na condução da pandemia, também foi um elemento capaz de impedir um apoio mais incisivo do jornalismo às políticas públicas.

Assim como o viés ideológico de medidas de alguns governos e de atitudes de autoridades políticas podem ter representado uma barreira à maior colaboração da mídia a esse poder durante o período de análise. Como exemplos, temos a tentativa do governo federal de manipular os dados da Covid-19, com mudanças nos horários e métodos de divulgação dos números, “escondendo” as informações completas sobre a pandemia no País. Isso fez com que, de forma inédita, um grupo de veículos de imprensa se unisse e criasse um consórcio para atualizar os dados durante toda a crise sanitária. Também presenciamos os constantes ataques de autoridades políticas a veículos e a jornalistas, acusando-os de opositores e colocando em “xeque” a credibilidade do trabalho profissional.

O cenário pandêmico, que intensificou o trabalho do jornalista e gerou preocupação com a doença, afastando muitos profissionais do convívio com a família, assim como a falta de conhecimento especializado dos jornalistas diante de um vírus até então desconhecido, são aspectos que podem ter contribuído para uma menor incidência de ambos papéis, com os jornalistas atuando mais como interlocutores frente à crise sanitária e menos como vigilantes e ou leais.

A pesquisa também constatou que o desempenho dos papéis Fiscalizador Político e Leal-Facilitador Político foi diferente, a depender do tipo de mídia. Além dos contextos e da cultura jornalística do País, as características específicas de cada mídia moldaram a articulação de tais papéis no conteúdo jornalístico em 2020. O rádio foi que apresentou maior presença de vigilância e a menor de lealdade. O formato “mais solto” do noticiário radiofônico, com interferência e comentários dos apresentadores e repórteres ao vivo, provavelmente contribuiu para tal resultado. Essa particularidade pode ser entendida como um indicativo de maior autonomia jornalística, o que torna os ideais profissionais mais compatíveis com a prática. Isso pode explicar a baixíssima incidência do Leal-Facilitador político no rádio, já que idealmente os profissionais menosprezam o apoio aos poderes⁵⁵.

Diferentemente do rádio, os programas jornalísticos de televisão da nossa amostra não “fogem” muito do roteiro pré-estabelecido antes de cada exibição. Os repórteres e apresentadores, mesmo ao vivo, evitam comentários e opiniões e as notícias e reportagens são editadas. Esses aspectos podem explicar a menor incidência de vigilância em relação ao rádio. A adesão a um modelo de baixa vigilância é mais provável em um ambiente “controlado”, que mantém o *script*, do que um ambiente em que há maior liberdade para as interferências profissionais. Ao mesmo passo que esse carácter mais “engessado” da TV pode ter colaborado

⁵⁵ Identificado nos dados referentes às enquetes realizadas com jornalistas no JRP.

com a maior presença do Leal-Facilitador, já que com menor liberdade, os ideais correspondem menos à prática.

O jornal apresentou quase o mesmo grau de vigilância que o rádio. Os veículos impressos da amostra têm uma pauta política forte e especializada. Eles são voltados a um público de elite que costuma acompanhar o noticiário político. As notícias quase sempre possuem contraponto de especialistas e opositores. É provável que essas peculiaridades tenham favorecido o desempenho do Fiscalizador Político, principalmente diante do contexto de polarização e de pandemia, que foi marcado por discussões e divergências entre autoridades em relação à vacinação, às medidas econômicas, ao uso de medicamentos sem comprovação científica, entre outros. A postura de embate do ex-presidente Jair Bolsonaro com a mídia atingiu especialmente os jornais, que mantinham jornalistas setoristas diariamente para cobrir as informações do Palácio do Planalto, no chamado “cercadinho”. Esses profissionais foram insultados consistentemente pelo ex-presidente e por seus apoiadores em 2020, o que fez com que os veículos decidissem retirá-los de lá⁵⁶. Esses fatos também podem ter contribuído para uma postura mais crítica e de menor apoio em relação ao governo federal.

Os dados dos portais online surpreenderam. Essa mídia foi a única que apresentou maior grau de lealdade do que de vigilância, com uma distância considerável das outras. O que permitiu constatar que os veículos digitais foram centrais no desempenho do Leal-Facilitador Político no noticiário brasileiro em 2020. Esse resultado também pode estar atrelado às características específicas dessa plataforma. A mídia virtual é projetada para publicar fatos de “última hora”. As notícias são dinâmicas, mudam e são atualizadas constantemente, o que naturalmente representa uma barreira à apuração analítica dos fatos e favorece a publicação de informações sem interpretações aprofundadas. O cenário de pandemia intensificou esse processo. O fluxo alto de informação e o aumento da demanda de trabalho dificultaram ainda mais o exercício da crítica e favoreceram a divulgação de informações repassadas pelos órgãos oficiais e autoridades públicas, que podem ter uma conotação de apoio às medidas.

Como toda pesquisa das ciências humanas, a análise da prática jornalística é um exercício complexo e envolve questões subjetivas que não encontram respostas apenas na observação dos números. Para que haja algum significado, é preciso um “olhar” também subjetivo. Sendo assim, todas as interpretações em relação aos dados apresentados neste trabalho refletem a compreensão analítica da pesquisadora com base no seu conhecimento empírico e nas bibliografias consultadas. Essa “leitura” dos resultados não é absoluta. Há

⁵⁶ Essas informações estão em *Cercados*, documentário de 2020 exibido na plataforma *Globoplay*.

certamente outros entendimentos em relação a eles, assim como há outros elementos além dos contextos e da cultura jornalística capazes de proporcionar perspectivas diferentes à investigação da prática da vigilância e da lealdade do jornalismo ao poder político.

As interpretações também refletem a estrutura metodológica selecionada para a análise. Apesar desta pesquisa ter utilizado um instrumento consolidado, que foi desenvolvido com base em uma profunda pesquisa teórica e validado por pesquisadores renomados, ele não capta toda a complexidade que envolve a manifestação dos papéis profissionais, sobretudo porque o instrumento teórico foi desenvolvido para a análise de uma gama de culturas jornalísticas de diferentes países. Sendo assim, as medidas analíticas não atendem a todas as especificidades da cultura jornalística brasileira, o que interfere nos resultados. Um exemplo disso é o papel Leal-Facilitador, que possui alguns indicadores que não são comumente identificados no noticiário do País, o que certamente contribuiu para a baixa presença desse papel no Brasil. Como vimos, a cultura jornalística nacional tem como característica o distanciamento dos jornalistas na fiscalização dos poderes, com proeminência da voz de terceiros para os relatórios de vigilância. Assim como no papel Fiscalizador, é provável que os profissionais tenham a mesma postura no apoio a políticos ou a políticas públicas. Porém, não é possível analisar a lealdade do jornalismo sob essa ótica de isenção com o instrumento do JRP, que somente identifica esse papel quando há apoio explícito do profissional, com elogios e defesa a políticos, a atividades de autoridades e a políticas públicas.

Ainda que as medidas do instrumento do JRP não se adaptem perfeitamente à realidade brasileira, elas permitem uma análise ampla do desempenho dos papéis profissionais na mídia nacional. Ter essa estrutura metodológica à disposição possibilitou aprofundar as investigações dos dois papéis que são o foco desta pesquisa. A partir desse instrumento, pode-se propor, por exemplo, o recorte específico da vigilância e lealdade do jornalismo ao poder político. Esse modelo pode ser ampliado, colocado sob outros pontos de vista ou ainda em comparação com outras culturas jornalísticas em pesquisas futuras no âmbito do próprio JRP. Fazer parte de um projeto de pesquisa internacional também permitiu um intercâmbio de informações e o contato desta pesquisadora com autores renomados da área e com um estudo que utiliza critérios sofisticados e procedimentos estatísticos robustos para Análise de Conteúdo.

Apesar das críticas em relação aos modelos padronizados para medir os papéis profissionais em culturas jornalísticas tão diferentes, que foram concebidos sob ponto de vista de culturas ocidentais dominantes, os projetos transnacionais também ampliam as discussões em torno do trabalho jornalístico, ao colocarem as investigações em perspectiva global. As comparações entre os países não anulam as especificidades de cada cultura, mas ressaltam as

diferenças, como, por exemplo, a constatação de que há padrões híbridos e não homogêneos de semelhanças e diferenças da prática jornalística no mundo (Mellado *et al.*, 2017). Esse movimento de observar as culturas jornalísticas sob a ótica comparativa – encabeçado pelos projetos transnacionais – “abre caminhos” para intensificação de pesquisas acadêmicas sobre a área, para o intercâmbio de ideias e pode contribuir para discussões mais amplas sobre o papel social do jornalismo, diante de um cenário global de desvalorização e violência profissional. Nesse sentido, os estudos internacionais são vistos como um agregador de conhecimento que fortalecem não somente o meio científico em relação aos papéis profissionais, mas também o campo como um todo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. Another 'Fourth Branch': press and political culture in Brazil. **Journalism**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 486-504, nov. 2005. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1464884905056817>.
- BARRETA, P. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 8. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.
- BENNETT, W.; SERRIN, W. The watchdog role. In: OVERHOLSER, G.; JAMIESON, K. H. (ed.). **The press**. Nova York: Oxford University Press, 2005, p. 169-188.
- BERKOWITZ, D.; LIMOR, Y.; SINGER, J. A cross-cultural look at serving the public interest: American and Israeli journalists consider ethical scenarios. **Journalism**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 159-181, set. 2004. DOI: 10.1177/146488490452001.
- BONFADELLI, H. *et al.* Journalists in Switzerland: structures and attitudes. **Studies in Communications Sciences**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 7-26, jan. 2011.
- CALLEGARI-JACQUES, S. **Bioestatística: princípios e aplicações**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- CANEL, M.; PIQUE, A. Journalists in emerging democracies: The case of Spain. In: WEAVER, D. (ed.). **The global journalist: news people around the world**. Cresskill: Hampton Press, 1998, p. 299-319.
- CANEL, M.; SANCHEZ-ARANDA, J. La influencia de las actitudes profesionales del periodista español en las noticias. **Análisi**, Barcelona, v. 23, p. 151-170, 1999.
- CERCADOS. Direção: Caio Cavechini. Produção: Ali Kamel, Ricardo Villela e Erick Brêtas. Roteiro: Caio Cavechini e Eliane Scardovelli. [S. l.]: Globoplay, 2020. (120 min).
- COHEN, B. C. **The Press and foreign policy**. Nova York: Princeton University Press, 1963.
- COLTMAN, T. *et al.* Formative versus reflective measurement models: two applications of formative measurement. **Journal of Business Research**, [S. l.], v. 61, n. 12, p. 1250-1262, dez. 2008. DOI: 10.1016/j.jbusres.2008.01.013.
- DISTEFANO, C.; ZHU, M.; MINDRILA, D. Understanding and using factor scores: considerations for the applied researcher. **Practical Assessment, Research & Evaluation**, [S. l.], v. 14, p. 1-11, out. 2009. DOI: <https://doi.org/10.7275/da8t-4g52>.
- DONSBACH, W. Journalists' role perceptions. In: DONSBACH, W. **The international encyclopedia of communication**. Malden: Wiley-Blackwell, 2008, p. 2605-2610.
- DONSBACH, W; PATTERSON, T. Political News Journalists. Partisanship, Professionalism, and Political Roles in Five Countries. In: ESSER, F; PFETSCH, B. **Comparing political communication. Theories, cases, and challenges**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 251-270.

FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**: relatório 2020. Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas, 2020. 70 p.

FERNANDES, D. As denúncias na cobertura política de jornais impressos. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 17., 2015, Campo Grande. **Anais [...]**. [S. l.]: Intercom, 2015. p. 1-11.

FLEGEL, R.; CHAFFEE, S. Influences of editors, readers, and personal influences on reporters. **Journalism Quarterly**, [S. l.], v. 48, n. 4, p. 645-51, 1971.

FORSYTH, D. R. A taxonomy of ethical ideologies. **Journal of Personality and Social Psychology**, [S. l.], v. 39, n. 1, p. 175–184, 1980. DOI: <https://doi.org/10.1037/0022-3514.39.1.175>.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, [S. l.], v. 28, n. 3, p. 560-593, set. 2022. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912022283560>.

GMR. Global Media Registry. **Media Ownership Monitor**. Disponível em: <http://www.mom-gmr.org/en/countries/brazil/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GOFFMAN, E. **Representação do eu na vida cotidiana**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

HALLIN, D.; MANCINI, P. **Comparing media systems**: three models of media and politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HALLIN, D.; MELLADO, C. Serving Consumers, Citizens, or Elites: democratic roles of journalism in chilean newspapers and television news. **The International Journal Of Press/Politics**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 24-43, 25 out. 2017. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1940161217736888>.

HANITZSCH, T. Deconstructing Journalism Culture: toward a universal theory. **Communication Theory**, [S. l.], v. 17, n. 4, p. 367-385, nov. 2007. Oxford University Press (OUP). DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2885.2007.00303.x>.

HANITZSCH, T. *et al.* Worlds of journalism: journalistic cultures, professional autonomy, and perceived influences across 18 nations. *In*: WEAVER, D.; WILLNAT, L. (ed.). **The global journalist in the 21st century**. New York: Routledge, 2012, p. 473-494.

HANITZSCH, T. *et al.* Mapping journalism cultures across nations. **Journalism Studies**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 273-293, jun. 2011. Informa UK Limited. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/1461670x.2010.512502>.

HANITZSCH, T. *et al.* Modeling Perceived Influences on Journalism: evidence from a cross-national survey of journalists. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, [S. l.], v. 87, n. 1, p. 5-22, mar. 2010. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/107769901008700101>.

HANITZSCH, T.; HANUSCH, F.; RAMAPRASAD, J.; BEER, A. S. (ed.). **Worlds of journalism**: journalistic cultures around the globe. Nova York: Columbia University Press, 2019.

HANITZSCH, T.; MELLADO, C. What Shapes the News around the World? How Journalists in Eighteen Countries Perceive Influences on Their Work. **The International Journal Of Press/Politics**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 404-426, abr. 2011. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1940161211407334>.

HANITZSCH, T.; VOS, T. Journalistic Roles and the Struggle Over Institutional Identity: the discursive constitution of journalism. **Communication Theory**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 115-135, jan. 2017. Oxford University Press (OUP). DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/comt.12112>.

HANUSCH, F.; HANITZSCH, T. Comparing Journalistic Cultures Across Nations. **Journalism Studies**, [S. l.], v. 18, n. 5, p. 525-535, 6 abr. 2017. Informa UK Limited. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/1461670x.2017.1280229>.

HANUSCH, F.; HANITZSCH, T. Mediating orientation and self-expression in the world of consumption: australian and german lifestyle journalists professional views. **Media, Culture & Society**, [S. l.], v. 35, n. 8, p. 943-959, nov. 2013. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0163443713501931>.

HELLMUELLER, L. *et al.* The Contextualization of the Watchdog and Civic Journalistic Roles: reevaluating journalistic role performance in u.s. newspapers. **Palabra Clave - Revista de Comunicación**, [S. l.], v. 19, n. 4, p. 1072-1100, 25 nov. 2016. Universidad de la Sabana. DOI: <http://dx.doi.org/10.5294/pacla.2016.19.4.6>.

HELLMUELLER, L.; MELLADO, C. Watchdogs in Chile and the United States: Comparing *the* Networks of Sources and Journalistic Role Performances. **International Journal of Communication**, [S. l.], v. 10, p. 3261-80, 2016.

HERSCOVITZ, H. Análise de conteúdo em jornalismo. *In*: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia da pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 123-142

HERSCOVITZ, H. Brazilian journalists' perceptions of media roles, ethics and foreign influences on Brazilian journalism. **Journalism Studies**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 71-86, fev. 2004. Informa UK Limited. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/1461670032000174756>.

HERSCOVITZ, H. The Brazilian Journalist in the 21st Century. *In*: WEAVER, D.; WILLNAT, L. (ed.). **The global journalist in the 21st century**. New York: Routledge, 2012, p. 365-381.

HERSCOVITZ, H.; CARDOSO, A. The brazilian journalist. *In*: WEAVER, D. (ed.). **The global journalist**. Cresskill: Hampton Press, 1998, p. 417-432.

HUBÉ, N. *et al.* Journalistic role performance in times of Covid. *In*: ANNUAL ICA CONFERENCE, 72., 2022, Paris. **Anais [...]**. Paris: International Communication Association, 2022, p. 1-48.

IVC BRASIL. Instituto Verificador de Comunicação. **Circulação Jornais**. São Paulo: Instituto Verificador de Comunicação, 2019. Disponível em: <https://ivcbrasil.org.br>. Acesso em: 9 dez. 2023.

JANOWITZ, M. Professional Models in Journalism: the gatekeeper and the advocate. **Journalism Quarterly**, [S. l.], v. 52, n. 4, p. 618-626, dez. 1975. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/107769907505200402>.

JOHNSTONE, J.; SLAWSKI, E.; BOWMAN, W. **The newspeople**: a portrait of American journalists and their work. Urbana, IL: University of Illinois Press, 1976.

KANTAR IBOPE MÍDIA. **Painel Nacional de TV (PNT)**. 2020. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/conteudo/dados-rankings/audiencia-tv-15-mercados/>. Acesso em: 17 mar. 2020.

KLEMM, C.; DAS, E.; HARTMANN, T. Changed priorities ahead: journalists shifting role perceptions when covering public health crises. **Journalism**, [S. l.], v. 20, n. 9, p. 1223-1241, fev. 2019. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1464884917692820>.

LOMBARD, M.; SNYDER-DUCH, J.; BRACKEN, C. C. Content analysis in mass communication: assessment and reporting of intercoder reliability. **Human Communication Research**, [S. l.], v. 28, n. 4, p. 587-604, out. 2002. Oxford University Press (OUP). DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2958.2002.tb00826.x>.

MCMANE, A. The French Journalists. In: Weaver, D. (ed.), **The Global Journalist**. Creskill, NJ: Hampton Press, 1998, p. 191–212.

MÁRQUEZ-RAMÍREZ, M. *et al.* Power Relations: The performance of the Watchdog and Loyal-Facilitator Roles. In: MELLADO, C. (ed.). **Beyond journalistic norms: role performance and news in comparative perspective**. London: Routledge, 2021, p. 103-124.

MÁRQUEZ-RAMÍREZ, M. *et al.*, Detached or interventionist? Comparing the performance of watchdog journalism in transitional, advanced and non-democratic countries. **The International Journal of Press/Politics**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 53-75, set. 2019. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1940161219872155>.

MARTÍN SABARÍS, R.; AMURRIO VÉLEZ, M. ¿Para qué sirven los periodistas? Percepciones de los y las profesionales de radio y televisión de la CAPV. **ZER: Revista de Estudios de Comunicación = Komunikazio Ikasketen Aldizkaria**, Bilbao, Spain, v. 8, n. 14, abr. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1387/zer.5988>.

MELLADO, C. *et al.* Assessing Journalistic Role Performance Cross-Nationally: Comparative Design and Methodology. In: MELLADO, C. (ed.). **Beyond journalistic norms: role performance and news in comparative perspective**. London: Routledge, 2021, p. 46-64.

MELLADO, C. Journalistic role performance and the news. In: MELLADO, C. (ed.). **Beyond journalistic norms: role performance and news in comparative perspective**. London: Routledge, 2021a, p. 3-21.

MELLADO, C. Professional roles in news content. **Journalism Studies**, [S. l.], v. 16, n. 4, p. 596-614, jun. 2015. Informa UK Limited. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/1461670x.2014.922276>

MELLADO, C. Theorizing Journalistic Roles. In: MELLADO, C. (ed.). **Beyond journalistic norms: role performance and news in comparative perspective**. London: Routledge, 2021b, p. 22-45.

MELLADO, C. *et al.* Comparing journalism cultures in Latin America. **International Communication Gazette**, [S. l.], v. 74, n. 1, p. 60-77, jan. 2012. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1748048511426994>.

MELLADO, C. *et al.* Investigating the gap between newspaper journalists' role conceptions and role performance in Nine European, Asian, and Latin American countries. **The International Journal Of Press/Politics**, [S. l.], v. 25, n. 4, p. 552-575, abr. 2020. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1940161220910106>.

MELLADO, C. *et al.* Journalistic performance in Latin America: a comparative study of professional roles in news content. **Journalism**, [S. l.], v. 18, n. 9, p. 1087-1106, jul. 2016. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1464884916657509>.

MELLADO, C. *et al.* The hybridization of journalistic cultures: a comparative study of journalistic role performance. **Journal of Communication**, [S. l.], v. 67, n. 6, p. 944-967, nov. 2017. Oxford University Press (OUP). DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/jcom.12339>.

MELLADO, C.; HELLMUELLER, L.; DONSBACH, W. **Journalistic role performance: concepts, models and measures**. New York: Routledge, 2017.

MELLADO, C.; HELLMUELLER, L.; WEAVER, D. Revisiting journalists' role conceptions research. *In*: MELLADO, C.; HELLMUELLER, L.; DONSBACH, W. (ed.). **Journalistic role performance: concepts, contexts, and methods**. New York, Routledge, 2017, p. 38-56.

MELLADO, C.; MICK, J.; MÁRQUEZ-RAMÍREZ, M. Assessing journalistic role performance cross-nationally: comparative design and methodology. *In*: MELLADO, C. (ed.). **Beyond journalistic norms: role performance and news in comparative perspective**. London: Routledge, 2021, p. 46-64.

MELLADO, C.; MOTHESS, C. Measuring the link between professional role conceptions, perceived role enactment, and journalistic role performance across countries. *In*: MELLADO, C. (ed.). **Beyond journalistic norms: role performance and news in comparative perspective**. London: Routledge, 2021, p. 147-166.

MELLADO, C.; VAN DALEN, A. Between rhetoric and practice. **Journalism Studies**, [S. l.], v. 15, n. 6, p. 859-878, 25 set. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/1461670x.2013.838046>.

MELLADO, C.; VAN DALEN, A. Challenging the citizen–consumer journalistic dichotomy. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, [S. l.], v. 94, n. 1, p. 213-237, jul. 2016. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1077699016629373>.

MELLADO, C.; VAN DALEN, A. Changing times, changing journalism. **The International Journal Of Press/Politics**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 244-263, fev. 2017. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1940161217693395>.

MELLADO, C.; VOS, T. Conceptualizing Journalistic Role Performance across Platforms. *In*: MELLADO, C.; HELLMUELLER, L.; DONSBACH, W. (ed.). **Journalistic role performance: concepts, contexts, and methods**. New York: Routledge, 2017, p. 106-126.

MICK, J. Trabalho jornalístico e mundialização. **Sur Le Journalisme, About Journalism, Sobre Jornalismo**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 68-81, dez. 2017. Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo. DOI: <http://dx.doi.org/10.25200/slj.v6.n2.2017.318>.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **RBCS**, [S. l.], v. 25, n. 73, p. 174, 2010. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092010000200004>.

OI, S.; FUKUDA, M.; SAKO, S. The Japanese journalist in transition: continuity and change. *In*: WEAVER, D.; WILLNAT, L. (ed.). **The Global Journalist in the 21st Century**. New York: Routledge, 2012, p. 52-65.

PASTI, S. Two generations of contemporary Russian journalists. **European Journal Of Communication**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 89-115, mar. 2005. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0267323105049634>.

PASTI, S.; LOGUNOVA, O.; DAVYDOV, S. Journalistic role performance in the Russian press: a Post-Soviet Model. **Demokratizatsiya: The Journal of Post-Soviet Democratization**, Washington, DC, v. 30, n. 2, p. 211-237, 2022.

RADIOS.COM.BR. **Ranking de rádios mais ouvidas**. Disponível em: <https://www.radios.com.br/estatistica>. Acesso em: 10 abr. 2022.

RAEMY, P.; BECK, D.; HELLMUELLER, L. Swiss journalists' role performance. **Journalism Studies**, [S. l.], v. 20, n. 6, p. 765-782, jan. 2018. Informa UK Limited. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/1461670x.2018.1423631>.

RAMAPRASAD, J. A profile of journalists in post-independence Tanzania. **Gazette**, Leiden, Netherlands, v. 63, n. 6, p. 539-555, dez. 2001. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0016549201063006005>.

RAMAPRASAD, J.; HAMDY, N. Functions of Egyptian Journalists. **International Communication Gazette**, [S. l.], v. 68, n. 2, p. 167-185, abr. 2006. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1748048506062233>.

RAMAPRASAD, J.; KELLY, J. Reporting the news from the world's rooftop. **Gazette**, Leiden, Netherlands, v. 65, n. 3, p. 291-315, jun. 2003. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0016549203065003005>.

REGINATO, G. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019.

REUTERS INSTITUTE. **Digital News Report 2018**. Oxford: Reuters Institute, 2020. 143 p.

ROCHA, L. Jornalismo on-line no G1: Análise da editoria de economia. *In*: MOURA, D.; PEREIRA, F. H.; ADGHIRNI, Z. (org.). **Mudanças e Permanências do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015. p. 235-255.

ROSES, S.; HUMANES, M. Conflicts in the professional roles of journalists in Spain: ideals and practice. **Comunicar**, [S. l.], v. 27, n. 58, p. 65-74, jan. 2019. Grupo Comunicar. DOI: <http://dx.doi.org/10.3916/c58-2019-06>.

SAMPAIO, R.; LYCARIÃO, D. Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], v. 26, n. 66, p. 31-47, jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-98731826660>.

SARTOR, B. A noção de interesse público no jornalismo: dimensões conceituais, *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 16, 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: SBPjor, 2018. p. 1-15. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/201054>. Acesso em: 9 dez. 2023.

SCHMITZ, A. **Os graus de autonomia do jornalista brasileiro**: lacunas entre ideais, percepções e práticas profissionais efetivas nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Zero Hora. 2018. 222. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SHOEMAKER, P.; REESE, S. **Mediating the message**: theories of influence on mass media content. White Plains: Longman, 1996.

SILVA, C. **O adiantamento da hora**: a influência americana sobre o jornalismo americano. São Paulo: Summus, 1991.

SILVEIRA, M. Cortes na educação em 2019: medida necessária ou retrocesso? **Politize**, Florianópolis, 30 set. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/cortes-na-educacao-em-2019/>. Acesso em: 10 maio 2022.

SPONHOLZ, L. Objetividade em jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. **Revista Famecos**, [S. l.], v. 10, n. 21, p. 110, 2008. EDIPUCRS. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2003.21.3219>.

STĘPIŃSKA, A. *et al.* Journalistic role performance in Poland. **Środkowoeuropejskie Studia Polityczne**, [S. l.], n. 2, p. 37-51, maio 2019. Adam Mickiewicz University Poznan. DOI: <http://dx.doi.org/10.14746/spp.2016.2.3>.

TANDOC, C.; HELLMUELLER, L.; VOS, T. MIND THE GAP. **Journalism Practice**, [S. l.], v. 7, n. 5, p. 539-554, out. 2013. Informa UK Limited. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/17512786.2012.726503>.

TEJKALOVÁ, A. *et al.* In Media We Trust. **Journalism Studies**, [S. l.], v. 18, n. 5, p. 629-644, jan. 2017. Informa UK Limited. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/1461670x.2017.1279026>.

TURNER, R. Role theory. *In*: TURNER, J. (ed.). **Handbook of Sociological Theory**. Riverside: Springer Verlag, 2006, p. 233-254.

VAN DALEN, A.; VREESE, C.; ALBÆK, E. Different roles, different content? A four-country comparison of the role conceptions and reporting style of political journalists. **Journalism**, [S. l.], v. 13, n. 7, p. 903-922, dez. 2011. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1464884911431538>.

VIVEROS, D.; MELLADO, C. The Communication Law and its impact on the presence of journalistic professional roles in the news of the elite press in Ecuador. **Comunicación y Sociedad**, [S. l.], n. 32, p. 143-169, maio 2018. Universidad de Guadalajara. DOI: <http://dx.doi.org/10.32870/cys.v0i32.6587>.

VOAKES, P. Social influences on journalists' decision making in ethical situations. **Journal Of Mass Media Ethics**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 18-35, mar. 1997. Informa UK Limited. DOI: http://dx.doi.org/10.1207/s15327728jmme1201_2.

VOS, T. Historical Perspectives on Journalistic Roles. *In*: MELLADO, C.; HELLMUELLER, L.; DONSBACH, W. **Journalistic role performance: concepts, models and measures**. New York: Routledge, 2017, p. 63-85.

VOS, T. **Journalistic role conception: A bridge between the reporter and the press**. *In*: INTERNATIONAL COMMUNICATION ASSOCIATION (ICA) ANNUAL CONFERENCE, 29., 2005, New York. **Anais [...]**. New York: Journalism Studies Division, 2005.

WANG, H. *et al.* A content analysis of the news reporting models in Chinese Press. **Chinese Journal of Journalism and Communication**, v. 39, n. 6, p. 105-123, 2017.

WANG, H.; SPARKS, C.; YU, H. Popular journalism in China: a study of china youth daily. **Journalism**, [S. l.], v. 19, n. 9-10, p. 1203-1219, fev. 2017. SAGE Publications. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1464884917691987>.

WEAVER, D. *et al.* **The American journalist in the 21st century: US news people at the dawn of a new millennium**. New York: Lawrence Erlbaum Associates, 2007.

WEAVER, D. **The global journalist: News people around the world**. Cresskill, NJ: Hampton Press, 1998.

WEAVER, D.; WILHOIT, G. **The american journalist in the 1990s: U.S. news people at the end of an era**. New York: Lawrence Erlbaum Associates, 1996.

WEAVER, D.; WILHOIT, G. **The american journalist: a portrait of U.S. news people and their work**. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1986.

WEAVER, D.; WILLNAT, L. **The Global Journalist in the 21st Century**. Abingdon: Routledge, 2012.

WEISCHENBERG, S.; LÖFFELHOLZ, M.; SCHOLL, A. Journalismus in deutschland. Design und erste Befunde der Kommunikatorstudie. **Media Perspektiven**, [S. l.], v. 1, p. 21-33, 1993.

WIRTH, W.; KOLB, S. Securing equivalence: Problems and solutions. *In*: ESSER, F.; HANITZSCH, T. (ed.). **The handbook of comparative communication research**. New York: Routledge, 2012, p. 469-485.

ANEXO A - Livro de códigos para análise de conteúdo 2ª fase JRP

Projeto JRP: Segunda Onda

JOURNALISTIC ROLE PERFORMANCE PROJECT

Codebook para análise de notícias em mídia impressa, online, rádio e televisão

INTRODUÇÃO

Este codebook foi projetado para ajudá-lo na codificação do conteúdo de histórias noticiosas (ou seja, a unidade de análise é a história noticiosa). Especificamente, ele será usado para analisar quantitativamente a diversidade de papéis jornalísticos adotados por diferentes tipos de mídia - televisão, rádio, online e impresso - em todo o mundo, bem como outras variáveis específicas do interesse deste projeto.

Uma história noticiosa será entendida como um grupo contínuo de elementos verbais e visuais (se relevantes) que se referem ao mesmo tópico. A codificação das histórias noticiosas selecionadas para este projeto está dividida em quatro seções:

1. Informação geral da história noticiosa

Na primeira seção, informações básicas de cada história noticiosa devem ser identificadas. Instruções de codificação para a primeira seção de variáveis estão em "Informações gerais da história noticiosa".

2. Características da história noticiosa

A segunda seção analisa as características da história noticiosa. As instruções de codificação para esta seção são mapeadas em "Características da notícia".

3. Fontes

A terceira seção analisa as fontes presentes na história noticiosa. Instruções de codificação para esta seção são encontradas em "Fontes".

4. Journalistic Role Performance / Papéis jornalísticos

Esta seção do livro analisa a presença de diferentes papéis jornalísticos nas notícias. Instruções para essa codificação estão em "Journalistic Role Performance / Papéis Jornalísticos."

Em cada seção, cada variável é definida com base no quadro conceitual utilizado por este projeto. Você deve se referir a essas definições e somente a essas definições ao codificar cada história noticiosa. Você pode conhecer outras definições de algumas das variáveis medidas aqui, mas elas não se aplicam a este projeto.

Cada história noticiosa deve ser codificada com base nas instruções a seguir.

INSTRUÇÕES GERAIS

Sua tarefa aqui é ler, assistir e/ou ouvir cada história noticiosa, codificar cada variável em ordem numérica e inserir os dados no modelo SPSS correspondente fornecido. Os dados de cada caso (notícia) serão inseridos em uma linha separada no modelo.

Em cada uma das seções a seguir você encontrará a lista de variáveis e suas definições. Primeiramente, você precisa se familiarizar com cada variável e sua definição. Faça isso lendo a lista de variáveis diversas vezes. Se você não entender algo, peça ajuda ao coordenador da pesquisa no seu país.

Lembre-se que pode haver definições com as quais você não está familiarizado, por isso é importante que você preste muita atenção e não hesite em pedir ajuda se necessário.

Projeto JRP: Segunda Onda

Junto com as definições, você encontrará instruções específicas sobre como codificar cada variável e alguns exemplos. Se nenhuma instrução específica for mencionada em uma variável, siga estas instruções básicas:

1. Ler/assistir e/ou ouvir a história noticiosa completa.
2. Ler / assistir e / ou ouvir a história noticiosa uma segunda vez. Desta vez, preste atenção à ausência/presença ou intensidade dos vários atributos/características. Observação: essas características podem ser encontradas em palavras, frases, imagens, sons, etc. É por isso que você deve entender e internalizar o significado de cada variável, a fim de codificar corretamente a ausência / presença ou intensidade dos atributos / características que estão sendo medidos.
3. Ao determinar a ausência/presença ou intensidade das variáveis, digite a opção correta na linha correspondente. Lembre-se de começar uma nova linha para cada história noticiosa analisada.
4. Para cada caso (notícia), espera-se que você insira um código para todas as variáveis. As células não devem ficar vazias.

VARIÁVEIS E CÓDIGOS

Parte I. INFORMAÇÕES GERAIS DA HISTÓRIA NOTICIOSA

V01 IDENTIFICAÇÃO DO CODIFICADOR / CODER ID

Identificação atribuída à pessoa codificando o conteúdo da história noticiosa (em cada país, as identificações devem ser registradas de 1 a n).

V02 IDENTIFICAÇÃO DA NOTÍCIA

Número de identificação de notícia (a identificação da notícia deve ser registrada de 1 a n).

V03 PAÍS

País de origem. Todos os países receberão códigos de 1 a n.

V04 MÍDIA

Tipo de plataforma de mídia do item.

- 1= Impresso
- 2= Televisão
- 3= Rádio
- 4= Online

V05 VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

Refere-se ao nome do veículo de comunicação em que a história noticiosa foi produzida.

Todos os países receberão uma lista de todos os meios de comunicação, que vão de 1 a n.

- 1= (Pesquisadores locais definem nome do meio de comunicação)
- 2= (Pesquisadores locais definem nome do meio de comunicação)
- 3= (Pesquisadores locais definem nome do meio de comunicação)
- 4= (Pesquisadores locais definem nome do meio de comunicação)
- 5= (Pesquisadores locais definem nome do meio de comunicação)
- 6= (Pesquisadores locais definem nome do meio de comunicação)
- 7= (Pesquisadores locais definem nome do meio de comunicação)
- 8= (Pesquisadores locais definem nome do meio de comunicação)

V06 DATA

Refere-se à data da publicação da história noticiosa (1-14).

1= Qualquer que seja a data do 1º dia (de 14)

2= Qualquer que seja a data do 2º dia (de 14)

14= Qualquer que seja a data do 14º dia (último)

V07 TIPO DE NOTÍCIA

Tipo de história noticiosa.

1= Breve. Um relato curto fornecendo informações sobre eventos contingentes. No caso dos jornais impressos e online, geralmente tem até três parágrafos. No caso da televisão e rádio, estas são histórias noticiosas geralmente (mas nem sempre) lidas pelo âncora, geralmente como parte de um bloco de várias notas, limitado a 20 segundos.

2= Artigo. Este é o tipo mais freqüente de notícia que relata o que aconteceu (quem, como, quando e onde). Geralmente inclui fontes. No caso dos jornais impressos e online, geralmente tem mais de três parágrafos e pode incluir subtítulos e fotos. No caso da televisão e rádio, tendem a durar mais de 20 segundos.

3= Reportagem. Uma história noticiosa geralmente mais longa que um artigo comum. Este tipo de notícia inclui fatos, mas também análises mais profundas de eventos recentes que têm sido cobertos pelos veículos jornalísticos e que não aconteceram necessariamente no dia anterior ao que a história noticiosa foi publicada. A reportagem geralmente inclui várias fontes, bem como informações de contexto.

4 = Entrevista. Neste tipo de formato de história noticiosa, o jornalista faz perguntas para obter fatos ou declarações de entrevistados que respondem a essas perguntas. As entrevistas podem ter um formato claro de Perguntas e Respostas ou ser incorporadas como parte de um artigo ou reportagem.

V08 FORMATO DA NOTÍCIA *(apenas para televisão e rádio)***Para televisão**

1 = Notícia narrada pelo/a âncora. *O/a âncora lendo uma história noticiosa com ou sem imagens ao fundo; O/a âncora lendo uma notícia enquanto imagens são mostradas e a notícia inclui uma citação/partes de gravações de uma fonte falando; ou o/a âncora lendo uma notícia quando uma câmera salta para um clipe / citação que não inclui vídeo.*

2 = Standup. Um repórter narra uma notícia, às vezes a partir da cena de um evento, enquanto não há citações ou outro vídeo editado integrado a ele. A notícia pode ou não incluir um período de Perguntas e Respostas entre o/a âncora e o/a repórter.

3 = Pacote. Um pacote é uma notícia de um repórter, geralmente introduzido por um/a âncora, que combina a narração do repórter com off, citações ou outros vídeos. A notícia pode ou não incluir um standup pelo/a repórter, e pode ou não incluir um período de pergunta e resposta entre o/a âncora e o/a repórter.

99= Não se aplica.

Para rádio

1 = Notícia narrada pelo/a âncora (O/a âncora narra a história noticiosa).

2 = Leitor. (Um/a repórter narra a notícia, às vezes a partir da cena de um evento, mas sem um off ou citação. Um/a âncora geralmente introduz a notícia. A notícia pode ou não incluir

Projeto JRP: Segunda Onda

um período de perguntas e respostas entre o/a âncora e o/a repórter).

3 = Pacote. (Um/a repórter narra a notícia, às vezes a partir da cena de um evento, com um off ou citação. O/a âncora geralmente introduz a notícia. A notícia pode ou não incluir um período de perguntas e respostas o/a âncora e o/a repórter).

99= Não se aplica

V09 COLOCAÇÃO

Isto refere-se à colocação da história noticiosa.

1= A história noticiosa não é a notícia principal

2= A história noticiosa é a notícia principal

No impresso e online, esta é a notícia principal, no topo da primeira página com a maior fonte (se AO LONGO da página há mais de uma notícia com o mesmo tamanho de fonte do título, TODAS podem ser notícias principais, isto é, pode haver mais de uma notícia principal. Se os itens diferem no tamanho da fonte, o que tem a maior fonte é considerada a notícia principal.). Na televisão e no rádio, a principal é a primeira notícia do noticiário (muitos noticiários começam com um resumo das notícias principais, então a notícia principal é aquela que segue o resumo).

PARTE II. CARACTERÍSTICAS DA NOTÍCIA

V010 TÓPICO DA NOTÍCIA

Os três tópicos principais da notícia. Você deve ler /assistir/ouvir a história noticiosa do início ao fim, prestando especial atenção aos temas centrais da notícia. Os principais tópicos muitas vezes aparecem no título / legenda da notícia e tendem a ocupar mais espaço / tempo. No entanto, você deve basear sua codificação em toda a notícia, pois alguns elementos não aparecem no início. Você deve indicar **até** três tópicos principais de acordo com a lista de categorias abaixo. Quando houver apenas um tópico você deve codificar apenas para Tópico1. No entanto, se houver dois ou três tópicos, você também codificará o Tópico2 e o Tópico3, respectivamente. Na verdade, você deve ser encorajado a codificar 2 ou 3 tópicos em vez de tentar codificar apenas um. Se houver mais de um tópico, a ordem em que você os codifica não é importante; embora se um tópico pareça ser dominante, ele deve ser codificado como Tópico1.

Adicionar 99 (não se aplica) quando um espaço está vazio.

Tópico1=

Tópico2=

Tópico3=

1= Governo/Legislativas.

A notícia trata de poder formal e institucionalizado, incluindo legislação, declarações de chefes de Estado, ministros, deputados, funcionários públicos, funcionários do governo local, etc. Também estão incluídas relações internacionais, visitas de Estado, atividades e/ou declarações de parlamentares e poder judicial (atividades ou declarações institucionais ou de funcionários).

Exemplo:

"O Senado votou a favor da pena de morte."

2= Campanhas/Eleições/Política.

Notícias sobre eleições/campanhas para o governo em nível local, estadual e nacional, e notícias focadas principalmente nas ações dos partidos políticos em geral (independentemente de um contexto de campanha política).

Exemplos:

"Pesquisa de 2012: Como a votação dos EUA mudou."

"Sede liberal adverte contra a arrogância pois vitória esmagadora não é garantida."

3= Polícia e Crime.

Notícias sobre crimes violentos (incluindo terrorismo), crimes de colarinho branco, corrupção, dados estatísticos sobre crime, segurança pública e prisões.

Exemplos:

"A polícia prendeu cinco dos suspeitos em Roma."

"Homem morre após tiroteio envolvendo a polícia em Madrid."

4= Tribunal de Justiça.

Notícias sobre o funcionamento interno do sistema judiciário, como nomeação de juízes, julgamentos criminais ou civis específicos, bem como notícias sobre liminares e o funcionamento do sistema judicial/legal (em todos os níveis).

Exemplos:

"Supremo Tribunal federal julga casamento gay no Brasil".

"O procurador-geral pretende revogar a licença de enfermeira em clínica de aborto."

5= Defesa/Segurança Militar/Nacional.

Informações relacionadas a políticas e ações militares/das forças armadas, bem como defesa nacional/internacional, considerando ações de proteção, ameaças exteriores e guerras.

Exemplos:

"Impacto negativo mínimo: a visão de Hamid Karzai sobre o nosso papel no Afeganistão."

"A defesa pondera a adequação do programa de drones Triton dos EUA."

6= Economia e Negócios.

Todas as atividades não legislativas relacionadas a empresas, como finanças pessoais e de negócios. Microeconomia (preços de bens e serviços, salários, benefícios e rendas, entre outros) e macroeconomia (produção nacional total, produção setorial, emprego e desemprego, balança de pagamentos, inflação, etc.) estão incluídos neste tópico.

Exemplos:

"Impulso de regras de imposto sobre as corporações atinge nível global."

7= Educação.

Refere-se a TODOS os níveis escolares, educação primária, secundária e pós-secundária, seja pública ou privada. Refere-se a informações sobre gestão da educação e práticas educacionais, bem como processos e instrumentos de medição, resultados, currículo, etc. Também inclui atividades extracurriculares (debate, teatro, clubes de serviço, etc.) que estão explicitamente conectadas com as escolas.

Exemplos:

"Alunos do ensino médio assiste aos seus filmes na tela grande."

8= Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima

Projeto JRP: Segunda Onda

Refere-se a todos os temas ecológicos ou ambientais, como o cuidado e a conservação do meio ambiente e seus agentes (ou seja, plantas, minerais e animais), e os riscos e problemas que enfrentam (aquecimento global, poluição de todos os tipos, etc.).

Exemplos:

"Unidade baseada em Gujarat para trabalhar para a preservação do meio ambiente."

"Ursos pardos de Kosovo, Ari e Arina, são liberados em reserva depois de uma década em cativeiro."

9= Desenvolvimento de Energia e Recursos.

Considera questões relacionadas ao impacto das fontes de energia e os seus mecanismos de exploração e distribuição (fontes de energia renováveis, não renováveis, limpas e poluentes, como combustível, eletricidade, calor geotérmico, etc.).

Exemplo:

"Um novo estudo mostra que as baterias solares se tornaram 300% mais eficientes nos últimos cinco anos."

10= Transporte.

Informações relacionadas a mecanismos, gestão, operação e impacto de todos os meios de transporte (ar, mar, terra, público e privado).

Exemplos:

"Os trens MARC começarão a funcionar nos fins de semana."

11= Habitação, Infraestrutura e Obras Públicas.

Informações sobre política estatal, planejamento e construção de moradias e infraestrutura, incluindo estradas, rodovias, pontes, túneis, trens, aeroportos, reservatórios de irrigação, defesas fluviais, coletores de água da chuva, telecomunicações, terrenos de integração de bairros, etc.

Exemplo:

"Aeroportos na China tendem a um caminho de vôo inabalável."

12= Acidentes e Desastres Naturais.

Informações sobre acidentes provocados por homens (acidentes aéreos, marítimos, terrestres ou ferroviários, explosões, incêndios, etc.), bem como desastres naturais como terremotos, tsunamis, deslizamentos de terra, transbordamentos de rios e tempestades, entre outros.

Exemplos:

"Terremoto com magnitude 7,3 atinge o Japão na mesma região devastada por terremoto e tsunami em 2011."

"Carro perseguido pela polícia do Condado de Prince George atinge ônibus escolar em D.C."

13= Saúde.

Refere-se a notícias sobre o sistema de saúde, saúde pública e doenças/prevenção. Sistema de saúde refere-se a notícias focadas na integridade do sistema de saúde em geral, como seguro, formação médica, cuidados médicos em geral, etc. Também trata de notícias de pandemias, epidemias, etc., que se concentram no impacto das condições de saúde em grupos de pessoas.

Exemplos:

"Hospitais tratam mais de 200, incluindo dúzias de crianças, após tornado atingir Oklahoma."

14= Religião e Igrejas.

Informação relacionada ao desenvolvimento espiritual dos indivíduos e da população em geral, considerando as atividades de instituições que administram a fé (igrejas, por exemplo), bem como debates sobre crenças, valores, moralidade da sociedade.

Exemplo:

"Cardeais escolhem Bergoglio, que será o Papa Francisco."

15= Trabalho e Emprego.

Questões de emprego, incluindo sindicatos, negociações de gestão de trabalho, o mercado de trabalho, condições de trabalho, salários, segurança e proteção do trabalhador, desenvolvimento da força de trabalho, benefícios dos funcionários, normas trabalhistas, licença parental e cuidados infantis, trabalhadores migrantes e sazonais, etc.

Exemplo:

"A força de trabalho na China cresceu 3% ao ano em cada um dos últimos dez anos."

16= Manifestações e Protestos.

Situações, fatos e ações que retratam conflitos sociais entre dois ou mais atores na sociedade, por diferentes razões. Considera assuntos associados a manifestações, marchas, protestos, greves, ocupações e outras formas de manifestação de disputas sociais, independentes do assunto em questão.

Exemplo:

"O protesto estudantil do Chile continua enquanto 100.000 pessoas marcham."

17= Questões Sociais.

Questões de classe e desigualdade, direitos humanos, pobreza, desenvolvimento, migração, refugiados de imigração, tensões raciais e étnicas, questões de gênero e orientação sexual, entre outros, todas abordadas de uma perspectiva macro e não apenas um caso específico.

Exemplos:

"A pobreza está crescendo duas vezes mais rápido nos subúrbios do que nas cidades."

"A vida nos Emirados Unidos: 'Esperamos qualquer coisa das autoridades - temos medo de tudo'. Duas das 94 pessoas em julgamento nos Emirados Unidos conversam com a Anistia Internacional sobre a liberdade de expressão no país."

18= Mídia e Comunicação.

Notícias sobre canais de comunicação ou ferramentas usadas para armazenar e fornecer informações ou dados. Está associada a meios de comunicação ou empresas especializadas em comunicação, como mídia impressa, fotografia, publicidade, cinema, radiodifusão e/ou publicação. O foco está nas empresas de mídia e ferramentas/tecnologias. Inclui também a regulamentação e a censura.

Exemplo:

"A NBC-Universal está em negociações para sindicalizar a ¡Despierta América! da Univision em partes da América Latina."

19= Esportes.

Atividades claramente relacionadas ao esporte, incluindo cobertura de jogos e competições em qualquer nível e em todos os campos (futebol, tênis, vôlei, etc.), relatórios de resultados, recordes e prêmios, treinamento e adesão às regras. Também trata de notícias sobre celebridades relacionadas ao esporte, se o foco estiver na prática de uma atividade esportiva.

Exemplos:

"Arturo Vidal chegou à Espanha esta manhã para participar do aquecimento da equipe antes da Champions League."

"Foi assim que o presidente da associação nacional de futebol profissional justificou os milhões de dólares recebidos pela Dapisa, no contexto do escândalo que eclodiu dentro da FIFA por pagar subornos."

20= Ciência e Tecnologia.

Desenvolvimentos e/ou descobertas em todos os campos da ciência, bem como estudos e desenvolvimento tecnológico. Inclui atividades no mundo da ciência (shows, concursos, etc.), lançamentos de produtos, invenções, etc.

Exemplos:

"Virologistas descobrem o 'calcanhar de Aquiles' do Ebola."

"A versão mais recente do smartphone Samsung Galaxy com aceleração de hardware 9.1 chegou à Polônia."

21= Estilo de vida.

Vários aspectos de questões relacionadas ao estilo de vida, como lazer, eventos sociais, viagens, moda, beleza, bem-estar, casa e jardim, amor e sexo, dietas e culinária.

Exemplo:

"A nova tendência de vestidos de noiva de duas peças faz as mulheres evitarem o look princesa."

22= Cultura.

Eventos e atividades relacionadas às artes (literatura, cinema, teatro, dança, música clássica e popular, etc.); instituições culturais responsáveis por políticas (por exemplo, museus); e críticas/opiniões individuais/em grupo (acadêmicos e não-acadêmicos) das artes e eventos artísticos.

Exemplos:

"A primeira edição deste encontro culinário no país vem dos dez melhores restaurantes de Paris."

"Um concerto em homenagem a Mozart será realizado em San Diego."

23= Entretenimento e Celebidades.

Projeto JRP: Segunda Onda

Notícias relacionadas a atividades envolvendo celebridades do mundo do entretenimento e /ou show business e esportes, bem como a cobertura de eventos em massa/ populares, como shows, festivais, atividades de celebridades da televisão, casais famosos, fofocas, etc.

Exemplo:

"*Show de Lady Gaga enche a Arena de Londres.*"

24= Outros.

Notícias que não se encaixam claramente em nenhuma das categorias anteriores.

V011 QUADRO GEOGRÁFICO

Esta variável diz respeito ao local onde a história noticiosa ocorre.

1 = Doméstico (o evento ocorre no país sem participação estrangeira)

2 = Doméstico / Participação estrangeira (o evento ocorre no país, mas há pelo menos uma referência específica a outro país, por meio de atores ou fontes)

3 = Estrangeiro / Participação Doméstica (o evento ocorre em outro país, mas há referência específica ao país onde a notícia foi publicada, por meio de atores ou fontes)

4 = Estrangeiros (o evento ocorre em outro país sem referência ao país onde a notícia foi publicada)

99= Não está claro / Não sei dizer

PARTE III. FONTES

Para que alguém seja codificado como fonte, é necessário que haja frases, fatos ou citações atribuídas a essa pessoa.

V012 TIPO DE FONTE

Trata-se do papel da fonte dentro da história noticiosa. Você deve codificar a ausência ou presença de cada tipo de fonte. Note que um indivíduo ou organização pode ter mais de uma função; no entanto, essa função deve ser codificada no contexto da história noticiosa específica.

V012a Fonte do Estado ou Partido Político

Refere-se a pessoas que trabalham administrando o governo nacional, estadual ou municipal, bem como organizações políticas transnacionais. Esta categoria contém uma ampla gama de divisões governamentais e funcionários, incluindo burocratas, administradores, representantes, executivos, etc., que participam de atividades governamentais. Refere-se também a associações políticas ou membros dessas associações.

0=Não

1=Sim

V012b Fonte de empresas e mundo dos negócios

Refere-se a atores do setor comercial e a grupos comerciais. Inclui representantes de associações do setor corporativo, empresas (públicas ou privadas) e empresários específicos, ou seus funcionários, que são consultados por sua relevância e peso específico, ou como testemunhas.

0=Não

1=Sim

V012c Polícia e Fontes de Segurança

Projeto JRP: Segunda Onda

Refere-se a fontes que trabalham em agências de aplicação da lei e segurança interna. As fontes incluem, mas não estão limitadas a, policiais, investigadores, delegados, guardas municipais, funcionários de agências de imigração e alfândega, assim como agências internacionais de aplicação da lei, como a Interpol.

0=Não

1=Sim

V012d Fontes legais e de tribunais

Esta categoria inclui diferentes tipos de pessoas do judiciário, como juizes e magistrados, assim como profissionais públicos de advocacia, promotores, advogados estaduais, agentes de assistência jurídica e outros funcionários judiciais. Esta categoria também inclui profissionais jurídicos privados, como advogados. Uma referência a um advogado não deve ser automaticamente codificada nesta categoria. A fonte deve falar na sua qualidade de representante de uma pessoa ou instituição específica.

0=Não

1=Sim

V012e Fonte Militar ou de Defesa

Esta categoria refere-se aos serviços militares e de defesa, como o exército, fuzileiros navais, marinha, forças aéreas, guardas nacionais e costeiras, serviços de inteligência, bem como aos porta-vozes desses serviços.

0=Não

1=Sim

V012f Fonte de Saúde

Refere-se a diferentes tipos de organizações de saúde e seu pessoal, incluindo, mas não limitado a, profissionais de saúde públicos ou privados de diferentes especializações.

0=Não

1=Sim

V012g Fonte Educacional

Esta categoria refere-se a organizações educacionais em diferentes níveis e seu pessoal, incluindo, mas não limitado a, professores da rede pública ou privada, professores universitários, coordenadores, cientistas e pesquisadores de diferentes áreas.

V012h Fonte da Sociedade Civil

Refere-se a membros de uma sociedade civil organizada, como uma ONG, sindicato ou organização social similar, outras que não sejam do estado e do mundo dos negócios. A fonte deve falar na sua qualidade de representante da instituição ou grupo.

Por favor, note que este tipo de fonte pode ser percebida e interpretada de forma diferente em várias culturas. Você deve usá-la como seria considerado em sua cultura.

0=Não

1=Sim

V012i Religião/Igreja

Refere-se aos membros e/ou líderes de instituições que administram a fé (a Igreja Católica, por exemplo), bem como organizações e porta-vozes envolvidos no debate sobre as crenças, valores e moralidade da sociedade (por exemplo, os maçons).

0=Não

1=Sim

V012j Fonte cidadã

Inclui as pessoas como fontes individuais de informação e não em representação de ninguém, como nas categorias anteriores. Esta categoria contém cidadãos comuns. Estas fontes são definidas como aqueles que estão falando por si próprios. Essa categoria também pode incluir blogueiros cidadãos e YouTubers.

0=Não

1=Sim

V012k Fonte de Mídia

Refere-se a canais de comunicação ou a membros que falam em representação deles e jornalistas profissionais, desconsiderando o autor da notícia.

Se um político, um atleta, um cidadão, uma celebridade e afins usam as mídias sociais para se comunicar com seu público e as notícias citam um post deles, isso **NÃO** deve ser considerado como uma fonte de mídia.

Por outro lado, se uma história noticiosa cita o post de outra mídia ou outro jornalista profissional, isso deve ser considerado como um **SIM**.

0=Não

1=Sim

V012l Fonte esportiva

Esta categoria refere-se a fontes relacionadas ao esporte, incluindo atletas individuais, treinadores, representantes de equipes esportivas e outras organizações desportivas, bem como porta-vozes dessas entidades. Esta categoria não inclui fãs ou torcedores da equipe, que devem ser codificados como uma fonte cidadã (ver instruções acima).

0=Não

1=Sim

V012m Fonte Artista ou Celebridade

Refere-se a fontes da ampla área do entretenimento. Inclui uma grande variedade de organizações e atores que trabalham nas áreas de música, teatro, cinema, fotografia, literatura, pintura, museus, moda, design e programas de televisão. Esta categoria também inclui celebridades, blogueiros profissionais, *influencers* e YouTubers.

0=Não

1=Sim

V012n Fonte Anônima

Refere-se a fontes não identificadas; fontes cuja identidade (nome) ou posição dentro da respectiva organização não é mencionada e fontes que são explicitamente referidas como anônimas.

0=Não

1=Sim

V012o Outras Fontes

Inclui fontes que não podem ser atribuídas a nenhuma das categorias listadas acima.

0=Não

1=Sim

V013 NÚMERO DE FONTES

Refere-se ao número total de fontes citadas na história. Se uma organização ou pessoa é citada, conte-a como uma. Se a mesma fonte for citada duas vezes, ela é considerada como uma fonte. Você deve codificar o número total de fontes.

V014 Diversidade de fontes

Até que ponto a notícia apresenta diversas fontes em relação a um tópico da história (por exemplo, dois tipos diferentes de fontes seriam um político e um educador que discutem o financiamento da instrução)?

0 = Ausência de fontes (*A notícia não inclui fontes*)

1 = Cobertura unilateral (*Todas as fontes da história são do mesmo tipo*)

2 = Vários tipos de fonte (*As fontes da história são de diferentes tipos*)

V015 DIVERSIDADE DE PONTOS DE VISTA

A notícia apresenta uma diversidade de pontos de vista das fontes sobre uma questão específica?

0 = Ausência de pontos de vista das fontes (*A história não inclui fontes*)

1 = Cobertura unilateral (*O artigo inclui apenas um ponto de vista de fonte*)

2 = Múltiplas fontes e pontos de vista (*As fontes da história apresentam diferentes pontos de vista*)

V016 USO DE FONTE ESPECIALISTA

A notícia inclui uma fonte que é especialista em algo? Isto refere-se a fontes informativas que são consultadas como especialistas em sua área específica. Dependendo do tema da notícia, então, fontes especializadas serão diferentes.

0=Não

1=Sim

V017 FONTE TESTEMUNHA

A notícia inclui testemunhas? As declarações das testemunhas oculares são geralmente identificadas através de citações diretas ou indiretas. A notícia menciona uma testemunha – que não o jornalista - para descrever ou explicar melhor um evento. É importante que a testemunha esteja presente quando o evento aconteceu.

0=Não

1= Sim

PARTE IV. JOURNALISTIC ROLE PERFORMANCE / PAPEIS JORNALÍSTICOS

Essa seção fornece instruções para codificar indicadores associados à performance dos diferentes papéis jornalísticos. Seis papéis jornalísticos são mensurados neste projeto: o watchdog (cão de caça), loyal-facilitator (leal-facilitador), service (de serviço), civic (papel cívico), infotainment (infotainment) e interventionist (intervencionista).

A seguir, a performance de cada um desses papéis jornalísticos será descrita em detalhes para que você entenda o que estamos buscando. Em cada caso, a presença ou ausência de diferentes indicadores sobre estilos de reportagem e esquemas narrativos na notícia será mensurada.

Como codificador, você precisa entender que os diferentes papéis não são mutuamente exclusivos. Uma notícia pode apresentar atributos/características de múltiplos papéis ao mesmo tempo; ou seja, papéis profissionais podem se sobrepor na prática.

Para analisar a presença ou ausência dos diferentes indicadores que englobam os seis papéis jornalísticos, os codificadores precisam prestar atenção aos seguintes aspectos ao fazer a análise, dependendo do tipo de meio de mídia que estão analisando.

IMPRESSO (texto e/ou imagem)

- Texto: veja legendas, frases, parágrafos, etc.
- Imagens estáticas: fotos, desenhos, gráficos ou infográficos.

RÁDIO (texto e som)

- Em relação aos elementos verbais, consulte as mesmas categorias utilizadas para texto impresso.

- Som:

- a. Música: usado para criar elementos estilísticos para um texto ou imagem.
- b. Entonação de voz e tom: usado para sinalizar emoções, humores ou estado de espírito, incluindo avaliação.
- c. Sons naturais e efeitos sonoros: usados para transmitir informações, definir humor e / ou qualquer atmosfera particular. No caso de efeitos sonoros, quando usados para criar elementos estilísticos para textos ou imagens.

TELEVISÃO (texto – escrito ou falado – imagem estática, vídeo e som)

- Em relação ao texto (incluindo gerador de caracteres e texto verbal), use as mesmas categorias utilizadas no texto impresso.
- Em relação às imagens estáticas, use as mesmas categorias para o impresso.
- Em relação ao som, use as mesmas categorias utilizadas no rádio.
- Expressões não verbais: expressões corporais, faciais e gestos usados para sinalizar emoções, humores ou estado de espírito, incluindo avaliação.
- Manobras de vídeo:
 - a. Movimentos de câmera (pan, tilt, zoom, câmera lenta, close-ups, POV, câmera escondida, etc, usados de maneiras especificadas nas instruções subsequentes).
 - b. Iluminação (escuridão, sombra, etc., costumava sinalizar emoções e criar elementos estilísticos para textos ou imagens, como humor, caracteres, etc).
 - c. Edição (corte rápido, contradição entre imagens, música e texto, repetição de imagens, imagens contraditórias, efeitos de transição e edição, como dissolver, congelar, slide, wipe, flash, entre outros, usados das formas especificadas nas instruções subsequentes).

Para rádio e televisão, o desempenho do repórter ou âncora não será codificado separadamente.**ONLINE (texto - escrito ou falado - imagem e/ou som)**

- Em relação ao texto e imagens estáticas, consulte as mesmas categorias utilizadas no impresso.
- Em relação às expressões não verbais e manobras de vídeo, consulte as mesmas categorias utilizadas na televisão.
- Em relação ao áudio, consulte as mesmas categorias usadas no rádio.
- Os links serão considerados para alguns indicadores, consulte as instruções para cada indicador.

V018 INTERVENTIONIST ROLE (intervencionista)

O papel intervencionista refere-se a uma espécie de jornalismo no qual o jornalista tem voz explícita na história e, por vezes, atua como defensor de indivíduos ou grupos. Nesse sentido, um maior nível de participação do jornalista implica níveis mais elevados de intervencionismo e vice-versa.

V018a Ponto de vista do jornalista

Usando texto, imagens e/ou som, o jornalista/autor fornece *explicitamente* seu ponto de vista ou julgamento como uma expressão de aprovação ou desaprovação, indicando de que lado está ou qual é sua posição?

O ponto de vista do jornalista NÃO se limita a conflitos políticos; ele pode incluir tomar posição em outros tipos de tópicos ou tomar um partido específico relacionado a qualquer evento. Os jornalistas também podem se posicionar como defensores de um grupo com interesses definidos. No caso do texto, os jornalistas declaram explicitamente o seu ponto de vista. No caso das imagens, os jornalistas usam gestos para indicar sua opinião. No caso do som, os jornalistas incluem efeitos sonoros para indicar sua opinião.

Exemplo textual:

"A prisão da Baía de Guantánamo é uma desgraça profundamente anti-americana. Ela precisa ser fechada rapidamente."

Exemplo de imagem:

O jornalista usa um gesto de um polegar positivo ou aplausos na sequência da opinião declarada de uma fonte.

Exemplo de som:

O jornalista usa um som de toque (como para uma resposta certa em um gameshow) seguindo a opinião declarada de uma fonte.

O uso da música ou da entonação vocal pelo jornalista não é suficientemente explícito para indicar o ponto de vista do jornalista.

0 = Não

1 = Sim

V018b Interpretação

Dentro da notícia, o jornalista/autor explica as causas, significados e/ou possíveis consequências de certos fatos/ações? Usar um estilo interpretativo de reportar pode ser compreendido como algo oposto a um estilo descritivo, baseado na descrição dos fatos. No entanto, interpretação não é o mesmo que um ponto de vista ou opinião, uma vez que trata da explicação de um fato, sem necessariamente fazer juízo de valor.

A interpretação é, por natureza, uma atividade discursiva e, portanto, só pode se manifestar no texto - escrito ou falado. Imagens e sons podem ilustrar a interpretação textual do jornalista, mas não podem ser interpretações sem o texto.

0 = Não

1 = Sim

Exemplo:

"O anúncio poderia ter dois efeitos: primeiro, o governo poderia livrar-se de uma negociação historicamente complexa, concentrando-a no parlamento. No entanto, poderia também destruir a estratégia do partido para fechar a transição, que pretendia negociar um pacote completo diretamente com a Presidência, incluindo reformas e temas de direitos humanos."

V018c Chamada para a ação

O jornalista/autor da notícia propõe ou exige mudanças a respeito de como uma ação - em qualquer situação - está sendo realizada por um grupo ou indivíduo? Basicamente, o jornalista está propondo uma maneira de reagir a uma situação ou pedindo uma resolução de

um conflito? O jornalista está chamando o público para a ação, propondo que se comportem de uma certa maneira?

Fazer uma proposta ou demanda é, por natureza, uma atividade discursiva e, portanto, só pode se manifestar no texto.

0=Não

1= Sim

Exemplo:

“Os habitantes da cidade esperam que alguém assuma a responsabilidade por ter construído suas casas em um aterro sanitário. É hora de alguém responder.”

V018d Adjetivos de qualificação

O jornalista/autor utiliza adjetivos? (Adjetivos usados por fontes não contam aqui).

Um adjetivo qualificativo é uma palavra – em alguns casos, um gesto ou imagem – que atribui a um substantivo um atributo (exemplo, uma mulher inteligente ou um homem louco). Adjetivos são geralmente textuais, mas imagens, gestos, emoticons podem ser relevantes aqui.

0=Não

1= Sim

Exemplos textuais:

“Uma discussão acalorada aconteceu ontem na reunião dos Representantes Democratas Cristãos.”

“... dezenas de pessoas, na maioria das vezes as mulheres de aspecto humilde ...”

Exemplos de imagem:

O jornalista gira os dedos ao redor da cabeça para indicar que a pessoa da qual se fala é louca.

A autora coloca um emoticon de uma lâmpada diante do nome de uma mulher para descrevê-la como inteligente ou criativa.



V018e Primeira Pessoa

O jornalista usa a primeira pessoa (eu, nós, meu, nosso), um ponto de vista (POV) da câmera para indicar que é um personagem em ação na história ou está ativamente *em cena* (para o caso da televisão)? O uso da primeira pessoa pode incluir ser testemunha de uma história, apropriar-se de uma ação ou dar uma opinião.

0=Não

1 = Sim

Exemplotextual:

“Muitos de nós temos, compreensivelmente, medo da forma como nossa comida é produzida, mas o exagero não torna o nosso caso mais forte.”

Exemplo da imagem:

A imagem é um POV do jornalista usando câmera escondida. Vemos o POV do jornalista entrando em um apartamento com a polícia em uma operação antidrogas.

V019 WATCHDOG ROLE (cão de guarda)

O papel watchdog (cão de guarda) procura proteger o interesse público e responsabilizar as diversas elites no poder, servindo como um "quarto estado". O jornalismo próximo desse papel envolve ser um guardião da consciência, tornando públicos fatos escondidos por quem está no poder.

O que define o papel watchdog não é a postura política/ideológica do jornalista, mas principalmente a função de questionar, criticar ou denunciar instituições e indivíduos que fazem parte de diferentes elites com o objetivo de maximizar a transparência e eficácia dos governos e outras instituições.

- As elites políticas incluem aqueles que têm poder formal e institucional através de diferentes poderes do Estado, do governo e daqueles que controlam os partidos políticos e coalizões. Incluem também organizações transnacionais cujas decisões e ações influenciam vários países, como a ONU, Mercosul e União Europeia.
- As elites econômicas referem-se a indivíduos que controlam as principais atividades econômicas, incluindo representantes de associações de negócios, grandes empresas e corporações, nacionais e transnacionais, cujas decisões e ações afetam vários países, como membros do FMI.
- As elites da sociedade civil organizada incluem ONGs, sindicatos e outras organizações não associadas ao Estado ou ao mundo dos negócios.
- Igreja/Religião inclui organizações que administram diferentes religiões e crenças, bem como instituições que debatem os valores e a moralidade da sociedade (por exemplo, maçons).
- A elite cultural inclui celebridades em várias indústrias: televisão, cinema, música, teatro, fotografia, literatura, pintura, museus, moda, design e esportes.

Uma vez que tanto as mídias tradicionais como as redes sociais começaram a usar estratégias ligadas ao papel watchdog (cão de guarda) para monitorar as pessoas comuns, elas também serão codificadas para as seguintes variáveis, a fim de controlar a performance do jornalismo pseudo-watchdog.

Pessoas comuns são aquelas que estão falando por si próprias e não como representantes de alguém ou algum grupo, como nas categorias acima.

V019a Informações sobre processos judiciais ou administrativos

A história inclui informações sobre processos judiciais/administrativos contra elites políticas, econômicas e/ou culturais, ou pessoas comuns?

0=Não

1 = Sim, Governo/Estado/partidos políticos

2 = Sim, Elite empresarial/econômica

3 = Sim, sociedade civil

4= Sim, Igreja/Religião

5= Sim, elite cultural

6= Sim, pessoas comuns

7= Sim, mais de um desses grupos

Exemplos:

"O Supremo Tribunal Federal confirmou a sentença por fraude fiscal e fraude contra três funcionários públicos do Ministério da Saúde. A decisão afeta..."

"Casal vai ao tribunal hoje por assassinato de uma criança de 5 anos de idade."

V019b Duvidando: Avaliação do Jornalista

Projeto JRP: Segunda Onda

Por meio de declarações ou expressões incluindo perguntas ou comentários, imagens ou gestos contraditórios (sarcasmo, ironia, piadas, repetição, confrontar a pessoa com citações de outras que as colocam em conflito, entre outras), o jornalista expressa dúvidas sobre a validade ou veracidade do que indivíduos, grupos no poder ou pessoas comuns dizem ou fazem? Entonação de voz como volume, silêncio e inflexão podem complementar a avaliação do jornalista. É sempre sobre para quem a dúvida é direcionada.

0. Não.

1 = Sim, Governo/Estado/partidos políticos

2 = Sim, Elite empresarial/econômica

3 = Sim, sociedade civil

4 = Sim, Igreja/Religião

5 = Sim, elite cultural

6 = Sim, pessoas comuns

7 = Sim, mais de um desses grupos

Exemplos textuais:

"O Ministro da Educação insistiu que ele não lucrou com seu envolvimento na Universidade de Phoenix ... De acordo com suas declarações, antes de tomar posse, em 11 de março de 2010, ele alienou suas participações nas três parcerias comerciais que o ligavam à universidade privada. No entanto, é suspeito, para dizer o mínimo, que, até hoje, ele não tenha prestado conta de seu envolvimento nas sociedades acima mencionadas."

Exemplos de imagem:

Enquanto a fonte está afirmando uma idéia ou posição, o jornalista inclui imagens que parecem contradizer o que está sendo dito.

A jornalista balança a cabeça em negação durante, ou depois, de uma fonte poderosa afirmar uma idéia ou posição.

O jornalista denuncia exemplos - através de imagens e texto (voz) - de mau serviço ou erros cometidos por indivíduos comuns que são prejudiciais ou estão danificando a vida das pessoas em relação a um assunto.

O jornalista inclui um emoticon que denota dúvidas como:



Exemplo de som:

O jornalista entoa incredulidade depois que uma fonte poderosa afirma uma idéia ou posição.

V019c Duvidando: Outro

Por meio de declarações ou expressões - entonação de perguntas, comentários ou gestos - a notícia inclui dúvidas por parte de alguém que não seja o jornalista sobre a validade ou veracidade do que indivíduos, grupos no poder ou pessoas comuns dizem ou fazem? É sempre sobre para quem a dúvida é dirigida. Entonação de voz como volume e inflexão podem complementar a interpretação da fonte.

0. Não.

- 1 = Sim, Governo/Estado/partidos políticos
- 2 = Sim, Elite empresarial/econômica
- 3 = Sim, sociedade civil
- 4 = Sim, Igreja/Religião
- 5 = Sim, elite cultural
- 6 = Sim, pessoas comuns
- 7 = Sim, mais de um desses grupos

Exemplo textual:

"... (estes) membros do parlamento concordam que a policia deve tornar transparente o número de queixas sobre a instituição, no que diz respeito tanto aos membros granpeados do governo como em termos de erros processuais ou abuso de poder. Eles salientaram que todos os questionamentos que afetam a instituição devem ser resolvidos rapidamente."

Exemplos de imagem:

Uma fonte aperta os olhos e balança a cabeça durante, ou depois, de uma fonte poderosa afirma uma idéia ou posição.

Uma fonte inclui um emoticon ou usa gestos que denotam dúvidas como:



Exemplo de som:

Uma fonte entoa incredibilidade depois que uma fonte poderosa indicar uma idéia ou posição.

V019d Crítica: Avaliação do Jornalista

A notícia inclui qualquer afirmação ou referência do jornalista, na qual ele/a julga ou condena o que indivíduos, grupos no poder ou pessoas comuns dizem ou fazem? Geralmente, a crítica contém um advérbio ou adjetivo. Também pode ser encontrada em emoticons, sons e gestos feitos pelo jornalista. É sempre sobre para quem a crítica é dirigida. *O uso exclusivo de entonação vocal não é suficientemente explícito para indicar críticas do jornalista.*

0. Não.

- 1 = Sim, Governo/Estado/partidos políticos
- 2 = Sim, Elite empresarial/econômica
- 3 = Sim, sociedade civil
- 4 = Sim, Igreja/Religião
- 5 = Sim, elite cultural
- 6 = Sim, pessoas comuns
- 7 = Sim, mais de um desses grupos

Exemplo textual:

"O comportamento vergonhoso da Igreja em relação aos casos de pedofilia afetou a credibilidade da fé cristã entre as pessoas."

Exemplo da imagem:

O jornalista usa um gesto ou emoticon, como um polegar para baixo, para expressar uma avaliação sobre a declaração ou comportamento de uma fonte poderosa.



Exemplo de som:

O jornalista usa um som de campainha (como para uma resposta errada em um gameshow) na sequência de opinião declarada uma fonte.

V019e Crítica: Outros

A notícia inclui qualquer afirmação ou referência de alguém que não seja o jornalista, na qual o indivíduo julga ou condena o que indivíduos, grupos no poder ou pessoas comuns dizem ou fazem? Geralmente, a crítica contém um advérbio ou um adjetivo. Também pode ser encontrada em gestos. É sempre sobre para quem a crítica é dirigida. *O uso exclusivo de entonação vocal não é suficientemente explícito para indicar críticas da fonte.*

0. Não.

1 = Sim, Governo/Estado/partidos políticos

2 = Sim, Elite empresarial/econômica

3 = Sim, sociedade civil

4 = Sim, Igreja/Religião

5 = Sim, elite cultural

6 = Sim, pessoas comuns

7 = Sim, mais de um desses grupos

Exemplo textual:

... Andrea Tantaros comentou: "É a maneira de Chicago. [Obama] disse que mudaria D.C. e a maneira como eles fazem negócio. Rapaz, ele já fez isso."

Exemplo da imagem:

Uma fonte usa um gesto, como um polegar para baixo, para expressar uma avaliação da declaração ou comportamento de outra fonte.

V019f Revelar/Denunciar: Avaliação do Jornalista

A notícia inclui uma afirmação ou referência do/a jornalista, na qual ele/a acusa ou explicita algo escondido, não apenas ilegal, mas também irregular ou inconveniente sobre indivíduos ou grupos no poder? Isso pode incluir, por exemplo, casos de má administração, corrupção, abusos, escândalos, fraude, assédio, bloqueio político a iniciativas legais, desinformação, entre outros.

Aqui também vamos considerar quando jornalistas publicizam maus comportamentos de pessoas comuns nos mais diversos níveis.

É sempre sobre quem está sendo denunciado. Imagens, como câmeras escondidas, podem complementar a denúncia do/a jornalista.

0. Não.

1 = Sim, Governo/Estado/partidos políticos

2 = Sim, Elite empresarial/econômica

3 = Sim, sociedade civil

4 = Sim, Igreja/Religião

5 = Sim, elite cultural

6 = Sim, pessoas comuns

7 = Sim, mais de um desses grupos

Exemplo textual:

"Uma investigação realizada por este jornal revelou a má gestão dos fundos públicos em subsídios escolares ..."

Exemplo da imagem:

Uma câmara escondida mostra um membro do parlamento recebendo um suborno, como um complemento da denúncia do jornalista.

V019g Revelar/Denunciar: Outros

A notícia inclui citações e/ou testemunhos de pessoas que não o jornalista que explicam, acusam ou deixam algo evidente escondido, não apenas ilegal, mas também irregular ou inconveniente, sobre indivíduos ou grupos no poder? Isso pode incluir, por exemplo, casos de má administração, corrupção, abusos, escândalos, fraude, assédio, bloqueio político a iniciativas legais ou desinformação, entre outros.

Aqui também vamos considerar quando pessoas comuns publicizam maus comportamentos de pessoas comuns nos mais diversos níveis.

É sempre sobre quem está sendo denunciado.

0. Não.

1 = Sim, Governo/Estado/partidos políticos

2 = Sim, Elite empresarial/econômica

3 = Sim, sociedade civil

4 = Sim, Igreja/Religião

5 = Sim, elite cultural

6 = Sim, pessoas comuns

7 = Sim, mais de um desses grupos

Exemplo textual:

"A lista de condenações de Berlusconi é longa: subornar funcionários, fraude fiscal, financiamento ilegal de partidos políticos. Mas o líder italiano divorciado conseguiu repetidas vezes evitar o sistema de justiça."

Exemplo da imagem:

Alguém publica um vídeo onde um policial está batendo em um cidadão, como um complemento da denúncia, e o jornalista o inclui na reportagem.

V019h Investigação Externa

A notícia é baseada em investigações que não foram realizadas pelo/a jornalista – investigações policiais, do sistema judiciário, administrativo, investigação especializada/acadêmica, entre outras - mas que o/a jornalista cobre extensivamente?

0. Não.

1 = Sim, investigação externa contra indivíduos ou grupos no poder

2 = Sim, investigação externa contra pessoas comuns

Exemplo:

"Uma investigação da Human Rights Watch determinou a violação sistemática dos direitos humanos contra os povos indígenas da Bolívia."

V019i Reportagem Investigativa

O/a jornalista relata abuso de poder ou irregularidade, etc., com base em **sua extensa investigação e pesquisa** (revisão de documentos legais, registros públicos ou observação

direta), para além da dependência de vazamentos e fontes secundárias de informação? É o/a jornalista que conduz a investigação.

0. Não.

1= Sim, reportagem investigativa sobre indivíduos ou grupos no poder

2= Sim, reportagem investigativa sobre pessoas comuns

Exemplos:

"Um mês após um dos maiores escândalos financeiros do país, nós (o jornal) fornecemos um mapa para navegar por uma linha do tempo detalhada onde o fluxo sucessivo de nomes, parcerias, compra e venda de ações e relacionamentos dão forma a esta fraude gigantesca."

"Descobrimos uma rede de empresas com contas nas Bahamas, com US\$ 8,8 milhões em comissões, com a intenção de favorecê-los no processo de licitação."

V019j Conflito

A notícia mostra conflito ou confronto entre o/a jornalista e/ou o meio de comunicação onde ele/a trabalha e um ou mais indivíduos ou grupos no poder? O jornalista invoca diretamente a fonte, uma instituição ou um indivíduo de uma esfera de poder como adversário? (Confronto pessoal, ameaças, assédio, veto, etc.)

0. Não.

1= Sim, conflito com indivíduos ou grupos no poder

2= Sim, conflito com pessoas comuns

Exemplo textual:

"O gabinete do presidente nega o acesso desta organização de mídia para conferências de imprensa oficiais devido à entrevista publicada na sexta-feira passada."

Exemplo da imagem:

A imagem mostra a fonte tentando evitar um jornalista que tenta entrevistá-lo ou fotografá-lo. A fonte bate a porta na cara do jornalista. Os jornalistas se amontoam em torno da fonte que está tentando evitar a cobertura.

V020 LOYAL-FACILITATOR ROLE (leal-facilitador)

Esse tipo de jornalismo pode ser materializado em duas facetas. Em primeiro lugar, os jornalistas cooperam com os que estão no poder e aceitam as informações que estes fornecem como críveis. Nessa linha, apoiam a agenda política definida pelo governo e pelos poderes econômicos e culturais, mostrando lealdade ao poder, apoiando e defendendo políticas do governo, fornecendo uma imagem positiva daqueles no poder e apoiando o status-quo. Muitas vezes, esses jornalistas tornam-se canal de relações públicas para a transmissão das mensagens das elites no poder para o público.

Em sua segunda variação, os jornalistas apoiam seu estado-nação, retratando uma imagem positiva de seu país, incentivando um sentimento de pertença e *fortalecendo* o prestígio nacional.

Como a sociedade civil organizada, assim como as elites culturais (por exemplo, atores de cinema e celebridades esportivas), alcançaram status e poder em diferentes áreas da sociedade, também estamos interessados em codificar a presença de alguns indicadores em relação a esse grupo.

V020a Defesa / Apoio de atividades

Projeto JRP: Segunda Onda

O jornalista elogia, promove ou defende, através de um endosso explícito, atividades oficiais específicas ou medidas de melhoria realizadas pelos poderes políticos, econômicos, pela sociedade civil organizada ou pela elite cultural?

Este indicador pode ser encontrado no texto e também em gestos feitos pelo jornalista. Fornecer apenas um link, sem um endosso explícito do jornalista, não é suficiente para indicar apoio ou defesa.

0=Não

1 = Sim, Governo/Estado/partidos políticos

2 = Sim, Elite empresarial/econômica

3 = Sim, sociedade civil

4= Sim, Igreja/Religião

5= Sim, elite cultural

6= Sim, mais de um desses grupos

Exemplo textual:

"Uma iniciativa notável, na qual o município implementará uma linha direta gratuita para responder às perguntas dos moradores."

Exemplo da imagem:

Gestos de aprovação, como o jornalista aplaudindo ou um emoticon de aplausos, para a expansão de uma rodovia local.



V020b Defesa/Apoio de Políticas

O jornalista elogia, promove ou defende, através de endosso explícito, políticas nacionais ou regionais em geral, ou qualquer uma em particular? Fornecer apenas um link, sem um endosso explícito do jornalista, não é suficiente para indicar apoio ou defesa. O jornalista precisa manifestar sua defesa ou apoio por declarações explícitas.

0=Não

1= Sim

Exemplo textual:

"A administração de Michelle Bachelet será lembrada por ter impulsionado a reforma previdenciária mais relevante na história do sistema de previdência de poupança privada."

Exemplo da imagem:

Gestos de aprovação, como o jornalista aplaudindo ou um emoticon de aplausos, para a política do governo de legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

V020c Imagem Positiva da Elite

A história apresenta uma imagem positiva da elite política, da elite econômica, da igreja, da sociedade civil ou da elite cultural? Por exemplo, o/a jornalista enfatiza favoravelmente ou destaca habilidades de liderança ou gestão, bem como características pessoais dos líderes políticos, resultados, posicionamento e lobby de organizações políticas, econômicas ou da sociedade civil? Esse tipo de apoio tende a usar adjetivos positivos ao se referir a esses atores (no nível individual ou organizacional). O uso de emoticons, gestos, sons ou composição visual também pode indicar uma construção explícita de uma imagem positiva.

Projeto JRP: Segunda Onda

Note que este item é explicitamente sobre o reforço de uma imagem, não apenas a aprovação das ações ou posições individuais.

0=Não.

1 = Sim, Governo/Estado/partidos políticos

2 = Sim, Elite empresarial/econômica

3 = Sim, sociedade civil

4= Sim, Igreja/Religião

5= Sim, elite cultural

6= Sim, mais de um desses grupos

Exemplos:

"Na visita oficial à Europa, o presidente enobreceu a política nacional."

"O arcebispo tornou-se um dos embaixadores mais eficazes de Boston, promovendo a cidade aonde quer que vá."

"Mesmo aos 36 anos, Drew Brees - com seu poderoso braço direito e tomada de decisão impecável - continua a ser um dos melhores quarterbacks no futebol profissional."

V020d Progresso/Sucesso

O/a jornalista enfatiza que **seu próprio país** está progredindo e melhor que antes em qualquer dimensão relevante? Para que essa característica esteja presente, a notícia não deve ser baseada apenas em uma situação específica ou isolada, mas considerar um período de tempo relativamente prolongado e/ou enfatizar o tema como um processo, no qual mudanças e progressos são documentados ou previstos.

0=Não.

1= Sim

Exemplo textual:

"A pobreza diminuiu regularmente desde 1990 até esta data: hoje em dia, há menos pessoas pobres do que nunca na história da Polônia."

Exemplo da imagem:

Uma série de fotos - ou fotos reunidas como um vídeo - ilustrando a industrialização ou urbanização de uma cidade ao longo dos últimos anos.

V020e Comparação com outros países

O/a jornalista enfatiza os avanços e triunfos do país em comparação a outros países?

0=Não

1= Sim

Exemplos textuais:

"A classe política nacional tem mostrado prova de suas capacidades de gestão em comparação com seus pares da região."

"A elite econômica tem mostrado prova de integridade em comparação com outros países europeus."

Exemplo da imagem:

Um gráfico mostra que a produção industrial do Brasil é maior que a de seus vizinhos.

V020f Triunfos Nacionais

Projeto JRP: Segunda Onda

Indivíduos ou grupos que triunfaram no país ou no exterior são explicitamente destacados na história noticiosa? Não é apenas a pessoa nomeada ou retratada, ela deve ser enquadrada como um representante do país.

0=Não

1= Sim

Exemplo textual:

"... o campeão de Wimbledon e tenista suíço Roger Federer foi presenteado com um prêmio, na terça-feira, como parte de uma celebração de regresso ao Swiss Open, em Gstaad."

Exemplo da imagem:

Uma foto ou vídeo mostra o time de futebol alemão segurando um troféu na Copa do Mundo.

V020g Promoção da Imagem do País

A história noticiosa destaca atividades ou ações organizadas com o objetivo de promover a imagem do país? Note que a história deve ser em grande parte sobre esta atividade ou ação. Imagens de atividades ou ações podem complementar a promoção do jornalista da imagem do país.

0=Não

1= Sim

Exemplo:

"As imagens 3D promoverão a Hungria em TVs e em lojas de mais de 50 países."

V020h Patriotismo

A história noticiosa inclui declarações feitas pelo/a jornalista que valorizam ser de uma nação específica? Diferente da promoção da imagem do país (que é sobre atividades organizadas por outros e cobertas pelo jornalista), aqui, é o/a jornalista que valoriza seu próprio país.

Emoticons e imagens podem estar presentes, mas eles não vão constituir patriotismo a menos que essa história inclua uma declaração feita pelo jornalista.

0=Não

1= Sim

Exemplo:

"A hospitalabilidade para com os imigrantes é uma característica bem conhecida dos australianos."

V021 SERVICE ROLE (de serviço)

Esse papel jornalístico combina os direitos e interesses do público, criando uma relação cliente-profissional entre jornalista e o público. Este modelo fornece informações úteis, conhecimentos e conselhos sobre bens e serviços que o público pode aplicar em suas vidas diárias.

O jornalismo que prioriza esse papel fornece ajuda, dicas, orientações e informações sobre a gestão da vida diária e problemas individuais (*notícias que você pode usar*).

O foco aqui é ajudar diretamente o público (em vez de ajudar indiretamente; por exemplo, uma história que procura erradicar irregularidades pode indiretamente ajudar o público, mas a ajuda pessoal não é o foco da história).

V021 Impacto na vida diária

A notícia refere-se às conseqüências ou significados que certos fatos ou eventos têm para a vida pessoal cotidiana das pessoas?

Projeto JRP: Segunda Onda

Por exemplo, uma notícia sobre mudanças climáticas em que o/a jornalista salienta que a sociedade terá de mudar a forma como produz energia (relevância social) não cairia nesta categoria, enquanto uma notícia sobre o mesmo tema que enfatiza que as pessoas terão que pagar mais pela eletricidade a cada mês seria codificada como "sim". Da mesma forma, se há uma notícia dizendo que o preço do gás vai subir amanhã, ela não se qualifica como "sim", uma vez que o que é relatado é apenas a notícia. Não é apenas que o gás está ficando mais caro, **é o que o jornalista diz sobre isso**. Qualificaria-se como "sim" se o/a jornalista indicasse, por exemplo, que por causa desse aumento, as pessoas terão menos dinheiro para gastar em outras coisas, ou que isso aumentará os preços dos transportes públicos, tomando mais caro para as pessoas viajarem, etc.

Histórias em que o jornalista, além de denunciar o mau atendimento prestado por indivíduos comuns, centra-se nas consequências que isso tem na vida das pessoas também devem ser consideradas aqui.

0=Não

1 = Sim

Exemplos textuais:

"Como a crise econômica europeia impacta o trabalho dos agricultores?"

"As taxas de eletricidade aumentarão a partir de segunda-feira. Para a família de classe média com quatro pessoas, isso significa pagar mais US \$ 10.000 do seu bolso."

Exemplo de imagem:

Uma série de fotos ilustrando as consequências do que o jornalista acabou de reportar.

V021b Dicas e conselhos (reclamações)

A notícia fornece *dicas* ou conselhos práticos para gerenciar os problemas diários que o público enfrenta com os outros ou seu ambiente? Por exemplo, como lidar com vizinhos barulhentos, acusações injustas, etc. Embora não seja uma condição necessária, as histórias com essas características tendem a incluir uma fonte especializada que tenta ajudar a resolver o problema.

As imagens também podem ilustrar as dicas e conselhos do/a jornalista ou do/a especialista.

0=Não.

1 = Sim

Exemplos textuais:

"Ruídos perturbadores é o mais comum e, embora seja difícil de evitar, existem várias maneiras de lidar com um vizinho indesejado."

"Aspectos chave para detectar abusos nas acusações feitas por empresas comerciais."

Exemplo da imagem:

Imagens de vídeo mostram um indivíduo passando por cada etapa de apresentação de uma queixa formal com um departamento de polícia.

V021c Dicas e conselhos (riscos individuais)

A notícia fornece *dicas* ou conselhos práticos para resolver problemas pessoais que o público potencialmente pode enfrentar diariamente? Por exemplo, como exercitar-se e comer bem para ser saudável, como ser um comprador esperto e economizar dinheiro, como investir e assegurar as economias e uma aposentadoria segura, etc.

Projeto JRP: Segunda Onda

Histórias que têm essas características tendem a incluir o conselho de especialistas, que não sejam o/a jornalista e tentam ajudar a resolver problemas da vida cotidiana. As imagens também podem ilustrar as dicas e conselhos do/a jornalista ou especialista.

0=Não

1 = Sim

Exemplos textuais:

"Seja inteligente e comece a exercitar-se hoje".

"Dia histórico na Bolsa de Valores: os especialistas aconselham como ganhar."

"A fim de começar suas férias sem estresse, sua inspeção do veículo deve estar atualizada, seu estepe em boas condições e você deve ter um kit de ferramentas e um kit de primeiros socorros."

Exemplo de imagem:

Imagens de vídeo mostram uma tela de computador enquanto um especialista demonstra - passo a passo - como remover spyware do seu computador.

V021d Informações sobre o Consumidor

A notícia informa o público sobre as últimas tendências ou avanços em produtos ou serviços no mercado?

0=Não.

1 = Sim

V021e Conselhos ao Consumidor

A história ajuda o público a distinguir entre produtos/serviços de diferentes qualidades com base em uma perspectiva de terceiros, um estudo ou uma revisão (a última pode ser feita também pelo/a jornalista)?

0=Não.

1= Sim, reconhecendo a boa qualidade de produtos/serviços específicos

2= Sim, reconhecendo a má qualidade de produtos/serviços específicos

3= Sim, reconhecendo tanto a boa quanto a má qualidade de produtos/serviços específicos

Exemplos:

"Estudo mostra que nova droga pode ajudar alguns asmáticos"

Exemplo de imagem:

Duas fotos mostradas lado a lado retratam os efeitos de dois detergentes em uma camisa suja. Os espectadores decidem qual detergente deixou a camisa mais limpa.

V021f Assistência Pessoal

O jornalista apela ao público para ajudar indivíduos ou famílias com problemas pessoais específicos (por exemplo, quando uma criança, pai, parente, animal de estimação ou alguém se perde, ou está morrendo e à procura de doadores de sangue, etc)?

0=Não

1= Sim

V022 INFOTAINMENT ROLE (infotainment)

O papel jornalístico de infotainment utiliza diferentes estilos de narrativa e/ou discursos visuais para entreter e emocionar o público. Aqui, o jornalismo empresta convenções dos gêneros do entretenimento (por exemplo, filmes de ação, dramas, romances,

suspense) e utiliza suas técnicas narrativas para falar de personagens e cenários. A lógica aqui é mexer com a sensibilidade e moral da audiência. Esse tipo de jornalismo aborda o público como espectador e o centro das atenções é entreter e fornecer experiências emocionais.

V022a Personalização

A notícia fornece informações sobre uma ou mais pessoas e suas diferentes características intelectuais, físicas, mentais ou sociais (competência, liderança, aparência, capacidade) ou antecedentes pessoais (onde trabalhavam, estudavam, nome, estado civil, etc.)? Simplesmente fornecer o nome de uma pessoa ou uma imagem de uma pessoa não é suficiente para ser incluído nesta categoria.

De forma diferente, um relatório que inclui múltiplos visuais do mesmo sujeito pode ser um indicador de personalização. Outras técnicas podem incluir uma reportagem em vídeo que inclui proporcionalmente mais close-ups do que quaisquer outras cenas. A reportagem também pode usar outras manobras de vídeo, como inclinar a câmera para escanear o corpo do sujeito ou girar a câmera para acompanhar todos os movimentos do sujeito. Um relatório poderia usar um estilo observacional - minimizando a narração do/a jornalista - e contando principalmente com áudio ou vídeo do sujeito.

0=Não

1= Sim

Exemplos textuais:

"O assassino – mais conhecido como MJ – tem 34 anos, um engenheiro industrial casado que trabalha na região norte do país. No dia do julgamento, ele chegou desanimado, com roupas sujas e não quis comentar."

"O Sr. Garcetti agora se torna o primeiro prefeito judeu da cidade. Ele é filho de Gil Garcetti, um ex-promotor público. Neto de imigrantes mexicanos que traçam suas raízes até a Itália, o Sr. Garcetti fala espanhol e usou o idioma com frequência durante a campanha."

Exemplo de imagem:

A história inclui várias fotos de Jennifer Hudson antes, durante e depois de sua dieta.

Exemplo de som:

Uma reportagem de rádio baseia-se no diálogo natural e em sons, seguindo uma senadora enquanto ela cumpre sua rotina de trabalho, interagindo com eleitores, colegas, funcionários.

V022b Vida Privada

A notícia refere-se à vida privada de um ou mais indivíduos? Vida privada inclui os aspectos da vida de uma pessoa que não correspondem a áreas de interesse público e/ou não pertencem ao contexto da esfera pública, e que *as pessoas normalmente preferem* manter na esfera privada. Exemplos incluem uma história sobre o presidente do país como pai, ou a juventude e o passado de um famoso empresário. Outros exemplos podem estar relacionados a hobbies, casos e vida amorosa, passado, férias, entre outros.

Uma reportagem assim poder usar um estilo observacional - minimizando a narração do/a jornalista - e contando principalmente com áudio ou vídeo do sujeito.

Se uma notícia faz referência geral à família de uma pessoa em um contexto público (por exemplo, "o homem acusado de assassinato compareceu ao tribunal com sua esposa" ou "o presidente foi empossado em 15 de maio, acompanhado por seus filhos") não deve ser considerado como vida privada. Por outro lado, se a notícia faz referência à família de uma pessoa em um contexto pessoal (por exemplo, uma foto tirada por um paparazzi mostrando uma figura esportiva de férias sozinho ou com sua esposa, marido, filhos, amante, etc, ou

Projeto JRP: Segunda Onda

uma notícia referindo-se à vida pessoal da família de alguém, deve ser considerada como vida privada).

No entanto, por favor, note que a noção de privacidade pode ser interpretada de forma diferente em várias culturas. Você deve usá-la como seria considerado em sua cultura.

0=Não

1= Sim

Exemplos textuais:

"O ministro afirma que sua esposa tentou melhorar suas escolhas de guarda-roupa para atender aos requisitos do protocolo."

"A senadora está separada do marido há meses."

Exemplos de imagem:

Jornalistas usam uma câmera escondida para capturar imagens do prefeito em um quarto de hotel comprando cocaína de um traficante.

Jornalistas invadem um quarto de hotel para capturar um vídeo de Hugh Grant negociando serviços com uma prostituta.

Exemplo de som:

Uma reportagem de rádio usa um estilo observacional para capturar os sons e o diálogo natural de um ex-presidiário tentando se reajustar à sua família em sua nova vida fora da prisão.

V022c Sensacionalismo

A notícia inclui o uso de elementos de estilo ou descrições na história (exagero, uso de adjetivos superlativos dramáticos e metáforas) que destacam ou enfatizam o *incomum*, *incrível* e *espetacular*? (Citações de fontes não são consideradas.)

As ferramentas usadas para introduzir sensacionalismo em uma história podem ser encontradas em elementos textuais, como metáforas, exagero, o uso de adjetivos superlativos dramáticos e técnicas de narrativa que aumentam o suspense. Também podem ser encontradas em elementos de som e imagem. Elementos sonoros para sensacionalismo incluem música, efeitos sonoros e entonação de voz que exageram ou manipulam o contexto, significado ou sensação da história. Elementos de imagem para sensacionalismo incluem: uso de imagens distorcidas ou falsas; uso de imagens exageradas ou repetidas; uso de efeitos transitórios apelativos, como o desvanecimento lento ou corte rápido; uso de efeitos de movimento, como câmera lenta ou movimento acelerado; uso de expressões não verbais incomuns, tais como a gesticulação exagerada.

Por exemplo, o repórter usa linguagem corporal fora do comum para a situação que está sendo relatada, com agitação exagerada de braços, e / ou falar de forma muito alta ou acelerada quando não há necessidade óbvia de fazê-lo.

0=Não

1= Sim

Exemplos textuais:

"A postura 'dura' da indústria do cinema pornô sobre o uso de preservativos. Eles ameaçaram despejar a Califórnia se os atores são forçados a usá-los."

"Richard Brown é o 'Superman' dos pacientes. O prefeito iniciou uma campanha para baixar os preços dos medicamentos para doenças complexas."

Exemplos sonoros:

Projeto JRP: Segunda Onda

Quando o réu em um caso de tribunal de alto perfil é declarado inocente e sai do tribunal, o/a jornalista adiciona a música tema de Rocky para ilustrar o triunfo do réu.

O/a jornalista acrescenta o som de um gato rosnando enquanto a atriz pisa no tapete vermelho.

O/a repórter de pé na frente do tribunal usa um tom alto, rápido e agudo para aumentar a energia e emoção do veredicto que acaba de anunciar.

Exemplos de imagem:

O/a jornalista usa o photoshop para unir uma imagem da cabeça do treinador ao corpo de um dinossauro para mostrar que ele está preso ao passado.

A imagem de uma explosão de bomba em um mercado lotado é repetida várias vezes.

O/a jornalista usa muitos cliques de vídeo curtos de um fugitivo em fuga, editado em rápida sucessão, para exagerar o ritmo da história.

Depois de pagar a fiança, um suspeito no caso de assassinato é mostrado saindo da delegacia em câmera lenta.

O/a repórter faz um standup na frente da devastação de um terremoto e acena descontroladamente seus braços sobre a cabeça enquanto explica os danos.

V022d Emoções

A história noticiosa faz referências explícitas ou inclui sentimentos ou emoções através de elementos textuais, sonoros ou de imagem? A literatura acadêmica define seis emoções básicas: raiva, nojo, medo, felicidade, tristeza e surpresa. Nos textos de notícias, estes podem ser exibidos tanto pelo/a jornalista descrevendo o estado emocional das pessoas através de imagens que exibem as pessoas em tais estados emocionais.

As imagens podem muitas vezes retratar uma emoção experimentada por indivíduos na história. Imagens típicas nesta categoria incluem pessoas chorando, gritando, expressando raiva ou desespero, dando gargalhadas, etc.

Codificar a presença de emoções requer um nível moderado a alto de expressão, assim, um sorriso simples, por exemplo, não contaria como emoção significativa. Emoções também podem ser retratadas por emoticons.

Finalmente, a entonação de voz das pessoas também pode servir como uma indicação de emoção.

0= Não

1 = Sim

Exemplos:

"Ontem, este ex-trabalhador do carvão estava voltando para casa feliz, ansioso para abraçar sua família e começar uma nova fase de sua vida."

"Mulher cujo filho foi roubado sofreu 22 horas de profunda angústia, dor e incerteza."

V022e Morbidez

A história noticiosa tenta capturar a atenção do público através de elementos textuais, sonoros e/ou de imagem, descrevendo ou retratando atos de violência, crime, pobreza extrema ou cenas sexuais/ de escândalo *em detalhes concretos?*

Projeto JRP: Segunda Onda

A noção de morbidade pode ser percebida e interpretada de forma diferente em várias culturas. Você deve usá-la como seria considerado em sua cultura.

0 = Não

1 = Sim

Exemplos textuais:

"Desequilibrado, ele a tirou do carro em um caminho deserto, onde começou a bater nela até estrangulá-la, sufocando-a com as próprias mãos, usando toda sua força até finalmente matá-la."

"... Ele a levou para um terreno baldio ao lado da estrada A-60, onde primeiro a amarrou para depois bater nela e atacá-la com uma faca. Na luta, o homem esfaqueou o pescoço, as costas e o peito de Karina, e seu braço mostrou feridas defensivas."

Exemplo de som:

A reportagem inclui áudio de uma pessoa ferida em um terremoto gritando de dor.

Exemplos de imagem:

Fotos de cadáveres e pessoas morrendo após um ataque terrorista.

A reportagem inclui um vídeo onde um casal nu está fazendo sexo na praia.

V023 CIVIC ROLE (papel cívico)

O *civic role* (papel cívico) centra-se na ligação entre jornalismo, cidadania e vida pública. O papel jornalístico que reflete essas ideias incentiva o público a se envolver no debate público e a participar da vida social, política e cultural. O espaço dado a fontes sem poder social que demandam reconhecimento ou reintegração de um direito é um aspecto importante desse papel. Este papel não assume que é o/a jornalista que pode criar uma comunidade melhor através de seus próprios recursos; a ênfase é, principalmente, no apoio dado aos esforços dos cidadãos nessas direções.

Este papel jornalístico permite que as pessoas façam seu trabalho como cidadãos em um sentido amplo. Isso significa que esse papel se concentra não apenas em educar os cidadãos para participar de processos eleitorais, protestos civis, partidos políticos, mas também em ajudá-los a dar sentido às suas próprias comunidades e publicizar como eles podem ser afetados por diferentes decisões políticas (patrimônio, planejamento urbano, saúde da população, impacto sobre o meio ambiente, regulamentos de limite de velocidade, etc.).

V023a Reações dos cidadãos

A notícia inclui a visão/reação de cidadãos comuns ou organizados mostrando como eles percebem ou são afetados por decisões políticas? Citações ou referências dos cidadãos podem ser incluídas. Imagens e sons podem complementar a perspectiva do cidadão (escritas ou faladas).

0 • Não.

1 = Sim

Exemplos:

"David Swanson, um nativo de Charlottesville, um dos organizadores, disse que um grupo de centenas de pessoas se reuniu em passarelas abertamente frente ao edifício no terceiro, quinto e sétimo andares. Ele disse que eles gritavam: "Como você resolve o déficit? Acabar com as guerras! Tributar os ricos!"

Projeto JRP: Segunda Onda

Uma reportagem em vídeo cita um homem na rua: "Os oligarcas arruinaram este país e eles precisam pagar." Enquanto o homem faz esta observação, ele arrasta o dedo em sua garganta.

V023b Demandas dos cidadãos

A notícia inclui demandas ou propostas de cidadãos comuns ou organizados sobre como diferentes decisões políticas devem ser tomadas? Os cidadãos podem ser incluídos através de citações diretas, indiretas ou referências feitas deles.

0=Não.

1 = Sim

Exemplos:

"Os vizinhos pedem obras públicas em troca de ter a prisão perto de suas casas. Eles querem que trabalhos como pavimentação e sistemas de tratamento de esgoto sejam feitos."

Uma notícia sobre um prisioneiro em greve de fome, que está exigindo melhores condições de vida, é acompanhada por uma foto do homem magro.

v023c Credibilidade dos cidadãos

A notícia inclui informações, como as próprias declarações do/a jornalista, a opinião de outra fonte ou citação de provas que aumenta a credibilidade do que os cidadãos percebem, denunciam ou exigem?

0= Não.

1 = Sim

Exemplos textuais:

"O porta-voz dos moradores liderou as atividades que exigem participar do plano diretor do município. É por isso que ele sabe do que está falando. Os moradores sabem que o estado da área pode causar danos ao meio ambiente e têm sido consistentes nos argumentos apresentados às autoridades locais."

Exemplo da imagem:

Notícias online incluem um gráfico mostrando que as reivindicações trabalhistas de um cidadão são apoiadas pelos últimos cinco anos de dados econômicos.

V023d Impacto local

A notícia menciona ou descreve o impacto de decisões políticas em locais geograficamente determinados? Comunidades geograficamente definidas incluem cidades, bairros, entre outras.

0= Não.

1 = Sim

Exemplos textuais:

"Um grupo de vizinhos de Santa Barbara entrou com uma liminar para conter o município de criar um local de despejo perto de uma lagoa nas proximidades."

Exemplo da imagem:

O gráfico interativo de um site mostra a queda de crimes violentos em cada um dos bairros da cidade após a introdução de uma nova política de policiamento.

V023e Impacto na comunidade social

Projeto JRP: Segunda Onda

A notícia menciona ou retrata o impacto de certas decisões políticas sobre comunidades definidas por características sociais específicas, como identidade, posição social, sexualidade, raça ou etnia, entre outras?

Comunidades sociais também podem ser baseadas em ocupações, como trabalhadores de uma determinada indústria, ou em características específicas da população em geral. Por exemplo, professores da África do Sul, enfermeiras da Espanha, etc.

0=Não

1 = Sim

Exemplos textuais:

"Professores mexicanos exigem a revogação total da reforma da educação".

"Estima-se que a votação para legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo permitiria que quase 12.000 casais se casassem este ano."

Exemplo de imagem:

Vários gráficos mostram a melhoria das condições de trabalho dos enfermeiros de saúde na Espanha.

V023f Educação sobre direitos e deveres

A notícia instrui as pessoas sobre seus direitos e deveres como cidadãos (econômicos, sociais e/ou políticos)? Por exemplo, quando o governo dá um subsídio e a notícia informa como consegui-lo, ou como justificar a ausência do eleitor no dia da votação.

0=Não.

1 = Sim

Exemplos textuais:

"Se você é uma mulher, chefe da sua casa e sua renda está na faixa de US \$ 1.000 - \$ 2.500, você deve preencher seu relatório social para obter o subsídio de habitação."

Encontre locais de votação aqui no site da cidade (link).

Exemplo de imagem:

Um mapa mostra os limites das várias alas ou delegacias da cidade, indicando onde os cidadãos de cada delegacia devem ir votar.

V023g Informações contextuais

A notícia fornece informações básicas para tomar decisões futuras como cidadãos (por exemplo, participar de eleições, filiação e apoio a partidos políticos, participar de protestos, saber como suas comunidades podem ser afetadas pelas decisões políticas, etc.)?

As informações de contexto podem ser distinguidas dos fatos correntes. Elas envolvem informações mais específicas, contribuindo com o contexto essencial para os fatos que estão sendo relatados. Inclui explicar as posições ou decisões dos atores e das fontes (por exemplo, como eles se comportaram anteriormente), as razões por trás das manifestações, os objetivos dos grupos de cidadãos, etc.

0=Não

1 = Sim

Exemplo textual:

"Inicialmente, apenas os 24 senadores do pacto peronista deveriam votar a favor da iniciativa, além de dois ex-ministros da Suprema Corte. No entanto, ontem, mais dois

senadores que tradicionalmente tinham uma posição mais dura em favor da pena de morte aderiram à iniciativa."

Exemplo de imagem:

Enquanto os cidadãos se preparam para votar uma nova política de racionamento de água, as imagens mostram como os níveis de água no reservatório local caíram em cada um dos últimos cinco anos.

V023h Perguntas para os cidadãos

A notícia inclui pesquisas realizadas com pessoas comuns sobre políticos ou aqueles que estão no poder? Os cidadãos podem ser incluídos através de citações ou referências feitas a eles.

0 = Não

1 = Sim

Exemplo:

"O presidente da Associação de Moradores confrontou o prefeito sobre o local de despejo sobre o qual suas casas foram construídas: "Que solução você pode nos dar?"

v023i Informações sobre atividades dos cidadãos

Dentro da história noticiosa, o/a jornalista fornece informações sobre atos civis, como campanhas, ações coletivas, comemorações, manifestações e protestos? Normalmente, esse tipo de história inclui informações sobre onde e quando essas atividades ocorreram e também pode explicar a importância desses atos para a comunidade.

0 = Não

1 = Sim

Exemplo textual:

"A associação dos moradores da localidade organizou um ato simbólico para 20 de agosto, às 11 h, em que as árvores serão plantadas ao longo da rota da nova linha de metrô."

Exemplo de imagem:

O noticiário informa sobre um evento de ciclismo organizado por um grupo ecológico da sociedade civil e mostra um mapa com a rota para o evento.

V023j Apoio a Movimentos Civis

A história inclui informações, como as próprias declarações do/a jornalista, a opinião de fontes ou citação de evidências que apoiam os objetivos de uma organização ou movimento cidadão, e/ou posicionam a organização como um exemplo positivo a ser seguido?

0 = Não

1 = Sim

Exemplo textual:

"As associações de moradores mostraram a capacidade de representar as demandas legítimas dos moradores da área, às quais o município foi forçado a ouvir e aceitar."

Exemplo de imagem:

Notícias online incluem uma série de fotos que descrevem como o esforço anual de limpeza de um grupo civil ecológico melhorou a qualidade de um riacho que atravessa seu bairro.